



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS**  
**CAMPUS DE PORTO NACIONAL**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS**  
**ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: ESTUDOS LINGUÍSTICOS**

**ELIZÂNGELA GOMES QUINTANA GONÇALVES**

**SEMIÓTICA E DISCURSO NA ANÁLISE DA OBRA**  
**CINEMATOGRÁFICA “POLÍCIA FEDERAL: A LEI É PARA TODOS”**

**PORTO NACIONAL - TO**

**2021**

**ELIZÂNGELA GOMES QUINTANA GONÇALVES**

**SEMIÓTICA E DISCURSO NA ANÁLISE DA OBRA  
CINEMATOGRAFICA “POLÍCIA FEDERAL: A LEI É PARA TODOS”**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal do Tocantins como requisito parcial para obtenção do título de Mestra em Letras.  
Orientador: Dr. Thiago Barbosa Soares

**PORTO NACIONAL - TO**

**2021**

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)**  
**Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Tocantins**

---

G635s Gonçalves, Elizângela Gomes Quintana.

Semiótica e discurso na análise da obra cinematográfica "Polícia Federal: A lei é para todos". / Elizângela Gomes Quintana Gonçalves. – Porto Nacional, TO, 2021.

155 f.

Dissertação (Mestrado Acadêmico) - Universidade Federal do Tocantins – Câmpus Universitário de Porto Nacional - Curso de Pós-Graduação (Mestrado) em Letras, 2021.

Orientador: Thiago Barbosa Soares

1. Semiótica greimasiana. 2. Análise do discurso. 3. Sentidos internos e externos. 4. Texto fílmico. I. Título

**CDD 469**

---

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS – A reprodução total ou parcial, de qualquer forma ou por qualquer meio deste documento é autorizado desde que citada a fonte. A violação dos direitos do autor (Lei nº 9.610/98) é crime estabelecido pelo artigo 184 do Código Penal.

**Elaborado pelo sistema de geração automática de ficha catalográfica da UFT com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).**

**ELIZÂNGELA GOMES QUINTANA GONÇALVES**

**SEMIÓTICA E DISCURSO NA ANÁLISE DA OBRA  
CINEMATOGRAFICA “POLÍCIA FEDERAL: A LEI É PARA TODOS”**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal do Tocantins como requisito parcial para obtenção do título de Mestra em Letras.  
Orientador: Dr. Thiago Barbosa Soares

Aprovada em 10/03/2021

**BANCA EXAMINADORA:**

---

Prof. Dr. Thiago Barbosa Soares – UFT (Orientador)

---

Profa. Dra. Mônica da Silva Cruz UFMA – (Arguidora)

---

Profa. Dra. Andrea Guimarães de Carvalho – UFG (Arguidora)

---

Profa. Dra. Greize Alves da Silva – UFT (Arguidora)

Dedico este trabalho ao meu pai Zacarias Rodrigues Quintana (*in memoriam*) que me gerou e tanto me amou ao saber da notícia de minha vinda ao mundo e ao me pegar no colo pela primeira vez.

À minha amada mãe Elenice Gomes Quintana e meu igualmente pai amado Domingos Dealmiro Porto, por terem sido a minha base nessa jornada.

Ao meu esposo e companheiro de vida, Ricardo Gomes Quintana Gonçalves, a quem devo os incontáveis aprendizados para que o motive a conquistar e explorar cada vez mais o seu potencial intelectual sem limites.

A Socorro Helena por ser sempre à minha inspiração intelectual.

Ao melhor presente que recebi de Deus, meu filho Bernardo Oliver Quintana Gonçalves, para que este lhe sirva de exemplo e inspiração para trilhar seus passos nestas pegadas em busca do seu crescimento pessoal, intelectual e profissional.

Gratidão por...

...ensinar-me dentre tantas lições, conforme ilustra o discípulo da madrugada - padre Fábio de Melo - que “*Os descaminhos também nos fazem chegar*”. Esta frase *vestiu-se como luva* durante o percurso que trilhei nesta pesquisa, sempre orientada e acompanhada pelo Professor Doutor Thiago Barbosa Soares, a quem exponho a minha eterna gratidão.

Ainda no primeiro ano do programa de mestrado, cumprindo com os créditos obrigatórios e optativos no descaminhar entre disciplinas e a pesquisa conheci o Professor Doutor Thiago e, por meio dele, a Análise do Discurso (AD).

Doce ilusão a minha pensar que apenas ter (supostamente) conhecido a AD me daria ideia de como operacionalizá-la e, ao que descobri após meses de pesquisa e escrita, que naquele início de tudo, nem a conhecia como deveria, nem a dominava como se esperava e foi um desafio hercúleo ter-me desdobrada a contento para entregar a presente obra louvada com a aprovação unânime da ilustre Banca de Professores Doutores.

Percebi a tempo que a partir daquele momento inicial de introspecção a pesquisa só alcançaria o resultado ora apresentado se, de fato, entregasse-me a essa aparente dicotomia de *caminho e descaminho*, mesmo com a sensação de titubeio por todo trajeto, sensação própria de pesquisadores e pesquisadoras inexperientes, entre leituras e mais leituras, tentativas de erro e acerto de descrição e interpretação, mas, mormente, por meio das profícuas conversas e arzoados com o Nobre Orientador Professor Doutor Thiago.

Consigno, com a mesma relevância, o *compromisso* deste orientador firmado comigo para o desenvolvimento desta investigação, desde o início até o resultado obtido; pelas *valiosas lições*, desde aprender a respeitar a hierarquia postulada na academia, ou o que era condizente a se fazer e o que se abandonar por se dezoar do conjunto.

De igual forma, por me fazer reconhecer que todo o tempo e esforços despendidos com as horas de sono sacrificadas para as extensas leituras realizadas de diversas obras, diversos artigos, diversas dissertações e teses afluentes da linha de pesquisa adotada seriam recompensados pelas reflexões construídas, conforme assevera Orlandi (1983): no “*batimento da descrição e interpretação*”.

Agradeço-te pela sensibilidade com que fui tratada, compreendida e alertada, nos mínimos detalhes que, segundo o que frisou, “*são aqueles que fazem toda a diferença*”, especialmente pela forma solícita que aconselhava sempre quando percebia a necessidade de adequação ao patamar exigido pela academia, com as palavras motivadoras: “*Calma, Elizângela!*”, “*Você está a caminhar, já conseguiu muito!*”, “*Faça o seguinte: descanse,*

*relaxe, se acalme, mas depois retorne e veja cada lacuna a ser preenchida!*”, incluindo-se aqui também a mesma sensibilidade para os devidos *puxões de orelha* ao observar inicialmente o pouco aprofundamento da pesquisa, necessitando de maior tessitura, de maior riqueza em certos aspectos.

Sou grata pela oportunidade de crescer aos meus conhecimentos em Semiótica, não só por meio de pesquisas, como também pelos inúmeros direcionamentos dados na escrita, no desenvolvimento, nas reflexões temáticas, nas indicações de diversos autores, pelo caminhar junto na disciplina de docência orientada, esta que, mesmo em tempos de horrenda pandemia, dispôs-se a me auxiliar, pois, sem todo este esforço aqui reconhecido e o seu sábio envolvimento, não seria eu capaz de estar aqui satisfeita com os resultados obtidos.

Inobstante o vosso profissionalismo ao me conduzir nesta senda, destaco os motivacionais para reerguer minha cabeça durante as dificuldades deste mestrado, principalmente por sentir-me honrada ao compartilhar os vossos percalços de superação quando logo ao terminar o programa de doutorado, ter que tomar posse e entrar em exercício em cargo público, enfrentando situações dramáticas e conflitantes, ao que concluo ser vossa excelência uma pessoa especial que radicalizou a fortuna desta obra, a qual não seria a mesma doutra forma.

Pelas pacientes e educadas vezes que trazia o texto de volta aos trilhos da linha de pesquisa, quando percebia que minhas escritas se descarrilavam para um destino diverso do pretendido, ante as iniciais ideias obtusamente equivocadas que de certo modo sabotavam ora ou outra o objetivo geral, notoriamente pelas vezes que me fez entender o que eu efetivamente queria, mas não o conseguiria e o que também inconscientemente eu não queria, contudo precisava ser trabalhado.

Por todos os momentos em que me fez sair da *zona de conforto intelectual* e também pelas vezes que, cansada do desconforto da construção do conhecimento, fez-me retomar forças permitindo-me retornar àquela *zona de conforto*; por todas as negativas e pelas afirmativas e, eventualmente o fator mais importante: por me fazer perceber, sem sobra de dúvidas, que sempre é possível melhorar algo que já está bom e, que a busca do *perfeito* ou *quase perfeito* deve nortear nossas ações e, que por mais próximo ao melhor que se possa conseguir chegar, sempre será possível se fazer melhor ainda.

Agradecida sou por me fazer perceber o quão humana sou no ambiente acadêmico, ou melhor acentuando-se, as quão falhas, incompletas e imperfeitas somos nós pesquisadoras e pesquisadores de *primeira viagem* em nossas miserabilidades intelectuais, mas são percepções induzidas que, agindo como um espelho, nos mostra nossa realidade e nos aponta todas as

deficiências inevitavelmente carentes de reconhecimento, tornando-se a necessidade de (re)construção do conhecimento a força-motriz para me fazer prosseguir na busca da evolução dos sentidos e dos saberes.

Vênia pelo lugar comum, mas pela liberdade que o protocolo me atribui neste momento, desvirtuo o sentido do popular *o mundo dá voltas* para salientar que eventualmente numa volta dessas não nos reencontraremos e sim nos encontraremos, pois jamais seremos as mesmas pessoas quando nos dedicamos a aprofundar o conhecimento de si e de mundo com o aflorar do espírito de pesquisador científico do saber.

Citando sábias palavras de agradecimentos de Soares (2018) em sua tese de doutorado, encerro ao denotar que: *“quero retirar, se possível, qualquer sentido de protocolaridade desses agradecimentos, pois pouquíssimo, para não dizer nada, têm de protocolar, mas, antes, de sinceros”* [...] *“certamente há muito em que agradecer, mas como se é sabido nas Ciências da Linguagem, a incompletude do texto é uma marca de nossa própria incompletude e também produtora de sentidos múltiplos em todos os registros da língua”*.

E de todos os agradecimentos, a meu ver o mais importante que faço nessa dissertação a fim de, apesar jamais conseguir, preencher uma falta, um não dito, um silenciado, faço questão de neste trabalho, denominado dissertação, agradecer a sua saudosa mãezinha, Aparecida Maria Barbosa, pelas recomendações: *“Podem te tomar tudo, jamais te tomarão os estudos”*, *“estude para ser alguém na vida”*, pois tais recomendações afetam-me imensuravelmente e atingem-me diretamente, além de trazer a minha memória os dizeres de minha mãe que em semelhante amor também me diz: *“Minha filha vá atrás dos seus sonhos e dos teus estudos, porque eu não posso ir com você”*, *“investe nos teus estudos, porque esse jamais te deixará”*.

Agradeço não somente pelos motivos da falta e da incompletude, mas sobretudo por ser pela vossa saudosa mãe que tanto incentivou os vossos estudos que hoje posso me deleitar com a competência profissional, intelectual e pessoal que devidamente lhe são de direito, pois, por estas e outras que toda a gratidão aqui manifesta, ainda se torna ao meu ver insuficiente ao nobre legado que me deixara para a vida.

E por falar em mãe, agradeço a minha mãezinha amada, que entre tantas faltas que me faz vivendo distante de mim, inobstante esta enorme distância nos separando, jamais me faltou com suas orações, com seus cuidados e com a sua afável acolhida, com palavras de conforto em todos os nossos encontros, tentando, ao seu modo, compensar-nos os dias sem a nossa convivência que, sempre ao chegar e ao sair, surpreende-me com amor, dedicação e zelo imensuráveis.

Jamais poderei eu te retribuir, mãe, tanto amor, tantas lições, tanta motivação e paciência que a senhora dedica a mim, como já mencionei acima, este ser tão imperfeito, tão cheia de falhas e defeitos e, ao meu sentir, muitas vezes ingrata em não conseguir retribuir tudo o que tenho recebido de relevante da senhora. Eu te amo!!!

Gratidão à banca de qualificação composta pelas professoras: Doutora Mônica da Silva Cruz, da UFMA, que entre tantas advertências alertou-me de um dos principais dispositivos da AD que poderiam ser mais bem explorados no filme como o interdiscurso e a memória, agradeço pela singeleza nas palavras, pela contribuição totalmente pertinente feitas com o fim maior de enriquecer este trabalho;

Ainda, grata a professora e Doutora Andrea Guimarães de Carvalho da Universidade Federal de Goiás (UFG) que, com total empatia, reconheceu, apesar das muitas lacunas do trabalho em desenvolvimento, o esforço e compromisso despendido e pelo alerta de expandir a discussão quanto aos planos de conteúdo e de expressão e pelo reforço na minha aprovação, pois me lembro bem das palavras: “*não havia nem o que se pensar em reprovar-me, pois pela envergadura do trabalho percebia-se a seriedade com que a mestranda desenvolvia a pesquisa*”.

Gratidão à professora e Doutora Greize Alves da Silva da Universidade Federal do Tocantins (UFT), pois acredito que *nada é por acaso*, tudo tem um motivo, não fui sua aluna por acaso, da mesma forma que não participastes da minha qualificação e agora da defesa, por acaso, haja vista ter contribuído de forma grandiosa para a correção desta pesquisa, desde o bom escrever, até o seguir normas da ABNT.

Saliento vossas qualidades, não só a de uma linguista aguçada em ter devidamente apontado as lacunas existentes e a adequada logicidade na construção de alguns dos períodos equivocados, mas também pelas brilhantes e riquíssimas contribuições para a qualificação efetiva desta pesquisa, as quais honradamente segui-os todos à risca, pois, nas palavras do orientador Soares: “*faça todas as correções que a Greize apontou, todas, absolutamente todas, não deixe nenhum apontamento sem corrigir*”.

Também agradeço pelas sábias palavras em me dizer que: “*coloquem uma coisa na cabeça de vocês: a dissertação, apesar de parecer, não é a solução de todos os problemas do mundo*”, pois estas palavras me trouxeram conforto ao entender que também me equivoquei ao imaginar que a presente obra deveria cumprir este papel de panaceia, trazendo-me inicialmente a sobrecarga desnecessária de responsabilidade que me pesaram os ombros, os pensamentos e os conflitos internos. Dito isso, ao realizar todas as mudanças apontadas e acolhido todo

acréscimo sugerido, espero que a obra possa estar à altura do que vossa excelência tenha tentada.

Por mais que tente, não conseguirei expressar na incompletude das palavras a gratidão que sinto em ter exatamente vocês, enquanto banca qualificadora e agora novamente na defesa.

Agradeço a minha mãe intelectual, Socorro Helena, pessoa que me apresentou ao primeiro tipo de pesquisa, a empírica e despertou em mim, o prazer pelos estudos, pelo conhecimento, pela descoberta e o amor inigualável e indescritível pela profissão.

Socorro, em todos os momentos da minha vida, sempre a colocarei dentre as melhores maravilhas que a vida pôde me conceber. Eu te amo nesta e tantas outras jornadas!!!

Ainda, gratidão a meu esposo Ricardo Quintana que, embora tenha como uma das linguagens pessoais do amor o receber e dar elogios, confesso que eu não os faço com tanta frequência, ao menos o quanto gostaria que eu os fizesse.

Não poderia deixar de agradecê-lo, esse meu ser de luz, extrema paciência e de amor, companheirismo e exemplo, a força que teve em me acompanhar nessa empreitada, entendeu empaticamente, incentivou-me e não deixou que eu desistisse ou desanimasse de nenhuma fase a ser cumprida e por estar comigo do início ao fim de mais essa jornada.

Obrigada, amor meu, por sempre me ouvir, escutar, ler o texto que para você alguns trechos não faziam sentido algum e atrevia-se a dizer o quão tedioso aos seus olhos é essa área de estudos e, ainda assim, leu-o linha por linha, palavra por palavra e me ajudou como pode fazendo o seu melhor sempre.

Jamais poderei agradecer-te à altura, apesar de o fazê-lo aqui em palavras, elas brotam do meu coração apaixonado por ti e em gratidão a tudo o que fez e faz e persiste em sempre fazer por mim. Sou grata a ti, pela lealdade com que me acompanha em cada sonho idealizado, por arcar momentaneamente com todos os custos familiares e possibilitar manter-me focada nesse processo de crescimento intelectual.

Perdoe-me, porque estou ciente de que o tempo gasto na construção desse sonho, em detrimento do tempo furtado de nossa família, deixou-me em dívida para nos compensar, da melhor maneira possível, a lacuna existente do tempo de nosso convívio familiar, sem olvidar especialmente do nosso casamento, cujos valores estão além das conquistas deste mundo.

Agradeço ao meu pequeno príncipe, um promissor homenzarrão no porvir, Bernardo Oliver, filho amado a quem agradeço. Você me ensinou a preciosidade que é o tempo juntos entre mãe e filho, meu primeiro filho, ensinou-me a grandeza que é o amor de mãe, ensinou-me que nada na vida teria sentido sem você! Eu te amo desde sempre, sua *mama*!!!

Agradeço ao meu pai, Domingos Dealmiro Porto, que apesar de não compreender a extensão da importância desta pesquisa, sempre me apoia ao final das conversas dizendo: “ *você tem que estudar e fazer o concurso do Ibama, esse dá dinheiro, esse negócio de professor, larga disso, isso não dá dinheiro*”. Obrigada pai, o senhor é meu exemplo de vida, de sabedoria pela experiência e de luta para vencer as dificuldades!

Agradeço, aos meus irmãos e irmãs que, apesar de também não fazerem ideia do que me propus a estudar, sempre torceram e torcem por mim e reconhecem a minha luta e dedicação aos estudos. Amo cada um de vocês: Paula Renata Gomes Quintana, Wagner Dealmiro Porto, Darlyane Quintana Porto, Railane Quintana Porto e Vinicius Quintana Porto.

Agradeço às primas, em especial a prima Ana Paula Quintana, que me impulsionou e disse que tudo valeria a pena e acrescentou que estaria disponível a ajudar em tudo que pudesse! Grata sou pela sua preocupação em saber como eu estava e como se desenvolvia a pesquisa e a escrita deste trabalho.

Agradeço aos demais primos e primas, sobrinhos e sobrinhas, tios e tias, vizinha e aos cunhados que admiram e torcem por mim nessa jornada que, mesmo com pausas, parece nunca ter um fim, mas me encorajam às conquistas enquanto restar ainda fôlego de vida que Deus Nosso Senhor me concede a cada manhã!!!

Gratidão à minha amiga e irmã na graduação, na pesquisa e no decorrer de praticamente toda a minha vida acadêmica, Carla Bastiani!!! Grata sou a você, que me apoiou, aconselhou, orientou em todos os momentos necessários.

Obrigada por ouvir minhas lamúrias, pelas dicas no decorrer da pesquisa, por todo incentivo e motivação que uma verdadeira amiga sempre se presta a fazer. As tuas lições são para além dos bancos da Universidade, para além da pesquisa científica, são para toda a vida!!!

Grata sou também à minha amiga, que também me acompanha desde a graduação, com a mesma orientadora de PIBIC, Karilleyla Andrade, a minha irmã Verônica Ramalho, por ser minha parceira nesse trilhar acadêmico que, mesmo nesta correria pela nova realidade de sermos *mães de primeira viagem*, continua a me orientar e me aconselhar a respeito das nuances desta vida e a cada decisão a ser tomada, a cada sonho a ser alcançado e sempre lançando luzes sobre mim para que eu possa me decidir da melhor maneira possível.

Agradeço às amigas que também são minhas irmãs e, sem dúvidas, quaisquer palavras aqui proferidas não farão jus à cada uma de vocês pelo tanto que participaram e assistiram a minha angústia misturada com prazer no desenvolvimento desta obra, por todas as vezes que compartilhamos confissões, mas registro aqui o quanto amo todas vocês!!!

Dito isto, sou imensamente grata a elas:

Elsafan de Sá, por sempre ter acreditado no meu potencial e nunca medir palavras para me incentivar a querer sempre melhorar em todos os aspectos possíveis;

Phlávía Fernandes, pela amizade e por me reconhecer como alguém dada aos estudos e que por isso chegaria a essa reta final;

Vivian Reis, por ser uma líder e incentivadora nata e porque desde o início dessa jornada ter reconhecido que eu haveria de ter êxito na empreitada;

Lédina Duarte, por ser a amiga que a todo momento disse: “*você vai conseguir*” e por ser essa irmã que sempre me socorreu nos maiores apuros que tive sem hesitar e por sempre estar presente nos momentos bons e sombrios que passei;

Eliane Rodrigues, pela amizade sincera e pelo companheirismo em me aconselhar a dividir o exíguo tempo entre trabalho, família e educação;

Karla Patrícia, por manter o nosso vínculo familiar e nossa credulidade no Deus do impossível para que tudo que orbita em nossa volta possa fazer sentido e possa sempre estar equilibrado;

Noelma Guimarães, por todo cuidado com nossa amizade, desde os cabelos lindos que ela me proporcionou com todo seu profissionalismo ímpar, quanto pelos conselhos valorosos no que diz respeito às dificuldades conjugais e às intempéries da vida;

Marahelma Martins, pela amiga e irmã que és desde a minha chegada a este Estado do Tocantins e por também incentivar-me a não *comer morte*, dito de outra forma, a deixar de comer carne ante o reconhecimento do valor da vida dos animais;

Ilma de Jesus, por ser aquela amiga que me acompanha desde o ensino médio até os dias atuais, nos mais diversos momentos, ainda que a distância, mantendo conosco um vínculo saudável na busca pelo conhecimento Divino e pelo conhecimento científico;

Alice Bastos, por ser sempre aquela amiga, irmã e mãe com as típicas palavras sábias, próprias das amigas que me amam e que também me direcionam neste caminhar da vida, apesar das dificuldades e percalços deste mundo.

Agradeço às colegas e aos colegas de mestrado, pelo prazer de os ter conhecidos, em especial, àqueles e àqueles que contribuíram com a escolha do título, com a indicação de algum referencial teórico, pela motivação mais frequente pela proximidade, pelas correções ou quaisquer outras ajudas que não tenham sido devidamente registradas nestas linhas, mas de mesma intensidade agradecidas de uma forma geral.

Sônia Cunha, por ter me apresentando os escritos de Suzy Lagazzi, pelas gratificantes conversas e também pelo silêncio eloquente;

Maryellen Crisóstomo, Stephan Bravin, Damião Bolchet, Elizângela Araújo, Carla Alessandra, Tatiane Veloso, Liethen Primo, Richardson e Rivânia, pelo companheirismo ombreado e por toda a força aplicada direta ou indiretamente para a consecução do término desta obra, reconhecendo que desde o início do programa, ciente do efeito borboleta que causa um simples gesto de ajuda, podem efetivamente terem colaborado para este sucesso afinal.

Agradeço também às professoras e aos professores que fizeram parte do programa de mestrado através das disciplinas obrigatórias e optativas, bem como àquelas e àqueles que tive o prazer de conhecer ou ao menos absorver alguns conselhos, seja por meio da leitura de seus escritos, pessoalmente ou virtualmente, como Luzmara Curcino, Suzy Lagazzi, Luiz Carlos Martins,

Também, àquelas e àqueles que contribuíram mais substancialmente para a realização desta obra em específico, quais sejam: Karylleila Klinger Andrade, por ter sido a minha primeira orientadora, aquela que me inseriu na pesquisa, na escrita científica, aquela que fez meus olhos lacrimejarem ao reconhecer as minhas deficiências; Livia Melo, pelas várias ajudas, orientações e palavras motivadoras; Cezar Rodrigues pela escrita do primeiro artigo no mestrado; Ângela Fuza, pela escrita do segundo artigo no mestrado; Dalve Oliveira Batista Santos, por assistir as valiosas discussões da Linguística Aplicada; José Edicarlos de Aquino, pelas aulas descontraídas, sem retirar o compromisso com os estudos linguísticos; Jonas Pereira Lima, pelas valiosas dicas nos estudos da Semiótica, pela presteza com que me atendestes e pelo apoio no desenvolvimento deste trabalho.

Ainda, meus agradecimentos à Eni P. Orlandi, pelos seus escritos e, especialmente, quando participei de uma das vossas *lives*, ter me respondido um questionamento que vos dirigi, mesmo aos vossos olhos sendo clara a elucidação, mas naquele momento obnubilava-me o pensamento.

Também sou grata à Luiza Helena Oliveira da Silva, professora de Semiótica que me brindou com seus ensinamentos, materiais de apoio e receptividade, pois jamais havia conhecido uma profissional tão cordial quanto a vossa excelência e garanto em vos dizer que realmente foi um imenso prazer vos conhecer.

Agradeço à professora Carine Hault, por ter sido inicialmente minha orientadora, ainda que por breve período e por motivos alheios à vossa vontade não ter continuado com a pesquisa nesta área de Sociolinguística. Muito embora a despedida da pesquisa eventualmente não ocorrera da melhor forma, deixo aqui registrada toda minha gratidão pelo início de tudo.

E para além de tantos agradecimentos, sou grata a cada um, participante dessa jornada, pelos ditos e não ditos, pelos silenciamentos, pelos questionamentos, pelas (im) possibilidades

na Análise de Discurso Materialista e da Semiótica e por tantas posições, sujeitos que me direcionaram, não só ao crescimento intelectual e pessoal, mas a um amadurecimento espiritual.

E não menos importante, senão o que mais importa agradecer por tudo além do que fora aqui trabalhado, a Deus, por todas as oportunidades a mim concedidas por meio da Sua graça e misericórdia sem fim que me possibilitaram chegar até aqui com vida e saúde, melhor até do que quando iniciei essa caminhada!

Peço perdão à todas e a todos a quem, por quaisquer motivos indesculpáveis, não pude registrar meus agradecimentos, ante as diversas circunstâncias pelas quais me encontro, pessoas às quais me curvo em respeito às vossas colaborações para que direta ou indiretamente eu tenha alcançado qualquer grau deste sucesso!

E por fim digo-lhes através das palavras do outro, algo que diz muito: “O sentido da vida é uma construção histórica, social e cultural. O sentido da vida não é o mesmo para todos, não é o mesmo o tempo todo, nem em todos os lugares, nem do mesmo modo. O que eu não quero, nem você, nem o Karnal, é morrer à toa. Mas para não morrer à toa, é preciso não viver à toa”.

Mário Sérgio Cortella

*“Ninguém é escritor por haver decidido dizer certas coisas,  
mas por haver decidido dizê-las de determinado modo”.*

Jean-Paul Sartre

## RESUMO

Esta dissertação trata da aplicação da Semiótica greimasiana e da Análise do Discurso para examinar as interlocuções que engendram a obra cinematográfica “Polícia Federal: A Lei é para todos” (2017), dirigida por Marcelo Antunes, baseada no livro homônimo de Carlos Graieb e Ana Maria Santos. Tem como objetivos: descrever e interpretar a “Lei<sup>1</sup>” como personagem protagonista a partir da película ora mencionada. Analisar os sentidos construídos a partir das relações opositivas presentes na obra. Investigar os discursos apresentados com base nos dispositivos teóricos da Análise do Discurso. E apresentar as interpretações extraídas da narrativa fílmica consubstanciadas na intersecção entre Semiótica e Análise do Discurso. A metodologia estabelecida é a pesquisa qualitativa com aporte bibliográfico, com vistas a articular conceitos à prática da investigação de discursos postos em marcha na construção fílmica em questão. Dito isso, o aparato teórico–metodológico empregado estruturou-se a partir das contribuições de Michel Pêcheux (1960, 1983, 1988, 1990, 1997, 2002, 2009 e 2010), Greimas (1973, 1975, 2014), Greimas e Courtes (1979), Fiorin (1995, 2011, 2013, 2016), Diana Luz de Barros (2001, 2002, 2005, 2011, 2012), Orlandi (1983, 1986, 1993, 2007, 2011, 2017) e Soares (2020), dentre outros que se fizeram necessários. Os resultados obtidos possibilitaram por meio da aplicação do Percorso Gerativo de Sentido extrair do nível fundamental as relações dos opostos semânticos (honestidade *versus* desonestidade, punibilidade *versus* impunibilidade, parcialidade *versus* imparcialidade, e justiça *versus* injustiça). No tocante em nível narrativo, obtiveram-se os programas narrativos em que se configuraram os estados de transformações de um estado de conjunção para uma condição de disjunção com o objeto de valor ou vice-versa e a partir dos quais pôde-se evidenciar o agir do ser humano sobre o outro. E do nível discursivo obteve-se como temática central narrativizada a corrupção do qual se depreenderam diversas outras como: a investigação da operação Lava Jato, a cultura da desonestidade, o superfaturamento de obras públicas. Nesse sentido a aplicação da lei de forma conveniente não faz jus ao título do filme, pois apresenta divergência à luz dos fatos narrativizados, além de tráfico de drogas, prostituição, a imparcialidade das decisões judiciais. E a partir da Análise do Discurso, além desta ratificar de forma parcial os resultados obtidos com base na investigação da teoria Semiótica, pôde acrescer as interpretações e apontar a lei como protagonista da obra por meio da sua transfiguração de representação dos personagens, do delegado, juiz, promotor e procuradores. Além de apontar a falsa crítica direcionada ao personagem antagonista a corrupção do poder público como origem e único responsável de todas as mazelas sociais, pois para além deste sistema corrupto tem-se o sistema escravocrata que atualizado é refletido pela divisão das classes sociais no Brasil.

**Palavras-chave:** Semiótica greimasiana, Análise do Discurso, Sentidos internos e externos, Texto fílmico, Polícia Federal: A Lei é para Todos.

---

<sup>1</sup> Lei - É uma regra de direito geral, abstrata e permanente, proclamada obrigatória pela vontade da autoridade legislativa competente e expressa de forma escrita. Conceito de Hélio Capel. Disponível em: <http://professor.pucgoias.edu.br/SiteDocente/admin/arquivosUpload/18787/material/IED%20-%20Aula%2010.pdf>. Acesso em: 29 out. 2020.

## ABSTRACT

This dissertation deals with the application of Greimasian Semiotics and Discourse Analysis to examine the interlocutions that engender the cinematographic work “Polícia Federal: a Lei é para todos” (2017), directed by Marcelo Antunes, based on the book of the same name by Carlos Graieb and Ana Maria Santos. Its objectives are: to describe and interpret the “Law” as a protagonist character based on the aforementioned film. Analyze the meanings constructed from the oppositional relations present in the work. Investigate the speeches presented based on the theoretical devices of Discourse Analysis. And to present the interpretations extracted from the film narrative embodied in the intersection between Semiotics and Discourse Analysis. The established methodology is qualitative research with bibliographic support, with a view to articulating concepts to the practice of investigating discourses set in motion in the film construction in question. That said, the theoretical-methodological apparatus employed was structured based on the contributions of Michel Pêcheux (1960, 1983, 1988, 1990, 1997, 2002, 2009 and 2010), Greimas (1973, 1975, 2014), Greimas and Courtes (1979), Fiorin (1995, 2011, 2013, 2016), Diana Luz de Barros (2001, 2002, 2005, 2011, 2012), Orlandi (1983, 1986, 1993, 2007, 2011, 2017) and Soares (2020), among others that were necessary. The results obtained made it possible, through the application of the Generative Sense Path, to extract from the fundamental level the relations of the semantic opposites (honesty versus dishonesty, punishment versus impunity, partiality versus impartiality, and justice versus injustice). Regarding the narrative level, narrative programs are obtained in which the states of transformation of a state of conjunction were configured for a condition of disjunction with the object of value or vice-versa and from which it was possible to demonstrate the act of man over man. And from the discursive level, corruption became the central theme narrated, from which several others emerged, such as: the investigation of the Lava Jato operation, the culture of dishonesty, the overpricing of public works. In this sense, the application of the law in a convenient way does not live up to the title of the film, as it presents divergence in the light of the narrated facts, in addition to drug trafficking, prostitution, the impartiality of judicial decisions. And from Discourse Analysis, in addition to partially ratifying the results obtained based on the investigation of Semiotic theory, he was able to add interpretations and point out the law as the protagonist of the work through his transfiguration of the representation of the characters, of the delegate, judge, prosecutor and prosecutors. In addition to pointing out the false criticism directed at the antagonistic character, the corruption of the public power as the origin and sole responsible for all social problems, because in addition to this corrupt system, there is the slave system that is updated and reflected by the division of social classes in Brazil.

**Keywords:** Greimasian semiotics, Discourse Analysis, Internal and external senses, Film text, Polícia Federal: a Lei é para todos.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Ilustração 1 - Brasil honesto (Euforia) → Brasil desonesto (Disforia) .....	72
Ilustração 2 - A camuflagem dos opostos semânticos .....	75
Ilustração 3 - Imagem do rato como simbologia da corrupção .....	111
Ilustração 4 - Padre Antônio Vieira – “Os portugueses não veem aqui querendo o nosso bem, mas nossos bens” .....	113
Ilustração 5 - Agente federal na apreensão do caminhão de Palmito .....	116
Ilustração 6 - A caneta – símbolo de metáfora que aparece na película.....	122
Ilustração 7 - Executivo preso .....	130
Ilustração 8 - Venda de Dossiês .....	132
Quadro 1 - Os acontecimentos em ordem cronológica do filme .....	28
Quadro 2 - Esquema do Percurso Gerativo de Sentido .....	35
Quadro 3 - Etapas de interpretação do texto ao discurso .....	53
Quadro 4 - Quadro Semiótico: Oposição de Valores .....	78
Quadro 5 - Quadro Semiótico: Operação de Negação e Aserção .....	80
Quadro 6 - Quadro Semiótico: Operação de Negação e Aserção .....	81
Quadro 7 - Negação dos opostos semânticos .....	81
Quadro 8 – Esquema de aplicação.....	84

## LISTA DE SIGLAS

AAD: Análise Automática do Discurso

AD: Análise do Discurso

AIE: Aparelhos Ideológicos do Estado

ARE: Aparelhos Repressivos do Estado

BNDES: Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social

CNH: Carteira Nacional de Habilitação

CRFB: Constituição da República Federativa do Brasil

F: Função

FD: Formação Discursiva

MA: Maranhão

MP: Ministério Público

MPF: Ministério Público Federal

ONU: Organização das Nações Unidas

OV: Objeto de Valor

PF: Polícia Federal

PGS: Percurso Gerativo de Sentido

PIB: Produto Interno Bruto

PMDB: Partido do Movimento Democrático Brasileiro

PN: Programa Narrativo

PP: Partido Progressista

PR: Paraná

PT: Partido dos Trabalhadores

SP: São Paulo

STF: Supremo Tribunal Federal

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>20</b>
<b>2</b>	<b>“POLÍCIA FEDERAL: A LEI É PARA TODOS” – CONTEXTUALIZAÇÃO E RECORTE DISCURSIVO .....</b>	<b>24</b>
<b>2.1</b>	<b>Semiótica – conceitos essenciais .....</b>	<b>29</b>
<b>2.2</b>	<b>Análise do Discurso – concepções fundamentais .....</b>	<b>39</b>
<b>2.3</b>	<b>Língua, discurso e sujeito.....</b>	<b>57</b>
<b>3</b>	<b>ANÁLISE SEMIÓTICA DO TEXTO FÍLMICO “POLÍCIA FEDERAL: A LEI É PARA TODOS” .....</b>	<b>64</b>
<b>3.1</b>	<b>Percurso Gerativo de Sentido (PGS) .....</b>	<b>67</b>
<b>3.2</b>	<b>Nível profundo ou fundamental .....</b>	<b>68</b>
<b>3.3</b>	<b>Nível secundário ou narrativo .....</b>	<b>82</b>
<b>3.4</b>	<b>Nível terciário ou discursivo .....</b>	<b>92</b>
<b>4</b>	<b>ANÁLISE DE DISCURSO NO FILME “POLÍCIA FEDERAL: A LEI É PARA TODOS” .....</b>	<b>99</b>
<b>4.1</b>	<b>Análise das condições de produção .....</b>	<b>100</b>
<b>4.2</b>	<b>O entrelaçamento do Interdiscurso com a Memória discursiva .....</b>	<b>106</b>
<b>4.3</b>	<b>Análise das formações discursivas .....</b>	<b>119</b>
<b>4.4</b>	<b>Trapaças discursivas manifestas no discurso de combate à corrupção .....</b>	<b>127</b>
<b>5</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>139</b>
	<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>148</b>

## 1 INTRODUÇÃO

“Quadro nenhum está acabado, disse certo pintor; se pode sem fim continuá-lo, primeiro, ao além de outro quadro que, feito a partir de tal forma, tem, na tela, oculta, uma porta que dá a um corredor que leva a outra e a muitas portas”.

*João Cabral de Melo Neto*

A presente dissertação situa-se na área de Linguística, na linha de pesquisa “Texto, Discurso e História”, do Programa de Pós-Graduação em Letras, da Universidade Federal do Tocantins, campus de Porto Nacional.

Trata-se da análise semiótico-discursiva sobre o discurso no filme “Polícia Federal: A lei é para todos”, norteada pela problemática: Como os sentidos construídos na película permitem entender a Lei enquanto personagem protagonista? E para construir o percurso metodológico a fim de responder ao questionamento levantado desenvolveu-se o objetivo geral de analisar como a mencionada “Lei” é configurada por meio dos sentidos construídos como uma protagonista a partir dos discursos instaurados na película. A obra foi lançada no dia 7 de setembro do ano de 2017, dirigida por Marcelo Antunes e produzida por Tomislav Blazic. Ainda é válido ressaltar que a peça fílmica se baseou no livro homônimo de autoria do jornalista Carlos Graieb e da executiva e escritora Ana Maria Santos.

Conforme Balloussier (2017), e noticiado pela mídia, a produção do filme teve orçamento de R\$ 15 milhões, com custeio todo privado, contudo não houve identificação dos investidores, fato é que não teve uso de recursos advindos da Lei Rouanet<sup>2</sup>. A presente pesquisa adotou a abordagem qualitativa com aporte bibliográfico direcionado pelos princípios e procedimentos basilares da Semiótica greimasiana e da Análise do Discurso (AD), visando articular conceitos teóricos à prática da investigação de discursos postos em marcha na construção cinematográfica em questão.

Para o desenvolvimento do objetivo geral, qual seja, desvelar como a Lei é construída como um personagem protagonista a partir dos discursos arquitetados, serão desenvolvidos os seguintes objetivos específicos: analisar os sentidos construídos com base nas relações

---

2 Principal ferramenta de fomento à Cultura do Brasil, a Lei de Incentivo à Cultura contribui para que milhares de projetos culturais aconteçam, todos os anos, em todas as regiões do país. Por meio dela, empresas e pessoas físicas podem patrocinar espetáculos – exposições, shows, livros, museus, galerias e várias outras formas de expressão cultural – e abater o valor total ou parcial do apoio do Imposto de Renda. A Lei também contribui para ampliar o acesso dos cidadãos à Cultura, já que os projetos patrocinados são obrigados a oferecer uma contrapartida social, ou seja, eles têm que distribuir parte dos ingressos gratuitamente e promover ações de formação e capacitação junto às comunidades. Criado em 1991 pela Lei 8.313, o mecanismo do incentivo à cultura é um dos pilares do Programa Nacional de Apoio à Cultura (PRONAC), que também conta com o Fundo Nacional de Cultura (FNC) e os Fundos de Investimento Cultural e Artístico (FICARTS). O que é a Lei de Incentivo. Disponível em: <http://leideincentivoacultura.cultura.gov.br/>. Acesso em: 21 abr. 2020.

opositivas presentes na obra; investigar os discursos apresentados com base nos dispositivos teóricos da Análise do Discurso e apresentar as interpretações extraídas da narrativa fílmica consubstanciadas na intersecção entre Semiótica e Análise do Discurso.

Esta investigação torna-se relevante por trazer para os estudos científicos da linguagem a apreciação de uma obra de ficção que retrata indícios da realidade, bem como pelo fato de permear o contexto histórico político e social da atualidade. Outra motivação reside no fato da existência de polêmica envolvendo tendenciosidades na produção, a forma como trata as questões relativas a Operação Lava Jato (fato real), discursos que merecem ser analisados à luz das teorias semiótica e da AD. Justifica o trabalho ainda a parca existência de pesquisas que entrelaçam os conceitos semióticos aos conceitos da Análise do Discurso em trabalhos cinematográficos a fim de interpretarem os sentidos postos.

Vale ressaltar que a AD é sustentáculo indispensável para compreender as condições de produção dos dizeres engendrados na peça fílmica. Nessa vertente, os estudos semiolinguísticos tornam-se significativos quando estão direcionados à análise do funcionamento da linguagem, dos enunciados, dos discursos produzidos, objetivando explicitar suas respectivas composições. Assim, a escolha de analisar a linguagem produzida na referida peça cinematográfica, tendo como objeto a ser investigado os dizeres produzidos na obra e o suporte de interpretação as imagens que constituem seus efeitos, justifica-se em perscrutar, descrever e demonstrar o modo pelo qual a Lei retratada no filme é configurada como um protagonista na película, além de expor, através dos arcabouços teóricos, a construção dos sentidos e, por conseguinte, figurativizam a Lei.

A fim de resolver a problemática apresentada e alcançar os objetivos desta pesquisa, os questionamentos levantados foram: 1. Trata-se o filme de algo real ou é produção ficcional de manipulação? 2. A Lei pode ser compreendida como uma protagonista? 3. Há um antagonista? 4. Quais dispositivos teóricos da Semiótica e da Análise do Discurso servem para a interpretação dos discursos narrativizados na obra? 5. E, por fim, quais as relações quanto a interpretação dos discursos que engendram a obra pode ser extraída a partir da aplicação da Semiótica e da Análise do Discurso? Apresentados os questionamentos explicita-se o porquê da adoção da *Teoria Semiótica greimasiana*, também conhecida como semiótica francesa, que por vez, justifica-se por ser considerada a *teoria da significação*, com foco na construção de sentidos no texto.

Nessa perspectiva, a teoria de Algirdas Julien Greimas (1973) consubstancia-se no pressuposto de que todo enunciado tem uma intenção necessária de um sujeito da enunciação. Tal sujeito resulta na relação de um enunciador com um enunciatário. É com base na Semiótica

que se construirá o Percurso Gerativo de Sentido, doravante (PGS). Ainda, segundo Fiorin (2016), aquele é uma sucessão de patamares ou níveis (fundamental, narrativo e discursivo) passíveis de recepcionarem uma descrição em conformidade com os sentidos extraídos do texto, sendo por meio destas descrições que se produzem e se interpretam os sentidos inerentes ao texto, indo da construção de sentido interna mais simples a mais complexa.

Já a Análise do Discurso (AD) volta-se para a interpretação dos sentidos construídos tanto em nível interno, quanto externos ao texto. É denominada como um campo dos estudos da Linguística e do estudo da comunicação e tem como interesse primordial as construções de sentidos e ideologias. É por meio da AD que se depreende e se explica como os sentidos são arquitetados e como estes são articulados à historicidade em que são produzidos. Assim, os estudos semióticos serviram para sustentar a interpretação da análise do discurso do filme “Polícia Federal: A Lei é para todos”. Importa ressaltar que o Percurso Gerativo de Sentido (PGS) da Semiótica se volta para uma interpretação interna e a AD para uma interpretação tanto interna como externa.

Acredita-se que a presente pesquisa contribuirá tanto para o PPG/Letras da UFT de Porto Nacional, como para o desenvolvimento da produção de pesquisas acadêmicas em Análise do Discurso com base na produção fílmica, pois, será fundamentada nesse estudo a compreensão dos sentidos internos e externos produzidos, suas relações históricas e ideológicas, bem como a articulação da Lei enquanto protagonista produzida pelos discursos da película.

A respeito da organização textual do trabalho, a presente pesquisa está dimensionada em cinco seções. A primeira seção apresenta a introdução da pesquisa. A segunda seção está estruturada com a revisão bibliográfica constituída de três subseções, que tratam sucessivamente a síntese da obra cinematográfica, o conceito de Percurso Gerativo de Sentido da Semiótica greimasiana, as concepções fundamentais da AD e os conceitos de língua, discurso e sujeito.

A terceira seção está dividida em quatro subseções, que apresentam a análise Semiótica greimasiana do PGS com abordagem dos três patamares, sendo o fundamental, o narrativo e o discursivo. Esta seção tem como objetivo apresentar uma análise interna do que está sendo dito no texto fílmico. A quarta seção está dividida em quatro subseções. A seção será constituída da AD na peça fílmica, com o fim de trabalhar os conceitos essenciais desta análise, bem como explorar a interpretação para além do que o texto diz em seus aspectos sociais, históricos e ideológicos. A quinta e última seção trata das considerações finais desta pesquisa.

Diante o exposto e de acordo com Orlandi (2007, p. 26), “não há uma verdade oculta atrás do texto”, mas gestos de interpretação que o constituem e que o dispositivo teórico da AD permite apontar como possibilidade de sentido. Assim, sem quaisquer pretensões de esgotar os sentidos que a presente pesquisa buscou investigar, aponta-se algumas possibilidades de leitura, haja vista as questões discursivas serem por demais complexas e admitirem novas articulações de sentido, abertas a novas interpretações. Dito isso, “querer esgotar as ideias contidas numa palavra é uma empreitada totalmente quimérica” (SAUSSURE, 2002, p. 71). Em analogia à reflexão de Saussure (2002) querer esgotar os sentidos contidos nos discursos que engendram o filme “Polícia Federal: A Lei é para todos” também seria uma utopia.

## 2 “POLÍCIA FEDERAL: A LEI É PARA TODOS” – CONTEXTUALIZAÇÃO E RECORTE DISCURSIVO

“O de que se precisa é possibilitar que, voltando-se sobre si mesma, através da reflexão sobre a prática, a curiosidade ingênua, percebendo-se como tal, se vá tornando crítica. [...]. É pensando criticamente a prática de hoje ou de ontem que se pode melhorar a próxima prática. O próprio discurso teórico, necessário à reflexão crítica, tem de ser de tal modo concreto que quase se confunda com a prática [...]. Quanto mais me assumo como estou sendo e percebo a ou as razões de ser de por que estou sendo assim, mais me torno capaz de mudar, de promover-me, no caso, do estado de curiosidade ingênua para o de curiosidade epistemológica” (FREIRE, 2004, p. 39).

A presente seção foi estruturada sob a pesquisa bibliográfica, essencial a todo tipo de estudo a fim de apresentar o referencial teórico/metodológico como passo inicial na construção efetiva deste processo de investigação, pois após ter escolhido estudar os discursos que engendraram o filme “Polícia Federal: A Lei é para todos” e ter percebido neste um solo fértil para perscrutar os sentidos construídos com base nas teorias da Semiótica e da Análise do Discurso, verificou-se a necessidade de apresentar uma revisão bibliográfica que fundamenta esta investigação, bem como as análises construídas. A revisão é caracterizada a partir da consulta a textos, livros, e outros arquivos que contribuíram teoricamente quanto ao assunto almejado. Segundo Minayo (1996, p. 97) “[...] a primeira tarefa a que nos propomos é um trabalho de pesquisa bibliográfica, capaz de projetar luz [...]” ao nosso objeto de investigação.

Nessa perspectiva, esta revisão serviu para melhor delimitação do método apropriado, assim como conferir autenticidade à pesquisa no sentido de não ter estudos anteriores nessa linha de investigação que relacione (os discursos da película, a Semiótica e a Análise do Discurso). Ademais, conforme Minayo (1996, p. 89):

O conhecimento se faz a custo de muitas tentativas e da incidência de muitos feixes de luz, multiplicando os pontos de vista diferentes. A incidência de um único feixe de luz não é suficiente para iluminar um objeto. [...] A incidência a partir de outros pontos de vista e de outras intensidades luminosas vai dando formas mais definidas ao objeto; vai construindo um objeto que lhe é próprio. A utilização de outras fontes luminosas poderá formar um objeto inteiramente diverso ou indicar dimensão inteiramente nova ao objeto.

Nessa lógica, o tipo de pesquisa desenvolvido foi a explicativa, haja vista estudar os mecanismos de funcionamento da linguagem que determinam a ocorrência dos sentidos (histórico, social e ideológico) construídos no discurso. Além disso, Eco (1989, p. 42) acrescenta que “Organizar uma bibliografia significa buscar aquilo cuja existência ainda se ignora. O bom pesquisador é aquele capaz de entrar numa biblioteca sem ter a mínima ideia sobre um tema e sair dali sabendo um pouco sobre ele”. Assim, utilizaram-se como fontes de

“luminosidade” dos sentidos as teorias Semiótica e Análise do Discurso num processo de pesquisa classificada como qualitativa, pois se apresentou o seu desenvolvimento, bem como os resultados, porque os dados e informações recebem tratamento descritivo e interpretativo, tendo um mínimo de interferência do pesquisador na medida em que este faz uso de um dispositivo teórico que intermedeie uma abordagem mais reflexiva/crítica. Para tanto, aborda-se neste estudo o método dialético, haja vista ser através do diálogo, da argumentação que construíram as interpretações e distinguiu-se com maior clareza possível os sentidos articulados e discussões envolvidas.

A problemática desenvolvida e apresentada em forma de questão foi: Como a Lei é configurada como protagonista na obra? Na concepção de Luckesi *et al.* (1986, p. 178), problematizar o tema “é sempre uma pergunta, uma curiosidade, um desafio que move o ser humano a investigar, a procurar saber, a desvendar os mistérios, a superar interrogações, a vencer desafios”.

Dado a importância, enfatiza-se o ponto em comum da Semiótica e da Análise do Discurso, cujo foco é a linguagem, podendo ser verbal ou não verbal. Assim, utilizou-se das técnicas da Semiótica limitadas a analisar os sentidos produzidos na superfície textual ancoradas nas imagens, bem como as técnicas da Análise do Discurso que consideram os sentidos construídos tanto no texto e fora deste, traçando uma leitura mais ampla dado o dispositivo teórico oferecer envergadura para tanto. Dito isso, adotou-se como procedimento metodológico alguns percursos:

- a) Apresentou-se uma síntese sobre a obra adotada como *corpus*;
- b) Construiu-se o referencial teórico/metodológico por meio do qual também se concretizou a seleção da ferramenta de interpretação, denominada Percurso Gerativo de Sentido da Semiótica (PGS), bem como os conceitos da Análise do Discurso como as condições de produção, as formações discursivas, o interdiscurso, a memória discursiva, os silenciamentos e outros, de modo que todos são apresentados nas duas subseções desta seção;
- c) Após a construção da síntese da obra, uma vez selecionada a teoria, partiu-se para a construção de uma primeira leitura voltada para o texto e desta construiu-se uma primeira interpretação eminentemente centrada nos sentidos textuais como versa a Semiótica;
- d) Assim, construída a primeira interpretação inerente à película textual com base nos níveis (fundamental, narrativo e discursivo) dos quais se depreenderam os opostos semânticos (honestidade *versus* desonestidade, punibilidade *versus* impunibilidade,

parcialidade *versus* imparcialidade, e justiça *versus* injustiça); as relações de euforia e disforia e as de conjunções e disjunções com base nos programas narrativos e, por último, numa leitura no nível discursivo, levantaram-se os temas e subtemas refletidos com a temática principal do filme;

- e) A partir da leitura/interpretação dos sentidos construídos na teoria Semiótica, selecionaram-se os excertos discursivos analisados que serviram de recorte da descrição, interpretação e análise do discurso com objetivo de extrair os sentidos construídos no funcionamento da linguagem. Posto isso, o percurso metodológico explicitado até aqui teve o objetivo de traçar um panorama geral da presente dissertação e nas linhas seguintes esse trajeto tem início com a apresentação sintetizada da obra “Polícia Federal: A Lei é para todos”.

Esse filme foi dirigido por Marcelo Antunez e apresentado como um drama ficcional<sup>3</sup>, apesar de possuir características de um documentário<sup>4</sup>; retrata a corrupção no Brasil, desde a época do descobrimento, passando pela investigação do Mensalão<sup>5</sup> até chegar ao início da Operação Lava Jato<sup>6</sup> em março de 2014, sob o ângulo da visão dos agentes da Polícia Federal (PF). No que se refere a classificação da obra quando se leem as definições do que venha a ser ficção e do que se entende por documentário, percebe-se que há uma mistura na produção cinematográfica que é constituída tanto por características de um quanto do outro, pois o filme apresenta indícios de fatos reais, mas também, traz construções imaginárias do diretor por meio da figuratização dos personagens.

Segundo Furtado (2017), como estratégia de conquistar a atenção do público foram chamados atores conhecidos, como: Antônio Calloni, no papel do Delegado Ivan; Bruce Gomlevsky, como Delegado Júlio Cesar; Flávia Alessandra, como Delegada Beatriz; Rainer

---

<sup>3</sup> A característica mais importante da prosa ficcional é o drama. No âmbito da prosa, drama, dramático, deve ser entendido como conflito ou ação conflituosa. O conflito é, portanto, o elemento central de um enredo. Se não há conflito, não há drama e nem história.

<sup>4</sup> Documentário é um gênero cinematográfico que se caracteriza pelo compromisso com a exploração da realidade. Mas dessa afirmação não se deve deduzir que ele represente a realidade tal como ela é. O documentário, assim como o cinema de ficção, é uma representação parcial e subjetiva da realidade. Conceitos retirados e disponíveis em: <https://www.recantodasletras.com.br/teorialiteraria/2589975>. Acesso em: 18 out. 2020.

<sup>5</sup> O que foi o mensalão? O escândalo consistiu nos repasses de fundos de empresas, que faziam doações ao Partido dos Trabalhadores (PT) para conquistar o apoio de políticos. O esquema de corrupção começou em 2002 e só em 2005 foi descoberto, por meio de uma gravação secreta. Disponível em: <https://www.politize.com.br/mensalao-o-que-aconteceu/>. Acesso em: 19 out. 2020.

<sup>6</sup> A Operação Lava Jato é a maior iniciativa de combate à corrupção e lavagem de dinheiro da história do Brasil. Iniciada em março de 2014, perante a Justiça Federal em Curitiba, a investigação já apresentou resultados eficientes, com a prisão e a responsabilização de pessoas de grande expressividade política e econômica, e recuperação de valores recordes para os cofres públicos. Disponível em: <http://www.mpf.mp.br/grandes-casos/lava-jato/entenda-o-caso>. Acesso em: 19 out. 2020.

Cadete, como o Procurador Ítalo Agneli; João Baldasserini, como Delegado Vinícius; Ary Fontoura representou o Ex-Presidente Lula; Marcelo Serrado, no papel do Juiz Sérgio Moro; e Roberto Birindelli, como Doleiro<sup>7</sup> Alberto Youssef. E nessa perspectiva, para Braga e Costa (2014), os cineastas têm adotado como tendência na produção cinematográfica recente a coexistência de elementos da ficção e do documentário, rompendo prerrogativas de algo até então facilmente identificado com a intenção de prender a atenção do telespectador. Para tanto, o filme “Polícia Federal: A Lei é para todos”, nomeado como drama/ficção, é constituído de características do gênero documentário, como o próprio uso de câmera na mão na cena que retrata a condução coercitiva do personagem ex-presidente Lula, interpretado por Ary Fontoura.

Tendo em vista estes aspectos, Ramos (2008 *apud* Braga e Costa 2014, p. 173), entende que determinada narrativa será híbrida quando apresentar, num único filme, características dos dois gêneros, articuladas de modo a romper qualquer vislumbre de realidade ou crença de não haver interferência do cineasta. Dito isso, entende-se que tanto a ficção como o documentário podem ser construídos com base numa narrativa híbrida. E segundo os autores Braga e Costa (2014, p. 182):

Uma premissa simples descartada pela maior parte das produções midiáticas talvez por conter possibilidades de evidenciar para o espectador o fato de que ele pode, sim, ser manipulado a todo instante, de que não há nada nas imagens que garanta sua veracidade ou autenticidade, de que tudo pode ser simulado.

A ideia apresentada remete a duas considerações referentes ao objeto de análise, sendo assim; a primeira é que a peça fílmica “Polícia Federal: A Lei é para todos” faz uso de estratégias típicas de documentário, como misturar nomes de personagens verdadeiros com nomes de personagens criados; apresenta no decorrer do filme, relatos de personagens reais e atores que representam as pessoas da história verídica. Já a segunda consideração é que se de acordo com os estudiosos citados o telespectador é manipulado pelas imagens e nada pode assegurar a veracidade das informações apresentadas. O filme ora analisado e classificado como ficção, mas com características de documentário fez uso dessas estratégias para ter caráter de

---

<sup>7</sup> Um doleiro é um operador de câmbio, ou seja, é a pessoa responsável pela negociação de moedas estrangeiras. No entanto, ele atua em mercados alternativos ou paralelos ao convencional, formando uma espécie de sistema bancário informal. Normalmente essa negociação é feita em dólar, daí o nome “doleiro”. A atividade é considerada ilegal pelas autoridades, pois ele converte e cobra taxas de moedas estrangeiras fora do que é estipulado pela lei vigente no país. A pena para um doleiro envolvido em práticas criminosas varia entre dois a dez anos de prisão, além do pagamento de multa. No Brasil, um doleiro pode exercer as seguintes funções: (Compra e venda de dólar, envio de dinheiro para o exterior para efetuar o pagamento de importações, conversão de dinheiro eletrônico em dinheiro em espécie, administração de caixa 2 de empresas e partidos políticos). Disponível em: <https://editalconcursosbrasil.com.br/blog/o-que-faz-um-doleiro/>. Acesso em: 21 out. 2020.

veracidade e maior persuasão com o intuito de convencer da verdade construída em sua performance híbrida, o que por vez, permite afirmar que a obra foi impactada pelo fenômeno da hibridização.

Nesse sentido, a história se inicia com policiais federais que formaram uma equipe e principiou as investigações que acarretaram na prisão de Alberto Youssef, reconhecido como o maior doleiro existente no Brasil e do ex-diretor da Petrobras, Paulo Roberto Costa. Assim, os depoimentos de ambos dados em troca do benefício da delação premiada<sup>8</sup>, resultaram na prisão de executivos e donos das maiores empreiteiras do Brasil. Para tanto, essa produção cinematográfica tem sua narrativa parcialmente finalizada com a condução coercitiva do personagem ex-presidente Luís Inácio Lula da Silva e na tentativa da presidente Dilma Rousseff<sup>9</sup> em nomeá-lo como ministro-chefe da Casa Civil. Segundo as investigações, tal nomeação tinha como interesse maior a obtenção do foro privilegiado, pois, este garantiria à Lula ser julgado pelo Supremo Tribunal Federal (STF) e não pela primeira instância do Poder Judiciário. Como forma de melhor entender o enredo do filme, apresenta-se o resumo esquemático das cenas que sustentam a cronologia no interior da película, que terá posteriormente sua composição discursiva analisada.

**Quadro 1 - Os acontecimentos em ordem cronológica do filme**

1º Formação da equipe de policiais federais em Curitiba/PR para a investigação de crimes financeiros;
2º Prisão do doleiro Alberto Youssef e do ex-diretor da Petrobras Paulo Roberto Costa; (Delação Premiada);
3º Prisão de executivos e donos das maiores empreiteiras; Partidos (PT, PP e PMDB);
4º Condução coercitiva de Lula;
5º Prisão de Renato Duque, ex-diretor da Petrobras;
6º Esquema Central: Petrobrás, empreiteiras, banco BNDES e palestras do ex-presidente Lula;
7º Dilma tenta indicar nomear Lula como Ministro/Foro privilegiado fato descoberto pelos federais e divulgado via gravação telefônica pelo Juiz Sérgio Moro.

Fonte: Elaborado pela autora (2020).

<sup>8</sup> Delação premiada, segundo sua primeira definição na Lei dos Crimes Hediondos, consiste na redução de pena (podendo chegar, em algumas hipóteses, até mesmo à total isenção dela) para o delinquente que delatar seus comparsas, concedida pelo juiz na sentença final condenatória, desde que sejam satisfeitos os requisitos que a lei estabelece. Disponível em: [https://www.conjur.com.br/2017-jun-10/cezar-bitencourt-delacao-premiada-favor-legal-antietico#:~:text=Dela%C3%A7%C3%A3o%20premiada%2C%20segundo%20sua%20primeira,que%20sejam%20satisfeitos%20os%20requisitos](https://www.conjur.com.br/2017-jun-10/cezar-bitencourt-delacao-premiada-favor-legal-antietico#:~:text=Dela%C3%A7%C3%A3o%20premiada%2C%20segundo%20sua%20primeira,que%20sejam%20satisfeitos%20os%20requisitos.). Acesso em: 29 out. 2020.

<sup>9</sup> Em 2010, Dilma foi a primeira mulher eleita a assumir o Palácio do Planalto, como presidente do Brasil. Empossada em 1º de janeiro de 2011, ocupou o 36º presidente da República. Em 2014, ela ganhou sua segunda eleição presidencial e assumiu o mandato em 1º de janeiro de 2015, contudo, em maio de 2016 Dilma Rousseff é afastada pela instauração do processo de *Impeachment* e não mais retorna à presidência. Disponível em Senado Notícias: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2016/08/31/um-ano-e-oito-meses-depois-de-empossada-dilma-rousseff-deixa-o-poder>. Acesso em: 15 mar. 2021.

Vale ressaltar que o tempo de duração do filme é de 01h47min36s e as cenas que o ancoram são: o relato do surgimento da corrupção no Brasil constituída por detalhes imagéticos da colonização dos portugueses e outros fatos que envolvem escândalos de corrupção dos governos no país. Além disso, também são apresentadas cenas que retratam a busca dos agentes da Polícia Federal por provas que configuraram os crimes cometidos pelos políticos, doleiros, traficantes, donos de empreiteiras e, ao final, a condução coercitiva do ex-presidente seguida da narrativa do delegado Ivan com a declaração de que a Polícia Federal não mudaria o Brasil corrupto, mas que esse poder estava nas mãos dos brasileiros que escolhem os seus representantes políticos.

Apresentou-se assim uma breve síntese da história do filme “Polícia Federal: A Lei é para todos” e no decorrer das análises far-se-á uso de imagens que ancoram os discursos narrativizados. A finalidade maior é de que com base nas informações elencadas e nos enunciados que serão analisados a ao longo do trabalho sejam aplicadas as teorias da Semiótica e da Análise do Discurso com propósito de refletir sobre tais construções linguísticas e seu respectivo funcionamento. Ademais, adianta-se que as subseções seguintes tratarão do referencial teórico tanto na perspectiva da Semiótica quanto da Análise do Discurso, as quais foram utilizadas para a construção das análises.

## 2.1 Semiótica – conceitos essenciais

[...] a mudança adquire, às vezes, o caráter de uma abertura das perspectivas, quando não o de uma transgressão consensual das coerções epistemológicas. O que era proibido é então questionado e torna-se novamente possível; o que era excluído volta ao domínio das preocupações. A “inovação” teórica e metodológica é, frequentemente, apenas um efeito de sentido do esquecimento ou de uma exclusão categórica anterior (Jacques Fontanille, 2007, p. 22).

Na presente seção, em respeito às questões metodológicas e de organização, apresentaram-se de forma sucinta a Semiótica e alguns conceitos essenciais, temas que serão trabalhados com mais profundidade na seção de análise.

A princípio, a escolha pela Semiótica greimasiana deu-se por ser reconhecida como a teoria do texto, e por examinar atentamente a construção do sentido com base no percurso gerativo, simulacro do qual se depreende um ato real de produção significativa, delineando do sentido mais simples e abstrato ao mais complexo e concreto com base no objeto de estudo, o filme *Polícia Federal: A lei é para todos*. Assim a Semiótica possibilita fazer uma (re)leitura

textual consubstanciada em um senso crítico e que, mais importante, entenda-se o que está sendo dito, e como fora estruturado para dizer o que diz.

Desse modo, acredita-se que saber o que está explicitado no texto fílmico, revelará as estratégias implícitas que o compuseram e também servirá de sustentação para além da análise semiótica realizar a Análise do Discurso, haja vista a primeira se voltar para um exame interno, vinculado ao que está no texto e a segunda ser direcionada para uma investigação tanto interna quanto externa ao texto, com o intuito de perceber os sentidos que perfazem a obra conforme dita Pêcheux (1997). Nessa perspectiva, o corte teórico-metodológico da Semiótica em enfatizar o texto aponta a sua centralidade em noções como expressão e conteúdo, que, por vez, trazem distinções significativas sobre o texto e o discurso.

Ademais, esse gesto teórico direciona mais uma vez a uma análise imanente ao texto, pois se trata do reconhecimento da existência de “planos da linguagem” o que leva a considerar que não é de fato uma redução, mas, sim, uma delimitação do objeto de investigação da Semiótica, o que garante o raciocínio de que se pressupõe a “existência de planos e níveis de complexidade que inter-relacionam esses mesmos planos. Por esse ângulo importa trazer Greimas (1993) *apud* Fiorin (1995, p. 175):

[...] muitos negam que o uso linguístico seja um objeto tão válido quanto os demais. Acresce a isso que, muitas vezes, trava-se uma verdadeira guerra entre os estudiosos do discurso. As diferentes teorias são distintas é verdade, mas não se anulam, pois tratam de aspectos complementares do processo de constituição do sentido. Aliás, não poderia ser diferente, dado que o objeto com que trabalhamos é extremamente complexo. Sirva para nós a lição de Riobaldo: Todos estão loucos, neste mundo? Porque a cabeça da gente é uma só, e as coisas que há e que estão para haver são demais de muitas, muito maiores diferentes, e a gente tem que necessitar de aumentar a cabeça para o total.

Diante o exposto, percebe-se que há conformidade entre os pensamentos de Greimas (1993) e de Fiorin (1995) em reconhecerem os níveis de complexidade que constituem os aspectos diferentes e complementares do processo da significação, e conseqüentemente da formação do texto, bem como a necessidade de se direcionar um nível de perfeição para analisar os sentidos textuais. Atrelado a isso, (Greimas, 1993) ressalta que:

[...] tudo nos predispõe a colocar o problema da semiótica discursiva em termos de estratégia e de tática: uma estratégia de conjunto para uma dada disciplina, segundo a qual os objetos semióticos simples devem ser examinados antes dos objetos complexos; uma tática particular, para a abordagem de cada objeto discursivo, que consiste em adotar o nível ótimo de análise, o melhor apropriado ao objeto, permitindo deliberar, ao mesmo tempo sobre a especificidade de um texto e sobre os modos de sua participação no universo socioletal (GREIMAS, 1993, p. 9).

Assim, no retorno ao dicionário de Semiótica de Greimas e Courtés (1989), a palavra “semiótica” é de origem grega (*semeion*) que significa signo, considerando tudo que possa significar algo, o que pode ser palavra, gesto, imagem, som, ou seja, tudo que possa ser constituído de sentido. Dada a significação, mais uma vez é afirmado que a Semiótica é a teoria do texto, embora possa ter relações ora mescladas ora complementadas pela teoria do discurso dado os processos de construção dos sentidos. Algirdas Julius Greimas, no Grupo de Investigações Semiolinguísticas da Escola de Altos Estudos em Ciências Sociais em Paris, foi quem desenvolveu a teoria, conhecida também por Semiótica greimasiana e, atualmente, como Semiótica Discursiva.

É válido ressaltar que essa teoria tem como objeto de investigação o texto que é conceituado por Greimas (1976, p. 237) como “objeto de significação”. É válido rememorar a célebre frase de A. J. Greimas (1974, p. 31) “Fora do texto não há salvação. Todo o texto, somente o texto, nada fora do texto”. Por sua vez, a ideia apresentada é compreendida por Fiorin (2011, p. 45) como um padrão de conformidade entre o plano de conteúdo semântico e o plano da expressão, a partir do qual é/são apresentado o (s) sentido (s) construídos. Esse mesmo pensamento é compartilhado por Barros (2005, p. 6), que concebe o texto como uma unidade de sentido e, assim, investiga por meio da descrição e da explicação o que o texto diz e como é arquitetado para dizer o que diz.

Ainda na concepção de Barros (2012), o texto é um objeto de significação que é constituído de estratégias e mecanismos estruturais que lhes configura o sentido e os seus efeitos. Tais procedimentos servem de ferramentas para análise interna e estrutural da unidade de significação. Conforme a autora, deve-se atentar também para o fato de que, além do texto ter uma organização interna que produz sentido, há que se observar a sua circulação em determinado momento, lugar e entre sujeitos, ou seja, o texto é constituído por sentidos que atravessam o histórico, o social e o cultural.

Ainda segundo Barros (2005, p. 7-8), a noção de texto consubstancia-se em dois conceitos, primeiro como objeto de significação que se refere ao exame da análise interna de procedimentos e mecanismos que o estruturam, e o segundo como objeto de comunicação voltado para análise externa constituída pelo contexto sócio histórico. Dessa forma, para a autora, o texto só existe quando concebido na dualidade que o constitui e, conseqüentemente, a Semiótica representa uma das teorias direcionada a explicar seus sentidos pela investigação, a partir do plano do conteúdo, que pode se manifestar de diversas formas com base em um percurso gerativo de sentido.

No que tange ao plano de conteúdo entende-se que é uma “dimensão figurativo-narrativa dos textos, desenvolve-se uma descrição do plano de expressão” (CREPALDI; LIMA; SCOZ, 2017, p. 3). E de acordo com Hjelmslev (1975, p. 54), os planos de expressão e conteúdo tornam-se solidários, na medida em que “uma expressão só é expressão porque é a expressão de um conteúdo e um conteúdo só é conteúdo porque é conteúdo de uma expressão”. Nessa lógica, quando se aplica a ferramenta do Percurso Gerativo de Sentido da Semiótica considera-se tanto o plano de conteúdo como o plano de expressão para se ter um “todo de sentido”. Além disso, Teixeira (2009, p. 42) corrobora essas ideias,

Definindo-se como teoria geral do texto e da significação, a semiótica ocupa-se da produção de sentido de um texto por meio de uma metodologia que considera a articulação entre um plano de conteúdo e um plano de expressão e categorias de análise capazes de, por um lado, contemplar a totalidade dos textos, definir as estratégias enunciativas particulares dos textos concretos.

Com base em tais ponderações, Barros (2005) narra que a Semiótica deve ser compreendida por produzir modelos e ferramentas que propiciam a análise interna com o fim de entender o sujeito com base no texto, dispor de uma análise inerente ao recepcionar o objeto textual como um disfarce sob o qual se faz necessário analisar as leis que regem os sentidos. Dessa forma, ter como base que a construção do sentido se ancora num percurso gerativo, que vai do mais simples e abstrato ao mais complexo e concreto, em que cada patamar de análise é suscetível de descrições autônomas. Em suma, a Semiótica representa o meio pelo qual se desconstrói um texto ao analisá-lo com objetivo de compreender as estratégias que foram aplicadas para a produção dos significados nele contidos. Além disso, torna-se válido admitir, segundo Schwartzmann (2018, p. 2):

a) uma semiótica de vanguarda como a de Floch (1990, p. 21) ‘que definiu como seu texto a comunicação, o trajeto, entre outras práticas e dinâmicas sociais’; b) uma sociosemiótica como a de Landowski (1989, p. 199) ‘semiótica das situações e a semiótica do contexto’; c) e por último conforme Fontanille (2008) ‘uma semiótica das práticas, das formas de vida, dos modos de existência’.

Tecidas as observações prévias sobre a semiótica como teoria que se volta para o texto, bem como o seu conceito entendido como unidade de sentido, tratar-se-á agora dos conceitos essenciais que consolidam o seu funcionamento.

Inicialmente na Semiótica, Fiorin (2016, p. 17) trata do Percurso Gerativo de Sentido (PGS) e para que se compreenda seu funcionamento será demonstrado um exemplo didático e elucidativo usado pelo autor e que também servirá de base para análise semiótica do texto

fílmico escolhido nesta dissertação. O texto “Apólogo dos dois escudos”, de José Júlio da Silva Ramos tem sua história contada por Fiorin (2016, p. 17):

No tempo da cavalaria andante, dois cavaleiros armados de ponto em branco (com cuidado, com esmero, completamente), tendo vindo de partes opostas, encontraram-se numa encruzilhada em cujo vértice se via erecta uma estátua da Vitória, a qual empunhava numa das mãos uma lança, enquanto a outra segurava um escudo. Como tivessem estacado, cada um de um lado, exclamaram ao mesmo tempo:

- Que rico escudo de ouro!
- Que rico escudo de prata!
- Como de prata? Não vê que é de ouro?
- Como de ouro? Não vê que é de prata?
- O cavaleiro é cego.
- O cavaleiro é que não tem olhos.

Palavra puxa palavra, ei-los que arremetem um contra o outro, em combate singular, até caírem gravemente feridos. Nisto passa um derviche, que depois de os pensar com toda a caridade, inquire deles o motivo da contenda.

- É que o cavaleiro afirma que aquele escudo é de ouro.
- É que o cavaleiro afirma que aquele escudo é de prata.
- Pois, meus irmãos, observou o dervoês, ambos tendes razão e nenhum a tendes. Todo esse sangue se teria poupado, se cada um de vós se tivesse dado ao incômodo de passar um momento ao lado oposto. De ora em diante nunca mais entreis em pendência sem haverdes considerado todas as faces da questão (GREIMAS, 1979, p. 325-327 *apud* FIORIN, 2016, p. 17).

A escolha do texto acima justifica-se tanto pela sua simplicidade para a construção do Percurso Gerativo de Sentido, como também para enfatizar a busca dos sentidos sob diversas estratégias e mecanismos internos que compõem o texto e podem ser mostrados. Assim, segundo Fiorin (2016, p. 18-19), o texto apresenta as percepções opostas dos cavaleiros e a visão completa do derviche<sup>10</sup>. A posição espacial dos cavaleiros, sendo um na frente e outro atrás vê o escudo de determinada forma: um tem a visão de que o escudo é de ouro e o outro o vê como de prata. Por vez, o derviche se deu ao trabalho de verificar o escudo com base em mais de uma posição e constatou que aquele é de ouro numa face e de prata na outra. Até então o ponto de vista divergente deu-se pela posição de se observar o objeto, por fim, a conduta do derviche direciona ao consenso.

Partindo para um nível mais abstrato e por analogia, o escudo pode representar qualquer objeto de conhecimento. No caso em análise ocorre a manifestação da passagem de um não saber a um saber, pois presenciavam-se dois sujeitos que tinham o seu conhecimento limitado ao analisarem um objeto com base em um único ponto de vista. Ademais, pode-se depreender desse nível que, a sapiência sobre o mesmo objeto de cada sujeito distingue-se por ser adestrado pelo ponto de vista em que cada indivíduo se posiciona para perscrutar, examinar e finalmente

---

<sup>10</sup> Membro de qualquer ordem monacal muçulmana que geralmente faz votos de pobreza, humildade e castidade (HOUAISS, 2009).

apreender. E de forma subsequente, a partir do momento em que o sujeito adquire determinado conhecimento sob certo cenário, passa a determinar o padrão da certeza e atribuir ao outro a qualidade de engano, dito de outro modo, cada sujeito julga o seu saber como válido e o do outro como o não saber.

Consequentemente a situação expressada anteriormente acarreta controvérsias em que cada indivíduo tende a persuadir o outro a desqualificar o saber anteriormente adquirido e a recepcionar o ponto de vista alheio como verdadeiro. Ainda sobre a circunstância conflituosa, o derviche ao tomar conhecimento do motivo do confronto esclarece aos cavaleiros a ausência de conhecimento do objeto, pois os seus respectivos saberes eram parciais, porque ambos se encontravam simultaneamente certos e equivocados. Tal situação evoca a ação de se posicionar para o lado oposto na análise de qualquer que seja a questão. Posto isso, pode-se depreender, em conformidade com o pensamento do linguista Fiorin (2016) que ao analisar um objeto deve-se investigar, examinar e conhecê-lo sob diferentes perspectivas, o que provavelmente resultará numa conciliação no sentido de compreender a concepção do outro sob o ponto de vista ora analisado.

Portanto, a transição da conjunção com determinada percepção para a conjunção com múltiplas percepções promove a permuta da divergência pela convergência, da confrontação pela concordância. Atrelado a isso, Fiorin (2016, p. 19) expõe um nível ainda mais abstrato, sendo a oposição semântica: [parcialidade] *versus* [totalidade]. No plano da narrativa textual ocorre a afirmação da parcialidade quando cada sujeito defende o seu ponto de vista e nega o ponto de vista do outro. E no instante em que daroês assevera que ambos têm razão e nenhum a possui, manifesta-se a negação da parcialidade, e na sequência, quando apresenta as distintas faces do objeto, acontece a afirmação da totalidade.

Greimas e Courtés (1989) depreendem que a palavra *parcialidade* se tornou o elemento semântico que no texto, foi concebido como disfórico<sup>11</sup>, já o vocábulo *totalidade* é qualificado como eufórico<sup>12</sup>. Acrescenta-se que na análise semiótica a euforia que é imbuída de valor positivo e a disforia é impregnada de valor negativo. Assim, o termo *parcialidade* foi avaliado como negativo e a *totalidade* como positivo. Nesse viés, a análise apresentada por Fiorin (2016)

---

11 Disforia s. f. fr. Dysphorie; ingl. Dysphoria. Termo negativo da categoria tímica, que serve para valorizar os microuniversos semânticos – instituindo valores negativos – e transformá-los em axiologias. A categoria tímica articula-se em euforia/disforia e comporta, como termo neutro, a aforia. (GREIMAS; COURTÉS, 1989, p. 130).

12 Euforia s. f. fr. Euphorie; ingl. Euphoria. Termo positivo da categoria tímica que serve para valorizar os microuniversos semânticos, transformando-os em axiologias; euforia se opõe a disforia; a categoria tímica comporta, além disso, como termo neutro, aforia. (GREIMAS; COURTÉS, 1989, p. 170).

faz o percurso do mais concreto para o mais abstrato e do mais complexo para o mais simples. De modo que a categoria mais abstrata *parcialidade versus totalidade* transforma-se, num nível de abstração intermediária na devida ordem, em conhecimento adquirido sob um único ponto de vista e o conhecimento obtido de ângulos distintos. Por fim, no nível concreto, a categoria abstrata é reconfigurada pelas declarações de que o escudo é feito de ouro ou de prata e pela comprovação de que na realidade o objeto é feito de ouro e de prata.

Até aqui, o modelo de análise delineado evidenciou que, conforme Fiorin (2016, p. 20), o Percurso Gerativo de Sentido (PGS) é formado por níveis ou patamares que são passíveis de alcançar uma exposição detalhada de como se constrói e se elucida o sentido, num processo que transita do mais simples ao mais complexo. Essa mesma ferramenta (PGS) de interpretação será aplicada na película “Polícia Federal: A Lei é para todos”. Verifica-se por meio do esquema a interpretação realizada anteriormente com base no texto “Apólogo dos dois escudos”.

**Quadro 2 - Esquema do Percurso Gerativo de Sentido**

		<b>Componente Sintático</b>	<b>Componente Semântico</b>
Estruturas semionarrativas	Nível Profundo	Sintaxe Fundamental	Semântica Fundamental
Estruturas discursivas	Nível de superfície	Sintaxe narrativa	Semântica narrativa
	Sintaxe discursiva Discursivização (actorialização, temporalização, espacialização)		Semântica discursiva Tematização Figurativização

Fonte: Esquema do Percurso Gerativo de Sentido (PGS) segundo Fiorin (2016, p. 20).

O esquema ilustra os três níveis do Percurso Gerativo de Sentido, respectivamente denominado de profundo ou fundamental, narrativo e o discursivo. Além disso, para cada nível deve ser descrito um componente sintático e um componente semântico como exemplifica o quadro supracitado. Fiorin (2016, p. 21) ressalta que a sintaxe<sup>13</sup> e a semântica<sup>14</sup> não são diferenciadas por uma ser significativa, e a outra não, mas pelo fato da primeira ser mais autônoma do que a segunda, haja vista, uma mesma relação sintática ter a possibilidade de receber diversas aplicações semânticas.

Dessa forma, a categoria semântica é consolidada numa distinção e na oposição, contudo para uma compreensão dos dois termos conjuntamente deve haver um ponto comum

<sup>13</sup> **Sintaxe** (*syntax*) [descreve] a estrutura da sentença ou o ramo da linguística que a estuda. Dedicar-se aos processos gerativos ou combinatórios das frases das línguas naturais, específica o seu funcionamento e estrutura interna, ou seja, a organização das palavras na frase e das frases no discurso (TRASK, 2004).

<sup>14</sup> **Semântica** (*semantics*). É ramo da linguística voltado para a investigação do significado as sentenças. Como assumimos que o linguista busca descrever o conhecimento linguístico que o falante tem de sua língua, assumimos, mais especificamente, que a semanticista busca descrever a conhecimento semântico que o falante tem de sua língua (CANÇADO, 2008).

pelo qual possa se determinar uma diferença. É importante entender que, de acordo com Fiorin (2016, p. 22), na categoria semântica os termos opostos possuem uma relação de contrariedade, o que lhes confere sentido. Além disso, deve-se observar que quando se aplica o mecanismo de negação a cada um dos contrários, resultam-se dois contraditórios. E, conseqüentemente, cada um dos contraditórios acarreta o termo contrário daquele de que é contraditório.

Nesse prisma, para Fiorin (2016) deve-se atentar aos termos que estão em relação de contraditoriedade que é compreendido pela presença e ausência de uma dada marca. Já os termos em relação de contrariedade têm um conteúdo positivo cada um. Ainda, na categoria semântica de um texto, os elementos recebem a qualificação de euforia ratificada como valor positivo e disforia como valor negativo. Como já fora dito no exemplo tratado, a *parcialidade* é disfórica e a *totalidade* é eufórica. Ademais, uma informação oportuna é que os valores euforia e disforia não são classificados pelo sistema valorativo do leitor, mas estão impressos no texto (GREIMAS; COURTÉS, 1989).

Até agora, muito se descreveu sobre a semântica do nível fundamental, assim, passar-se-á a entender a sintaxe do nível fundamental composta de duas operações: a negação e a asserção, pois tais categorias são identificadas dentro do texto. Ao se determinar uma categoria, identifica-se a relação entre *a versus b*, conforme as relações a seguir:

- a) Afirmação de a, negação de a, afirmação de b;
- b) Afirmação de b, negação de b, afirmação de a.

Seguindo o exemplo do “Apólogo dos dois escudos”, Fiorin (2016, p. 24), ao analisar as categorias parcialidade (termo a) *versus* totalidade (termo b), opera-se a organização sintática fundamental:

- a) Afirmação da parcialidade: Aqui cada cavaleiro afirma seu ponto de vista;
- b) Negação da parcialidade: Aqui o derviche revela que os dois têm razão e nenhum à tem;
- c) Afirmação da totalidade: Aqui o daroês revela que o escudo é de ouro numa das faces e de prata na outra.

Logo, para Fiorin (2016, p. 24), no percurso gerativo, a semântica e a sintaxe do nível fundamental refletem a instância inicial e buscam clarificar os níveis mais abstratos da criação, do funcionamento e da intelecção do discurso. Ademais, o segundo nível do PGS é o narrativo e quanto a este Fiorin (2016, p. 27) alerta para a diferença entre narratividade e narração. A primeira deve ser entendida como elemento que faz parte de todos os textos e reconhecida como elemento da teoria do discurso. Já a segunda refere-se à determinada classe de textos. Assim, a

narratividade é o foco escolhido para este trabalho e enquanto elemento de análise Semiótica deve ser compreendida como a mutação que ocorre entre dois estados sucessivos e distintos.

Deste modo, considera-se que há uma narrativa mínima, quando se tem um estado inicial, uma transformação, e um estado final. Isto posto, de volta ao exemplo que norteia o presente estudo “Apólogo dos dois escudos”, verificam-se duas narrativas mínimas, e Fiorin (2016) identifica na primeira o fato dos dois cavaleiros terem passado do estado inicial de não saber a um estado final de saber conquistado com base em um ponto de vista único. O segundo é quando o derviche possibilita a passagem de estado do conhecimento não global a um estado de conhecimento dito em sua totalidade. Para tanto, a sintaxe narrativa é composta de dois enunciados essenciais, segundo Fiorin (2016, p. 28):

- a) Enunciados de estado: entendidos como aqueles que estabelecem uma relação de junção (disjunção ou conjunção) entre um sujeito e um objeto.
- b) Enunciados de fazer: são aqueles que mostram as transformações, estes correspondem à passagem de um enunciado de estado a outro.

Outro alerta para a realização das análises incorre pelo fato de haver dois tipos de enunciados de estado, há duas espécies de narrativas mínimas: a de privação e a de liquidação de uma privação, dessa forma, há primeiro um estado inicial de conjunção e um estado final de disjunção, e na segunda, há a disjunção para se chegar à conjunção. Sendo assim, como o objeto de estudo será o texto da obra cinematográfica “Polícia Federal: A Lei é para todos”, deve-se atentar para o que Fiorin (2016, p. 19) diz sobre os textos não serem considerados narrativas mínimas, mas sim complexas. Nesta, os enunciados de fazer e ser (de estado) obedecem a uma certa hierarquia, e nesse sentido a narrativa complexa é estruturada hierarquicamente em quatro fases: a manipulação, a competência, a performance e a sanção.

De acordo com Fiorin e Platão (1993, p. 57) “a manipulação consiste em um personagem induzir outro a fazer alguma coisa” e aqui se ressalta que a dissertação limitar-se-á a trazer a lume, conforme Fiorin (2016, p. 30), os quatro tipos de manipulação mais comuns, são estes: a tentação, a intimidação, a sedução, e a provocação. Seguindo o exemplo do “Apólogo dos dois escudos”, quando o derviche afirma que ambos os cavaleiros têm razão e nenhum à tem, ocorre aqui a certificação de que aconteceu a passagem de um estado de não saber a um saber parcial, contudo, não a um saber integral. Por fim, é importante considerar que as fases da narrativa não necessitam aparecer na ordem lógica e nem de forma explícita (FIORIN, 2016, p. 31).

Além disso, deve-se ater que conforme Fiorin (2016, p. 36), toda narrativa é constituída de uma dimensão polêmica. Ao passo que a conjunção para um sujeito gera a disjunção para

outro, contudo, tratando-se da transmissão de informação, não há disjunção, mas sim conservação, pois recordando-se do “Apólogo dos dois escudos”, o derviche mostra aos cavaleiros que o escudo é de ouro e de prata, assim ocasiona a conjunção dos dois sujeitos com um saber, mas o derviche não entra em disjunção com esse mesmo saber, pois o preserva. Desse modo, estudou-se até aqui a sintaxe narrativa e continua-se com a semântica do nível narrativo que se limita a analisar os valores impregnados nos objetos.

Por conseguinte, Fiorin (2016, p. 36-37) explicita que há dois tipos de objetos que podem ser identificados na narrativa, sendo os objetos modais e os objetos de valor. Os primeiros são: o querer, o dever, o saber e o poder fazer, considerados elementos necessários para a concretização da performance central. Por vez, os objetos de valor são aqueles com os quais se contraem conjunção ou disjunção na performance principal. Por último, Fiorin (2016, p.41) evidencia o que há no nível discursivo que é a capacidade de conferir às formas abstratas do nível narrativo a concretude, pois é nesse nível que são produzidas as variações de conteúdos narrativos invariantes.

Por todo o exposto, a ferramenta PGS representa um modelo que simula a produção e interpretação do significado, do conteúdo, sendo entendida não como a descrição de produzir os sentidos, mas como um “simulacro metodológico”, que possibilita a leitura de um texto com maior êxito. O modelo de análise delineado evidencia além do conhecimento intuitivo existente, também a capacidade de articulação dos elementos que produzem os sentidos no texto, fato este que torna possível a análise semiótica pela existência de uma sintaxe e de uma semântica do discurso (FIORIN, 2016, p. 44).

Contudo, sob a ótica de que no discurso instala-se sempre a incompletude e de que pode-se perscrutar novos sentidos do texto ora examinado, considerando o fato de que foi construído um referencial teórico que se volta para os sentidos encontrados numa leitura textual interna, vê-se a necessidade de estender essa investigação a fim de apresentar uma construção ainda mais consistente imbuída de uma interpretação, voltada a explorar o funcionamento dos sentidos, tanto interno como externo, a ponto de apresentar uma análise a partir da intersecção entre Semiótica e Análise do Discurso. Além do que, para Courtine (2009, p. 29), “o discurso, como objeto, conserva uma relação determinada com a língua”, conseqüentemente, “qualquer procedimento em análise do discurso encontra na linguística seu campo de validação”.

Nesse sentido, com base nas afirmações de Courtine (2009), e tendo a Semiótica como parte da Linguística, é nesta que a AD expecta por uma consagração distinta da já conquistada. Dito isso, e o fato de considerar o discurso sempre desejoso de outras possibilidades de sentidos e posto que a “discursividade é um acontecimento que nem a linguagem nem a história podem

esgotar inteiramente – haverá sempre espaço para outro sentido, para outro discurso” (GREGOLIN, 2009, p. 56), nesse sentido é que a presente pesquisa avança para a construção do próximo referencial teórico da Análise do Discurso, doravante AD, e suas concepções primordiais, haja vista também ser com base na apresentação desses conceitos que será construída a presente dissertação.

## **2.2 Análise do Discurso – concepções fundamentais**

A Análise do Discurso luta contra qualquer forma de cristalização do conhecimento, contra territorialização, o esquadrinhamento, a delimitação dos domínios do saber (COURTINE, 1984), pois a maior pretensão dessa linha de pesquisa é ser uma teoria crítica da linguagem que se desenvolve na esteira da interdisciplinaridade.

Na presente subseção, com base numa metodologia descritiva sobre o percurso histórico da Análise do Discurso (doravante AD), objetiva-se apresentar, ainda que de maneira sintética, a sua origem, implicações e os conceitos basilares que servem aos analistas do discurso e serão utilizados na interpretação da obra cinematográfica “Polícia Federal: A Lei é para todos”.

Para tecer considerações quanto a essa teoria, Malidier (1988, p. 181) afirma: “a história da constituição da AD pode, talvez, ser vista como uma amostra da história das ciências dentro de um domínio, onde a ruptura é sempre lugar de recobrimentos”. Tal afirmação nos direciona às reflexões e reconstruções da Análise de discurso francesa, representadas nas três fases elaboradas por Pêcheux (1983). Nessa perspectiva, o percurso da Análise do Discurso mostra o seu surgimento na década de 1960, na França, desenvolvida por Michel Pêcheux, que marca a sua construção por alguns deslocamentos, como a concepção de Pêcheux (1997) sobre a língua, na qual a concebe como um processo histórico, no qual se preponderam as condições de produção, a recepção textual e os efeitos de sentidos produzidos (GASPARINI, 2015).

Ainda, dentro da história da AD, seus primeiros estudiosos foram o linguista Jean Dubois e o já mencionado filósofo Michel Pêcheux, que passaram a pensar a Análise do Discurso através do uso da língua como possibilidade de examinar as relações de poder configuradas no cenário político-social da época. Em pleno desenvolvimento dos estudos da AD, a preocupação centrava-se em entender a linguagem em seu uso concreto, como prática social, constituída de produções discursivas e seus respectivos efeitos de sentidos que resultaram das práticas de interação social. Segundo Soares (2018, p. 115), a AD surgiu em maio de 1968:

[...] figura como pano de fundo, as obras clássicas de Karl Marx, Sigmund Freud e Ferdinand de Saussure parecem perder seus potenciais heurísticos de explicações frente aos acontecimentos do mundo. Contudo, Althusser faz novas interpretações de Marx, Lacan faz o mesmo na obra de Freud; Pêcheux, sensível a essas leituras, empreende na obra de Saussure a leitura produtora do corte epistemológico gerador da análise do discurso. *[Sic]*

Desse modo, a Análise do Discurso desenvolveu-se com base em três pilares epistemológicos: “a ideologia e a historicidade do materialismo, o inconsciente e o sujeito da psicanálise e a língua e suas estruturas da linguística” (SOARES, 2018, p. 115). Além disso, cada pilar explicita a relação daquela com essas áreas de estudo, pois nas palavras do autor ratifica-se que:

Linguística, psicanálise e marxismo; língua, sujeito e história são pilares da análise do discurso pecheutiana. Língua, sujeito e história não existem um sem o outro; língua sem história e sem sujeito é abstração impossível; sujeito sem história e sem língua não existe; história sem língua e sem sujeito simplesmente não existe. (SOARES, 2018, p. 112).

Com base nas (re) leituras e nas (res) significações que Pêcheux fez em Althusser (2001), convém trazer algumas ideias do autor da teoria sobre a ideologia fundamentada em Marx, que, por sua vez, afirmava que o foco dos estudos deveria ser a compreensão de como os indivíduos atuavam em suas práticas sociais, haja vista o pensamento marxista conceber que toda relação social é conflituosa e manipulada por interesses ideológicos. Para tanto, Althusser (2001, p. 8) amplia a concepção de ideologia defendida por Marx e passou a entendê-la como “o mecanismo pelo qual a ideologia leva o agente social a reconhecer o seu lugar, ou seja, é o mecanismo da sujeição social [...] é um mecanismo com duplo efeito: o agente se reconhece como sujeito e se assujeita a um sujeito absoluto”.

A visão de Althusser consubstancia-se na noção de aparelhamento ideológico, denominado de Aparelhos Ideológicos do Estado (AIE), estes por vez representam os meios de produção da vida social, pois se tem como exemplos de AIE: a igreja, a família, o sindicato, dentre tantos outros, e destes destaca-se a escola como uma das instâncias de valor simbólico que mais atua ideologicamente e que se impinge sujeição. Destarte, é com base na teoria da ideologia althusseriana que se vincula o funcionamento social ao funcionamento ideológico que Pêcheux, em suas reformulações teóricas, descreve esse funcionamento por meio da linguística. Tal pensamento pode ser corroborado na citação do filósofo:

Através das estruturas que lhe são próprias, toda língua está necessariamente em relação com o “não está” e o “nunca estará” da percepção imediata; nela se inscreve assim a eficácia omni-histórica da ideologia como tendência incontornável a representar as origens e os fins últimos, o alhures, o além e o invisível (PÊCHEUX, 1990, p. 8).

Seguindo as bases da Análise do Discurso, o segundo pilar traz a ideia de que o sujeito é formado pela composição do consciente e do inconsciente, o que o torna estruturante no processo de constituição das formas de uso da linguagem, e é nessa lógica que a AD entende que o sujeito é constituído a partir do inconsciente no discurso do outro, de forma que a relação do sujeito com o outro é indispensável para a sua construção. Ainda quanto aos estudos da linguagem, a visão lacaniana entende que a linguagem também possui o outro como essência dominante sobre o sujeito. Assim, o sujeito é atravessado e estruturado pela linguagem do outro que, por sua vez, é destituído de autonomia sobre os sentidos e possibilidades enunciativas do próprio discurso, contudo ocupa uma posição social inerente ao processo histórico de do qual enuncia que lhes confere inserções sociais e produções discursivas que não sejam outras.

Partindo desse pressuposto, na AD a produção textual é resultado de um trabalho ideológico e não consciente. E por fim, o terceiro pilar, baseado no estruturalismo de Ferdinand Saussure, neste a língua é apreendida por meio da sua relação com o mundo, contudo é um sistema fechado em si. Para Saussure (1974) existe a preeminência da estrutura sobre a própria estrutura em forma de relações binárias de sentido: “A” apenas significa algo porque “B” não o significa, e essa sobreposição da estrutura representa uma forma de assujeitamento do sujeito com base no sistema linguístico. Nesse trilhar da concepção de Saussure que a AD entende que alguns discursos são provenientes de determinados universos discursivos e não de outros.

A Análise do Discurso foi pensada e repensada por M. Pêcheux em vários períodos de forma peculiar e assim é reconhecida por sua divisão em três fases dos estudos da AD. Tem-se a primeira fase denominada de período das máquinas discursivas, marcada pela obra inaugural de Pêcheux, qual seja, *Análise Automática do Discurso* (AAD-1969), baseada nos estudos de Harris (1952) da obra *Discourse Analysis*, nesta havia a apresentação de algoritmos para uma análise automática do discurso, e estes eram determinados todos como discursos autoritários e políticos teóricos-doutrinários. Assim, a AD ainda limitada, entendia o processo discursivo como uma “máquina discursiva” da qual não se extraía polêmica, era estável, ou seja, quem era comunista não poderia jamais falar como conservador e vice-versa (PÊCHEUX, 1983).

A segunda fase se deu em 1975 com a obra: “*Les Vérités de la Palice*”, de Michel Pêcheux, marcada pelo auge das formações discursivas; representa a revisão de vários conceitos do autor e novas retomadas teóricas, como a noção de Formação Discursiva, doravante FD com origem em Foucault (1996), descrita como o que pode/deve ser dito conforme o lugar social em que o sujeito se encontra (PÊCHEUX, 1997). Desta maneira, a FD é constituída de regras de controle social, sempre construída por outras FDs, o que representa a noção de heterogeneidade do discurso, (este conceito fora desenvolvido na terceira fase da AD), que passa a receber

a função interdiscursiva como base do funcionamento da linguagem. Nessa fase a responsabilidade do analista limitava-se a descrever a dispersão que era a FD e determinar as regras de sua formação.

E, por último, a terceira fase da AD, intitulada como o primado do interdiscurso, e neste momento o discurso deixa de ser pensando sobre a realidade das coisas e passa a ser refletido sobre outros discursos, entendendo a linguagem como heterogênea, sobre a qual se repercute as noções de dialogismo defendidas por Bakhtin (2005). Dito isso, tanto a noção de interdiscurso quanto o objeto de investigação tornam-se indispensáveis para qualquer Análise do Discurso, essencialmente depois dos trabalhos de Jacqueline Authier-Révuz (1990), autora do conceito de heterogeneidade discursiva, estudo inaugurado na terceira fase da AD. Esta estudiosa discutiu e questionou a noção de FD, e alimentou a ideia da heterogeneidade mostrada e da heterogeneidade constitutiva do discurso.

É no século XX, em meio as concepções teóricas do dialogismo de Bakhtin (2005), para quem a língua é constituída pela interação verbal, que surge a afirmação de que o discurso era formado por dois níveis de heterogeneidade: um evidenciado na superfície textual por meio de citações, intertextos, esse fora denominada por Authier-Révuz (1990), como heterogeneidade mostrada, sendo de ordem textual. E a outra como aquela que pode ser evidenciada apenas por meio das memórias discursivas, ou reconhecida pela formação social e ideológica demarcada por termos, expressões e predicacões, a essa heterogeneidade deu-se o nome de constitutiva do discurso<sup>15</sup>.

É importante ressaltar o que se pode entender dentro da Análise do Discurso por memória discursiva, haja vista ser um dos conceitos que será aplicado no decorrer da pesquisa. Para Pêcheux (2010, p. 52), a memória seria aquilo, face a um texto, que surge como acontecimento a ler, vem restabelecer os ‘implícitos’ (quer dizer, mais tecnicamente, os pré-construídos, elementos citados e relatados, discursos-transversos etc.) de que sua leitura necessita: a condição do legível em relação ao próprio legível. Ferreira (2001, p. 20), em consonância com o pensamento de Pêcheux, entende que:

---

<sup>15</sup> MELO. Iran Ferreira de. Análise do Discurso e Análise Crítica do Discurso: Desdobramentos e Intersecções. Letra Magna. Disponível em: [http://www2.eca.usp.br/Ciencias.Linguagem/Melo\\_ADeACD.pdf](http://www2.eca.usp.br/Ciencias.Linguagem/Melo_ADeACD.pdf). Acesso em: 2 jun. 2020.

A memória discursiva faz parte de um processo histórico resultante de uma disputa de interpretações para os acontecimentos presentes ou já ocorridos (Mariani, 1996). Coutine e Haroche (1994) afirmam que a linguagem e os processos discursivos são responsáveis por fazer emergir o que em uma memória coletiva, é característico de um determinado processo histórico. Orlandi (1993) diz que o sujeito toma como suas as palavras de uma voz anônima que se produz no interdiscurso, apropriando-se da memória que se manifestará de diferentes formas em discursos distintos.

Essa mesma ideia é compartilhada por França (2016, p. 3), para quem “é um espaço de retomada de discursos anteriores, [...] um componente balizador de um embate entre forças ideológicas que objetivam estabelecer os implícitos [...]”. Por meio da memória tem-se a possibilidade de restaurar discursos já-ditos, atualizando-os e ressignificando-os na história enquanto acontecimento discursivo. Após o percurso histórico no que se refere ao surgimento da Análise do Discurso, as abordagens quanto aos seus criadores e suas fases, ressaltam-se que nas linhas seguintes serão apresentadas algumas considerações relevantes, bem como conceitos indispensáveis para a realização das análises.

Orlandi (2009, p. 9-11) explicita que a Análise de Discurso pode ser concebida como um campo do conhecimento ou como um campo de questões sobre a linguagem. Segundo a autora, dentre as contribuições dessa linha de pesquisa, encontram-se as possibilidades de se “problematizar as formas de ler, encaminhar o sujeito falante ou o leitor a se questionarem o que produzem e o que ouvem nas diferentes manifestações da linguagem”, assim, observa-se que é indubitável o fato de se estar sujeito à linguagem e a seus equívocos. Ainda conforme Orlandi (2009), deve-se ter ciência de que não há neutralidade na linguagem por mais simples e aparentemente clara que seja apresentada, pois o ato de interpretar é inerente à capacidade humana.

Ademais, é por meio da análise de discurso que se está em constante estado de reflexão e, sem se iludir sobre a plena consciência de tudo o que há, a AD proporciona a minimização do olhar incauto sobre a linguagem. Segundo Orlandi (2009, p. 10):

[...] saber como os discursos funcionam é colocar-se na encruzilhada de um jogo da memória: o da memória institucional que estabiliza, cristaliza, e ao mesmo tempo, o da memória constitutiva pelo esquecimento que é o que torna possível o diferente, a ruptura, o outro.

Em outras palavras, pode-se entender o discurso, ou o “ritual da palavra”, como o movimento de sentidos, a errância dos sujeitos, lugares provisórios de conjunção e dispersão, de unidade e de diversidade, de indistinção, de incerteza, de trajetos, e de ancoragem e de vestígios. Pêcheux (1988), pai da AD, defende a ideia de que discurso é um “efeito de sentidos” instaurado pelos acontecimentos, nos quais se encontram o real e o imaginário, para só então o

analista exercitar a interpretação. Assim, o autor entende que “todo discurso marca a possibilidade de uma desestruturação-reestruturação das redes e trajetos” (PÊCHEUX, 2002, p. 56).

Foucault (1973, p. 97) conceitua discurso como: “[...] um conjunto de regras anônimas, históricas, sempre determinadas no tempo e no espaço que definiram em uma época dada, e para uma área social, econômica, geográfica ou linguística dada, as condições da função enunciativa”. Ainda, em sua obra: *A ordem do discurso*, Foucault (2004, p. 10) entende que discurso “não é simplesmente aquilo que traduz as lutas ou os sistemas de dominação, mas aquilo por que, pelo que se luta, o poder do qual nós queremos apoderar”. Acrescenta ainda: “o discurso não é simplesmente aquilo que manifesta (ou oculta) o desejo; é, também, aquilo que é o objeto do desejo” (FOUCAULT, 2004, p. 10).

Além disso, para Foucault (2003, p. 9), “o discurso é o conjunto regular de fatos linguísticos em determinado nível, e polêmicos e estratégicos em outro”. Dito isso, depreende-se da concepção do filósofo que o discurso está nas relações de desejo e de poder, bem como representa um jogo de confrontos. Arelado a isso, Orlandi (2009) esclarece que a AD não se ocupa do sentido do texto, ou do sentido do discurso, mas sim de desvendar os modos e as dinâmicas a quem são conferidos os sentidos produzidos historicamente. Dessa observação extrai-se que a AD “reflete sobre a maneira como a linguagem está materializada na ideologia e como a ideologia se manifesta na linguagem”. Por isso, conforme a autora “a materialidade específica da ideologia é o discurso e a materialidade específica do discurso é a língua”, dessa relação obtém-se a conexão língua-discurso-ideologia (ORLANDI, 2009, p. 15-17).

Por vez, essa relação é complementada pela concepção de Pêcheux (1975, *apud* Orlandi, 2009, p. 17), quando afirma que “não há discurso sem sujeito e não há sujeito sem ideologia: o indivíduo é interpelado em sujeito pela ideologia, e dessa forma que a língua faz sentido”. Assim, esta produz sentidos por e para os sujeitos. Ademais, aquela é na verdade condição de possibilidade do discurso e não há uma separação estável entre língua e discurso. Orlandi (2009, p. 26) ratifica que a análise do discurso tem como objetivo maior compreender como os objetos simbólicos produzem sentidos; a AD trabalha não só a interpretação, mas os seus limites, seus mecanismos, como parte do processo de significação. Nesta linha de pesquisa o que há são métodos, produção de dispositivo teórico voltados a saber como as interpretações funcionam.

Em suma, a Análise do Discurso objetiva compreender o funcionamento do objeto simbólico como produtor de sentidos, como este significa para e pelos sujeitos. Tal fato resulta em entender o funcionamento, a interpretação que vincula sujeito e sentido.

Segundo Orlandi (2009, p. 28), o dispositivo teórico que media a dinâmica entre a descrição e a interpretação sustenta-se em princípios gerais da Análise de Discurso como uma forma de conhecimento com seus conceitos e método. Assim, os dispositivos teóricos mantêm-se inalterados na construção dos diversos mecanismos analíticos. Para a AD, os dizeres não são apenas mensagens a serem decodificadas, são na verdade efeitos de sentidos produzidos em condições específicas e que estão presentes na forma como se diz, deixando ao analista de discurso depreender o seu funcionamento.

E, para tanto, esse profissional deve investigar a relação do dizer com a exterioridade que o constitui, ou seja, suas condições de produção, pois os sentidos são originados do que é dito ali, bem como do que é dito em outros lugares, e do que não é dito, com o que poderia ser dito e não o foi. No que se refere às condições de produção, Orlandi (2009, p. 30-34) explicita que podem ser entendidas sob dois aspectos: em sentido estrito consideram-se as circunstâncias da enunciação, como o contexto imediato. E em sentido amplo, as condições de produção incluem o contexto histórico-social e ideológico. Dentre os vários conceitos abordados na Análise do Discurso como essenciais ao analista do discurso há o de interdiscurso conceituado por Pêcheux como:

[...] o próprio de toda formação discursiva é dissimular, na transparência do sentido que nela se forma, a objetividade material contraditória do interdiscurso, que determina essa formação discursiva como tal, objetividade material essa que reside no fato de que “algo fala” (*ça parle*) sempre “antes, em outro lugar e independente” (PÊCHEUX, 2009, p. 149).

Nas palavras de Pêcheux (2009), o interdiscurso pode ser compreendido como algo que fala sempre antes, em outro lugar de modo independente. Ainda, para melhor entender esse conceito Soares (2020, p. 19) descreve:

Assim, o interdiscurso é o domínio do dizível que constitui as formações discursivas. Isto é, o que pode ser enunciado em cada formação discursiva depende daquilo que é ideologicamente formulável a partir do espaço do interdiscurso [...]. Numa palavra, o interdiscurso é o real (exterior).

Posto isso, compreende-se que o interdiscurso é determinado pelo dito que compõe a formação discursiva conforme a ideologia instituída no lugar em que fora dito. Esse mesmo conceito é ratificado por Moura (2008, p. 1) em que, “[...] a noção de interdiscurso, tomado como a relação de um discurso com outros, ou seja, os discursos são gerados por meio do confronto, da interação, que estabelecem entre si”. A Análise de Discurso, reconhecida por Orlandi como uma prática de leitura discursiva, “consiste em considerar o

que é dito em um discurso e o que é dito em outro discurso, o que é dito de um modo e o que é dito de outro na busca de escutar o não dito naquilo que é dito, como uma presença de uma ausência necessária” (ORLANDI, 2009, p. 34).

Outro conceito relevante que o analista do discurso deve ter domínio é o de Esquecimentos que para Pêcheux (1975) *apud* Orlandi, 2009, p. 34):

Há duas formas de esquecimento, o primeiro reconhecido como esquecimento número um, também denominado de ideológico é a instância do inconsciente e resulta da forma pela qual somos afetados pela ideologia. Esse esquecimento nos faz acreditar que somos a origem do que dizemos, quando na realidade retomamos sentidos pré-existentes.

O primeiro esquecimento mencionado é considerado como ideológico, aquele que foge a consciência do indivíduo e que acredita que o seu dizer é a origem, esquecendo-se de que, na verdade, é resultante de outros dizeres já construídos. O segundo esquecimento (ou número dois) é reconhecido como da ordem da enunciação: ao se dizer, executa-se lhe de uma maneira e não de outra, e, decorrente do dizer, são construídas famílias parafrásticas que admitem o dizer sempre de outro modo. O efeito de sentido decorrente desse tipo de “esquecimento” produz a impressão da realidade do pensamento. Esta é denominada de ilusão referencial, leva a se acreditar que há uma relação direta entre o pensamento, a linguagem e o mundo (ORLANDI, 2009).

Nessa perspectiva, pensa-se que o que se diz só pode ser dito com aquelas palavras e não outras. Além das concepções de esquecimento, conceitos como o da paráfrase e da polissemia, conforme Orlandi (1999, 2009, p. 36-39) estão presentes em todos os discursos, por isso devem ser mencionados. Assim, entende-se que os processos parafrásticos são aqueles pelos quais em todo dizer há sempre algo que se mantém, isto é, o dizível, a memória, em outras palavras, a paráfrase representa o retorno aos mesmos espaços do dizer, de modo que se produzem diferentes formulações do mesmo dizer sedimentado pelo qual ocorre certa estabilização. Já a polissemia representa o deslocamento, a ruptura de processos de significação.

Segundo Orlandi (2009, p. 38), “os sentidos e os sujeitos sempre podem ser outros. Todavia nem sempre o são. Depende de como são afetados pela língua, de como se inscrevem na história. Depende de como trabalham e são trabalhados pelo jogo entre paráfrase e polissemia”, pois em consonância ao que defende:

[...] os sentidos resultam de relações: um discurso aponta para outros que o sustentam, assim como para dizeres futuros. Todo discurso é visto como um estado de um processo discursivo mais amplo, contínuo. Assim, entende-se que o discurso é destituído de um começo absoluto e de um ponto final (ORLANDI, 2009, 39).

Sendo assim, depreende-se que não se pode determinar o começo exato de um discurso e nem mesmo o final, pois os discursos fazem parte de outros discursos que se entrelaçam no contínuo infinito. Ainda, ao se tratar da configuração dos discursos, pode-se encontrar outros funcionamentos como o da antecipação, entendida como o mecanismo pelo qual todo sujeito tem a capacidade de experimentar, ou melhor, de se colocar no lugar em que o seu interlocutor “ouve” suas palavras. Assim, o sujeito antecipa-se ao seu interlocutor por meio do sentido que suas palavras produziram. E outro funcionamento não menos importante é a relação de forças que, conforme Orlandi (2005), nesta relação entende-se como:

[...] o lugar a partir do qual fala o sujeito é constitutivo do que ele diz. [...] Como nossa sociedade é constituída por relações hierarquizadas, são relações de força, sustentadas no poder desses diferentes lugares, que fazem valer na ‘comunicação’ a fala do professor vale (significa) mais do que a do aluno (ORLANDI, 2005, p. 39).

Depreende-se da explanação mencionada que o sujeito é social, histórico, ideológico, heterogêneo, contraditório e formado por seu inconsciente. Ainda dentro dos conceitos basilares da AD, há o de Formação Discursiva, determinada por Michel Foucault<sup>16</sup> (2000, p. 43):

No caso em que se puder descrever, entre um certo número de enunciados, semelhantes sistemas de dispersão, e no caso em que entre os objetos, os tipos de enunciação, os conceitos, as escolhas temáticas, se puder definir uma regularidade (uma ordem, correlações, posições e funcionamentos, transformações), diremos, por convenção, que se trata de uma formação discursiva [...] (FOUCAULT, 2000, p.43).

Essa concepção é essencial na Análise de Discurso, pois é através da formação discursiva que se compreende o processo de produção dos sentidos, a sua relação com a ideologia e possibilita ao analista determinar as regularidades no funcionamento discursivo. Ademais Pêcheux (1975) *apud* Orlandi (2009, p. 43) ratifica que:

---

<sup>16</sup> Não se pretende estudar Michel Foucault, contudo é citado nessa dissertação por ser o criador do conceito de formação discursiva e Pêcheux ter absorvido a noção foucaultiana e, com base nela, ter desenvolvido sua concepção ajustada ao materialismo dialético. Formação Discursiva e interdiscurso – Michel Pêcheux. Disponível em: <https://colunastortas.com.br/formacao-discursiva-e-interdiscurso-michel-pecheux>. Acesso em: 20 out. 2020.

[...] a formação discursiva é entendida como aquilo que numa formação ideológica dada, a partir de uma posição em uma conjuntura sócio-histórica dada – determina o que pode e deve ser dito. Aquelas representam no discurso as formações ideológicas. Desse modo, os sentidos sempre são determinados ideologicamente.

Segundo Orlandi (2007, 43), “As palavras falam com outras palavras. Toda palavra é sempre parte de um discurso e todo discurso se delinea na relação com outros: dizeres presentes e dizeres que se alojam na memória”. Nesse viés, os conceitos como paráfrase, polissemia, metáfora, e vários outros trazidos para o referencial teórico, têm como objetivo servir para aplicação da Análise do discurso, pois, na medida em que são empregados, possibilitam-se por meio desse o entrelaçamento e a construção dos sentidos, bem como a interpretação da forma como foram arquitetados. Feito esse esclarecimento traz-se a noção de metáfora na AD, segundo Orlandi (2009, p. 44), não é aqui considerada como figura de linguagem e sim definida como a tomada de uma palavra por outra, o que representa a “transferência”, estabelecendo o modo como as palavras significam.

Dessa maneira, para melhor compreensão menciona-se o objeto de estudo, a película “Polícia Federal: A Lei é para todos”. Deve-se, enquanto analista, observar as condições de produção e verificar o funcionamento da memória. O objeto ora analisado deve remeter o dizer a uma determinada formação discursiva e não a outra para que haja a compreensão do que fora dito e da forma como o dito foi construído. Como já estudado e em consonância com Orlandi (2009, p. 53-54): “[...] a linguagem não é transparente, os sentidos não são conteúdos. É no corpo a corpo com a linguagem que o sujeito (se) diz. E o faz não ficando nas evidências produzidas pela ideologia”.

A autora não só traz a lume o que é Análise de Discurso e explica seus principais conceitos, como vai além e faz com que se observe com lentes focais o dispositivo de análise e neste momento este estudo se limita ao que realmente não pode ficar obscuro para o analista, qual seja o dispositivo a ser utilizado para realizar as análises. Nessa perspectiva, Orlandi (2009, p. 59) afirma que:

[...] na análise de discurso procura-se construir um dispositivo de interpretação pelo qual seja possível evidenciar o dito em relação ao não dito, o que o sujeito diz em lugar com o que foi dito em outro lugar, o que foi dito de um modo com o que foi dito de outro, na busca de um ouvir, naquilo que o sujeito diz, aquilo que ele não diz, mas que de forma igualitária também produz os sentidos de suas palavras.

Destarte, o mais proeminente e precursor da Análise de Discurso, Michel Pêcheux (2008), no qual Orlandi alimenta seus estudos ratifica:

Todo enunciado é linguisticamente descritível como uma série de pontos de deriva possível oferecendo lugar à interpretação. Ele é sempre suscetível de ser/tornar-se outro. [...] “é porque há o outro nas sociedades e na história, correspondente a este outro linguajero discursivo, que aí pode haver ligação, identificação ou transferência, isto é, a existência de uma relação abrindo a possibilidades de interpretar. E é porque há a ligação que as filiações históricas podem-se organizar em memórias, e as relações sociais em redes de significantes” (PÉCHEUX, 2008, p. 53-54).

Assim, pode-se entender que não há uma única forma de se dizer, um único sentido que constitui o que é dito, de modo que a linguagem é passível de interpretações e estas trazem os sentidos, as identificações, relações e transferências que evidenciam as memórias, e as conjunções e disjunções sociais e históricas. Tratando-se da Análise de Discurso, a interpretação aparece sob duas formas, conforme Orlandi (2009, p. 60):

- a) No primeiro momento, a interpretação faz parte do objeto da análise, ou seja, o sujeito que fala interpreta e o analista tem como dever procurar descrever esse gesto de interpretação do sujeito que produz o sentido submetido à análise;
- b) No segundo momento, deve-se compreender que há a descrição sem interpretação, aqui o próprio analista está envolvido na interpretação. Daí a importância do dispositivo teórico que intervirá na relação do analista com os objetos simbólicos que é analisado, construído um deslocamento em sua relação de sujeito com a interpretação, o que por vez permite que o analista trabalhe no entre meio da descrição com a interpretação.

Dessa forma, depreende-se que é por meio do próprio dispositivo de análise que se consegue executar um trabalho, não constituído de neutralidade, mas com a presença de certa relatividade no ato de interpretar. Por conseguinte, ao se interpretar passa-se pelas evidências da linguagem, pela literalidade do sentido e do poder do sujeito. E, já no segundo plano, há o acesso com base no dispositivo de análise ao que está a sombra da linguagem, o descentramento do sujeito e o efeito metafórico, equívoco, falha e materialidade. Em suma, Orlandi (2009, p. 62) destaca que “não há análise de discurso sem a mediação teórica permanente em todos os passos da análise, executando a intermitência entre descrição e interpretação que constituem, ambas, o processo de compreensão do analista”.

Para o desenvolvimento da análise é preciso delimitar o *corpus* que etimologicamente significa corpo, indicando a junção de partes, e se consagrou com a ideia de conjunto. Na Análise do discurso, o *corpus* ocupa o centro de maior interesse. Nesse entendimento, Marquezan (2009, p. 100) entende que:

[...] o corpus de pesquisa se configura como a materialidade discursiva necessária para fazer produzir sentidos. Ele se constitui a partir do processo de conversão de recortes da temática que mobiliza o pesquisador. A conversão do corpus consiste na seleção dos temas específicos dentro da temática. A sua validade está relacionada com a importância que os recortes da temática deixam transparecer. A concepção de corpus e a sua construção são guiadas pela teoria e pela problemática inicial da pesquisa, num movimento permanente de ir e vir entre elas.

Nessa lógica, o analista tem o poder de decidir sobre o *corpus* de pesquisa, tendo como base o seu dispositivo teórico e conforme a delimitação dos seus objetivos de pesquisa. Sargentini (2005) acrescenta que aquele não precisa ser extenso, mas pode ser entendido como um conjunto aberto de articulação de discursos. De igual modo, Orlandi (2009, p. 62-65) coaduna da mesma ideia e explicita que a melhor maneira de atender a construção do *corpus* é construir montagens discursivas que estejam ancoradas em princípios teóricos da Análise de Discurso, e que por vez estas ancoragens estejam relacionadas ou delimitadas conforme os objetivos da análise, que, por conseguinte permitirá construir determinada compreensão das análises.

Desse modo, os objetivos postos em consonância com o método e os procedimentos permitem mostrar como um discurso funciona produzindo (efeitos de) sentidos. Além disso, uma distinção relevante, segundo Orlandi (2009) é entre texto e discurso. O primeiro é concebido como uma “unidade que o analista tem diante de si e da qual ele parte”. Assim, remetendo o texto a um discurso que por consequência explicita as suas regularidades pela sua referência a determinada formação discursiva que, por sua vez, estabelece o sentido porque deriva de um jogo entendido como formação ideológica dominante na conjuntura ora instaurada.

Orlandi (2020, p. 65) reitera que a dificuldade é encontrada em saber que não há um contato inaugural com o discurso originado do texto, e que por assim ser “o *corpus* não é um dado *a priori*. É construído mediante gestos de leitura, de interpretação e de compreensão de seu próprio objeto de investigação. O processo, portanto, não segue critérios empíricos, e sim critérios teóricos”. Portanto, a análise é um processo que começa pela determinação da *coletânea* e que se organiza conforme a natureza do material e a pergunta (ponto de vista) que o organiza. Disso decorre a necessidade da teoria que deve “reger” a relação do analista com o objeto, com os sentidos nele mesmo e com a interpretação.

Dito isso, compreende-se que a determinação do *corpus* (Película “Polícia Federal: A Lei é para todos”) junto a pergunta (A Lei pode ser compreendida como uma protagonista? E partindo da premissa de que para todo protagonista há um antagonista,

quem seria esse?) Quais dispositivos teóricos da AD possibilitam a regência dessa relação (teoria/*corpus*) para que o pesquisador possa se deslocar, enquanto sujeito e que os sentidos sejam construídos com base na relação discurso e teoria? Sob quais condições? Tais inquietudes serão respondidas no decorrer da própria investigação.

Findada a análise, o que se avalia é a capacidade do analista enquanto pesquisador, a habilidade em que ele aplicou a teoria, diante da responsabilidade teórica, bem como a capacidade de escrita para explicitar a interpretação dos resultados de seu processo de compreensão do discurso ora analisado. Para tanto, o objeto analisado é sempre passível de novas abordagens, haja vista a descrição não ser esgotável. Fato este que se relaciona a compreensão de que todo discurso é parte de um processo discursivo mais amplo que se recorta e a forma do recorte determina o dispositivo teórico da interpretação que fora construída.

Assim, o dispositivo analítico pode ser diferente na decisão que se faz do *corpus*, quando relacionado à questão que norteia os objetivos do analista que, por vez, produzirá resultados diferentes. Das afirmações dos autores percebe-se que os conceitos de esquecimento número dois: memória discursiva, formação discursiva e discursividades são indispensáveis para quaisquer todos os tipos de análise de discurso. Segundo Orlandi (2010), ao se realizar uma análise superficial do material de linguagem bruto coletado, tal como é posto, e o objeto discursivo, este sendo delimitado após o tratamento do *corpus*, ocorre a de-superficialização deste material. Essa prática da de-superficialização é a materialidade linguística sendo desconstruída a ponto de explicitar: o como se diz, quem se diz, em que circunstâncias fora dito.

Assim, para se iniciar a de-superficialização o primeiro aparato teórico mobilizado é o esquecimento número dois, pelo qual se leva a acreditar que o que fora dito só poderia ser da forma que o foi e não de outra. A partir daí se desvela a ilusão construindo a partir do material bruto, um objeto discursivo, o que é dito nesse discurso que é dito em outros discursos, em outras condições com base nas memórias discursivas. Nessa primeira prática analítica dá-se a construção do discurso com as formações discursivas e, tomando-se por base esse movimento, passa-se a trabalhar com as discursividades, ou seja, sai do material bruto pelo qual o pesquisador estava preso e cujos efeitos de sentido afetam linguística e ideologicamente. E com base nessa afetação se usa o dispositivo teórico para a ocorrência do deslocamento.

Orlandi (2009) exemplifica a ocorrência de deslocamento com a sentença “Vote sem medo” em contraponto a frase “Vote com coragem”. Entre ambas a semelhança que

se destaca é a presença do verbo “votar”, e se distinguem pelas preposições “sem” e “com”, seguidas dos adjetivos “medo” e “coragem”. Esse exercício desfez o produto dado com o fim de fazer aparecer o processo pelo qual fora construído. À vista disso, o ponto de partida da análise do discurso é compreender o objeto simbólico que produz sentidos, bem como a transformação da superfície linguística em objeto discursivo, este é o primeiro passo para a compreensão. Portanto, a AD tem como procedimento o ir-e-vir constante entre teoria, consulta ao *corpus* e análise. É com base nessa prática que se expõe o processo discursivo.

São os processos como paráfrase, metáfora, sinonímia que a historicidade da língua aparece, e assim, o analista passa da superfície linguística (*corpus* bruto, textos) para o objeto discursivo e deste para o processo discursivo. É por meio do processo descrito que o analista desvela os efeitos da língua na ideologia e a materialização desta na língua. Desse modo, configura-se: a textualização do político, ou discursividades: a simbolização das relações de poder presentes no texto. Nesse sentido, Orlandi (2009, p. 68-73) alerta quanto ao real significado do termo historicidade, este não deve ser compreendido como uma história refletida no texto, mas deve ser entendido como a historicidade do texto enquanto materialidade.

Sendo assim, os textos são tomados como discursos, cuja materialidade está inscrita a relação com a exterioridade. Acrescenta-se que na AD deve-se trabalhar com a região do menos visível, menos óbvio e menos “mostrável”, mas não destituído de relevância, que é a materialidade histórica da linguagem. Nessa perspectiva, o texto, no que tange a discursividade, torna-se a pista da materialidade, tornando-se unidade de análise. Ademais, constitui-se como tal porque justapõe-se a uma unidade teórica, o discurso, entendido como efeito de sentido entre locutores. Dessa forma, para a AD, o que interessa é como a unidade de sentido organiza a relação língua com a história no trabalho significativo do sujeito em relação ao mundo.

Além disso, na AD, o texto deve ser tomado tanto como um “dado” linguístico como um “fato” discursivo, que remete a memória elementos submetidos à análise, pois, conforme a Orlandi (2009), os fatos possibilitam chegar à memória da língua; nessa reflexão tem-se o texto como objeto simbólico. Acrescenta-se que todo texto é heterogêneo por ser constituído de diferentes materiais simbólicos, terem a natureza da linguagem diversificada e ser formado por sujeitos de diferentes composições. Ademais, deve-se considerar também as diferentes formações discursivas, apesar de um ser preponderante em detrimento das outras.

Além do mais, é importante ressaltar que ao realizar a análise deve-se remeter o texto ao discurso e esclarecer as relações deste com as formações discursivas, bem como a relação deste com as ideologias, formando-se então o percurso Texto – Discurso – Formações Discursivas – Ideologia. A mediação de um dispositivo analítico, da teoria e dos objetivos do analista dão ao texto seu estatuto como unidade da análise, e os escritos, enquanto objetos que se constituem em materiais da Análise de Discurso, são provisórios. A duração da unidade de sentido se dá até o momento em que o analista atinge o processo discursivo, a partir do qual passa a compreender a produção de sentidos, e assim, o texto deixa de ser seu objeto.

Ressalta-se ainda que um ponto relevante para a AD, segundo Orlandi (2009), é a diferenciação entre o real e o imaginário, pois se entende por real do discurso a descontinuidade, a dispersão, a incompletude, a falta, o equívoco, a contradição, que são elementos constitutivos tanto do sujeito como do sentido. E quanto ao imaginário, há a unidade, a completude, a coerência, o claro, e distinto, a não contradição. É por essa articulação entre o real e o imaginário que o discurso funciona. Nesse contexto, para Orlandi (2009, p. 77-81), os procedimentos da Análise de Discurso têm o funcionamento como ponto crucial, esses direcionam a compreensão por meio da observação dos processos e mecanismos que produzem os sentidos e os sujeitos.

Orlandi (2009) ratifica que a análise é feita por etapas que correspondem a ter como base as propriedades do discurso que revelam o seu funcionamento e, por meio de comparação, os procedimentos acabam por dar forma ao dispositivo. As etapas de análise determinam-se pelo percurso da passagem do texto ao discurso. O Quadro 3 permite ilustrar tal evento:

**Quadro 3 -** Etapas de interpretação do texto ao discurso

1ª Etapa: Passagem da	Superfície Linguística Para o	Texto (Discurso)
2ª Etapa: Passagem do	Objeto Discursivo Para a	Formação Discursiva
3ª Etapa: Passagem do	Processo Discursivo	Formação Ideológica

Fonte: Elaborado pela autora (2020).

Para melhor entendimento, é necessário acessar a superfície linguística que o texto “Polícia Federal: A Lei é para todos” contempla, para só a partir desta ação conseguir acessar o discurso inscrito, que tipo de discurso é este, como ele fora construído, para, na sequência, acessar o objeto Discursivo e, por meio deste, conseguir a Formação Discursiva. Aqui podem ser várias formações encontradas na película, mas uma se sobressairá e, por

fim, chegar à terceira etapa denominada por Orlandi (2009) como Processo Discursivo e, conseqüentemente, com base nesse processo que haverá a constatação da Formação Ideológica configurada.

Ao detalhar as fases, a autora descreve que na primeira o analista, em contato com o texto, busca identificar sua discursividade e inicia a sua primeira análise, construindo um objeto discursivo com base no esquecimento número dois, pelo qual se entende desfazer a ilusão de que aquilo que foi dito só o poderia ser daquela maneira, de modo que se desnaturaliza a relação palavra-coisa. Ainda nesta etapa, enquanto tem-se o início da configuração de formações discursivas que estão dominando essa prática, o analista torna visível o fato de que ao longo do dizer se formam famílias parafrásticas relacionando o que foi dito com o que não foi dito, com o que poderia ser dito.

Assim, a delimitação das formações discursivas fará com que as palavras signifiquem x ou y, e para mais, na segunda etapa, com base no objeto discursivo, deve-se desenvolver uma análise que busca relacionar as formações discursivas distintas – que podem ter se delineado no jogo dos sentidos. A partir da formação ideológica que rege as relações é que haverá a constituição dos processos discursivos responsáveis pelos efeitos de sentido produzidos no material simbólico da formulação em que o analista iniciou. De forma que se deve pelos efeitos parafrásticos identificar os efeitos metafóricos, além disto, é com base neste que se consegue expor a relação discurso e língua, e objetivar na análise a forma que se articula o fenômeno da estrutura e do acontecimento.

O efeito metafórico, conforme M. Pêcheux (1969) *apud* Orlandi, (2009, p. 78), é o fenômeno semântico produzido por uma substituição contextual, lembrando que esse deslizamento de sentido entre X e Y é constitutivo do sentido designado por X como por Y. Ora, a metáfora é constitutiva do processo de produção de sentido e da construção do sujeito. Aqui, aquela é concebida não como desvio, mas como uma transferência. Nessa lógica, as palavras remetem a discursos que derivam seus sentidos das formações discursivas, regiões do interdiscurso que, por sua vez, representam no discurso as formações ideológicas. Dito isso, há que se relembrar do conceito de Interdiscurso, de Orlandi (2009), que é a relação do discurso com uma multiplicidade de discursos, esse é um conjunto não discernível, não representável de discursos que sustentam a possibilidade do dizer, sua memória.

Assim, é representada a alteridade (o outro), a historicidade. O efeito metafórico, o deslize – próprio da ordem do simbólico – é o lugar da interpretação, da ideologia, da historicidade e é nessa perspectiva que se abstrai a relação entre língua e o discurso: a

língua é pensada “como sistema sintático intrinsecamente passível de jogo e a discursividade como inscrição de efeitos linguísticos materiais na história” (PECHÊUX, 1994, p. 63). É num retorno contínuo do objeto de análise para a teoria, num movimento constante de descrição e interpretação, que se articula as relações discurso, língua, sujeito, sentidos interligando ideologia e inconsciente.

Além de expor as condições de produção sob a aplicação do dispositivo analítico, deve-se levantar a questão ou problemática que orienta a construção do que será analisado, ou seja, a característica do material simbólico que será analisado. O exemplo que evidencia é: Vote Sem Medo – Vote Com Coragem; Deslizes: Sem – Com – Medo – Coragem. É com base na primeira sentença expressa “Vote Sem Medo” que foi extraída a possibilidade de deslocamento de sentido para a sentença “Vote Com Coragem”. Desse modo, conforme Orlandi (2009, p. 82), o dispositivo teórico da Análise de Discurso coloca novas formas de leitura, por meio da relação entre o que foi dito, ou direciona para observar a relação entre o dito com o não dito e essas maneiras de ler são entendidas como metodologia e devem ser praticadas na análise.

Nesse sentido, Ducrot (1972) explica o que reflete sobre as formas do não dizer (implícito), o pressuposto e o subtendido, pois para o autor deve-se separar o que deriva propriamente da instância da linguagem (pressuposto) daquilo que se dá em contexto (subtendido). Outro exemplo para evidenciar o pensamento teórico é: “Deixei de fumar”; pressuposto: Fumava antes; conclusão: não posso dizer que “deixei de fumar” se não fumava antes, dessa forma, o posto (o dito) traz consigo necessariamente esse pressuposto (não dito, mas presente). E quanto ao subtendido este depende do contexto, porque não pode ser afirmado como necessário e ligado ao dito. Essa teoria reconhecida como a semântica argumentativa – teve algumas alterações, mas permanece com a compreensão de que o não dito é subsidiário ao dito, e que são formas complementares que se acrescenta.

Na Análise do Discurso, o interdiscurso, a ideologia e a formação discursiva são noções que encapam o não dito, e o segundo determina o intradiscurso: o dizer (presentificado) que se sustenta na memória da (ausência) discursiva, e em consonância com Orlandi (2009, p. 83), o silêncio é outra forma de se tratar do não dito, pois o silenciar é visto como a respiração da significação, lugar de recuo para que se possa significar, para que o sentido faça sentido, e é nessa perspectiva que o silêncio se configura como horizonte, como iminência de sentido. Ainda, conforme a autora, há várias formas de silêncio, mas o denominado de silêncio fundador ou iminente de sentido deve ser entendido

como aquele que indica de que o sentido pode ser sempre outro. A autora descreve as seguintes formas de silêncio:

- a) **Silêncio Fundador:** aquele que entende que a forma de se produzir o sentido pode ser sempre outra;
- b) **Silêncio Constitutivo:** nesse considera-se que uma palavra apaga outras palavras (para dizer é preciso não-dizer): Exemplo quando digo (Sem medo) apago o que não foi dito (Com coragem);
- c) **Silêncio Local:** É a presença da censura, aquilo que é proibido dizer em determinada conjuntura (é o que faz com que o sujeito não diga o que poderia dizer);

Após essa breve exposição sobre os tipos de silêncio, a autora alerta para a questão da limitação do não dito, pois se trata de um método que deve ser determinado de acordo com as condições e da relação com a memória, com o saber discursivo para delinear os limites do não dito significativo, posto que o não dito que deve ser analisado e coadunar com a situação significativa que o analista deseja evidenciar. É nessa delimitação do não dizer que é preciso estar ancorando na teoria e no método e esclarecer sobre o que não dizer está se referindo, de como deve ser considerado e quais os procedimentos devem ser aplicados na análise, posto que, para Orlandi (2009, p. 85), as palavras se acompanham de silêncio e são elas mesmas atravessadas deste. Portanto, entende-se que a observação do silêncio deve fazer parte da análise obrigatoriamente.

Findada a exposição sucinta sobre os tipos de silêncio e seus impactos, Orlandi (2009, p. 85-89) pontua sobre os tipos de discurso e, partindo da premissa de que a determinação do discurso não se torna ponto crucial para o analista, a autora determina uma nova abordagem, criando um critério para diferenciar as formas de funcionamento do discurso, tendo como referências os elementos que o constituem e as condições de produção e sua relação com o modo de produção de sentidos, com seus efeitos. Com base em tais considerações, observa-se que:

- a) Discurso autoritário: neste a polissemia é contida, o referente está apagado pela relação de linguagem que se estabelece e o locutor se coloca como agente exclusivo, apagando também a relação com o interlocutor;
- b) Discurso polêmico: aqui a polissemia é controlada, o referente é disputado pelos interlocutores, e estes se mantêm em presença, numa relação tensa de disputa de sentidos;
- c) Discurso Lúdico: aqui a polissemia está aberta, o referente está presente como tal, sendo que os interlocutores se expõem aos efeitos dessa presença inteiramente não regulando sua relação com os sentidos. (ORLANDI, 2009, p. 89)

Tentar-se-á por meio da análise com base nos tipos de discursos determinados por Orlandi (2009) identificar qual prevalece no filme “Polícia Federal: A Lei é para todos”.

Para tanto, as linhas seguintes foram produzidas com o fim de trazer para o arcabouço teórico as concepções de língua, sujeito e sociedade, pois estes serão considerados para a execução das análises.

### 2.3 Língua, discurso e sujeito

A presente subseção aborda a concepção de língua, discurso e sujeito norteados pela Análise do Discurso, dada a justificativa de sua relevância e por entender a materialidade linguística como ponto central de quaisquer práticas analíticas. Ainda, destaca-se que é por meio de um olhar acurado sobre a língua, o discurso e o sujeito que se pode conferir maior precisão à pesquisa na AD, o que pode ser identificado pelas colocações de autores renomados da área. Além disso, tais conceitos são elementares, entrelaçam-se com outros que são basilares, e podem ser úteis no tratamento do *corpus* selecionado e nas interpretações das quais tornam-se passíveis de serem visualizados em seus movimentos, efeitos e relações ao tratar dos sentidos que constituem o discurso.

Pêcheux (1997, p. 60) aponta para a língua como lugar principal na AD, em outros termos, a língua torna-se condição material que consubstancia o discurso e deve ser concebida como um sistema organizado por leis fonológicas, morfológicas e sintáticas, sendo tais leis pertencentes ao campo da linguística, e esse sistema é constituído por uma autonomia relativa por existir, além desse funcionamento, outro sistema considerado como não linguístico, destinado ao discurso. O autor ainda realiza uma discussão com relação ao estudo da língua e com base em uma releitura da criação de Ferdinand de Saussure, da obra *Curso de Linguística Geral* (1916); entende que a língua deixa de ser estudada como função de expressão de sentido e passa a ser concebida como sistema.

Assim, foi com base em uma releitura do estudo saussuriano que Pêcheux percebe que “o que funciona é a língua, isto é, um conjunto de sistemas que autorizam combinações e substituições reguladas por elementos definidos, cujos mecanismos colocados em causa são de dimensão inferior ao texto” (PÊCHEUX 1997, p. 62). Na obra *Semântica e Discurso*, Pêcheux (1995, p. 91) ratifica que:

[...] o sistema da língua é, de fato, o mesmo para o materialista e para o idealista, para o revolucionário e para o reacionário, para aquele que dispõe de um conhecimento dado e para aquele que não dispõe desse conhecimento. Entretanto, não se pode concluir, a partir disso, que esses diversos personagens tenham o mesmo discurso: a língua se apresenta, assim, como a base comum de processos discursivos diferenciados [...].

Ao opor base linguística [sic] e processos discursivos, inicialmente estamos pretendendo destacar que [...] todo sistema linguístico [sic], enquanto conjunto de estruturas fonológicas, morfológicas e sintáticas, é dotado de uma autonomia relativa que o submete a leis internas, as quais constituem, precisamente, o objeto da Linguística [sic].

Desse modo, depreende-se que a língua é a materialidade sobre a qual se assenta o discurso, além de ser aquela que é determinada por sua autonomia relativa, em virtude do fato de ser constituída por estruturas que submetem o seu funcionamento e está sujeita a processos discursivos distintos (PÊCHEUX, 1995, p. 91). Em suma, tanto os processos discursivos, quanto a Análise do Discurso não existiriam caso não houvesse a língua como objeto de estudo.

No começo das teorizações de Pêcheux (1975), as investigações eram iniciadas sempre a partir da linguística, realizada de acordo com padrão da Gramática Gerativo Transformacional, de Noam Chomsky (1957), apenas depois de cumprida essa etapa, partiam para as análises discursivas, com foco nos efeitos de sentido construídos na materialidade da língua como resultante dos processos discursivos.

Essa metodologia de análise explicitava duas observações: primeiro é a diferença entre o que se entende por base linguística e o processo discursivo; a segunda, e crucial, reside no fato de que sem a língua não há que se falar em processos discursivos constitutivos do sentido. Em outras palavras, a base linguística tornou-se o elemento essencial sem o qual não seria possível existir a perspectiva do discurso como estudo científico.

Na obra “O Discurso: estrutura ou acontecimento”, Pêcheux (2006, p. 19) tece comentários críticos quanto à prática de análise do discurso e que implica considerações significativas sobre o funcionamento social da língua, pois, conforme o autor, a prática de se analisar o discurso tem obrigatoriamente a responsabilidade de realizar de modo alternado uma descrição das composições linguísticas e sua interpretação na produção de sentidos.

É em “O Discurso: estrutura ou acontecimento” que, com base na análise do enunciado “*On a gagné*”, da descrição da materialidade linguística que Pêcheux (2006) enfatiza a opacidade do enunciado e confere a relevância da base linguística e intenciona a descrição com o fim de alcançar maior fundamentação para a interpretação.

Orlandi (1999, p. 17) traz considerações importantes sobre língua e discurso e uma das suas primeiras afirmações é: “a língua é a materialidade específica do discurso, e este é a materialidade específica da ideologia” e, segundo a autora, tal pensamento fundamenta-se na

ideia de Pêcheux (1975, 17) de que “não há discurso sem sujeito e não há sujeito sem ideologia: o indivíduo é interpelado em sujeito pela ideologia, e é assim que a língua faz sentido”.

Orlandi (1999, p. 17) coloca o discurso como o lugar no qual se pode constatar a relação entre a língua e a ideologia e com base nessa observação torna-se possível entender como a língua produz sentido por e para os sujeitos. Para esta autora, a língua não deve ser entendida como um sistema fechado e menos ainda como transparente, mas sim constituída pela sua opacidade.

É na AD, conforme Orlandi (1999, p. 19), que se: “[...] procura mostrar que a relação linguagem/pensamento/mundo não é unívoca, não é uma relação direta que se faz termo-a-termo, isto é, não se passa diretamente de um a outro. Cada um tem sua especificidade”.

Na realidade, é a ideologia a responsável por se ter a visão deturpada de conceber a língua como transparente e de que haveria uma relação direta entre linguagem, pensamento e mundo. O linguista Soares (2018, p. 108) compartilha dessa mesma ideia no sentido de que: “É contra uma visão chapada da comunicação linear dos sentidos que o conceito de discurso emerge, pois, quando se produz X não necessariamente o interlocutor compreende X, mas pode ali ver Y, a depender das condições de produção e recepção que são variáveis”.

Para Orlandi (1999, p. 22), “nem o discurso é visto como uma liberdade em ato, totalmente sem condicionantes linguísticos ou determinações históricas, nem a língua como totalmente fechada em si mesma, sem falhas ou equívocos”. Assim, no que se refere ao discurso a linguista entende que:

Quando nascemos os discursos já estão em processo e nós é que entramos nesse processo. Eles não se originam em nós. Isso não significa que não haja singularidades na maneira como a língua e a história nos afetam. Mas não somos o início delas. Eles se realizam em nós em sua materialidade. (ORLANDI, 2009, p. 35-36).

Infere-se da citação mencionada que quando o sujeito nasce os discursos já estão em funcionamento e o indivíduo passa a fazer parte de uma estrutura discursiva pronta. O dito não se origina no indivíduo, e mesmo assim pode ser singular na forma como a língua juntamente da história afeta o sujeito. Após ter abordado o conceito de língua e discurso introduz-se nas linhas seguintes a concepção de sujeito ou sujeito discursivo. De modo que, a percepção de sujeito que se adota para a presente dissertação será a defendida por Pêcheux (1995) que, nas palavras de Soares (2018, p. 119), “[...] é efeito do discurso, e seu assujeitamento é, de certa forma, uma aderência aos sentidos que se acreditam corretos e estáveis”. Na teoria althusseriana, o sujeito é um efeito ideológico, pois o indivíduo é interpelado ideologicamente

por meio dos aparelhos de Estado, em outras palavras, o sujeito é destituído de decisões pessoais, sendo “sempre-já sujeito” sendo assujeitado (ALTHUSSER, 2001, p. 102).

O conceito de sujeito está presente nas três fases da AD e em cada uma destas a concepção sofre alterações, por isso, inicialmente é válido lembrar que Michel Pêcheux, com base em suas (re) leituras dos escritos de Althusser (2001) e de outros, entende o sujeito como assujeitado, não responsável pela produção de sentido, mas interpelado por diversas formações discursivas, posicionado por suas formações ideológicas sem qualquer domínio sobre o seu dizer. Nesse sentido, na primeira fase da AD ou AD1, Pêcheux (1995, p. 313) entende que o sujeito está assujeitado à maquinaria discursiva, e assim o discurso torna-se fechado em si mesmo e, por conseguinte, entendia-se que cada discurso se vinculava a uma formação ideológica e nessa perspectiva, defendia-se que havia uma máquina discursiva, na qual cada sujeito era definido mecanicamente por força da ideologia. Nas palavras de Pêcheux (1995, p. 311), o sujeito da AD1 é:

Um processo de produção discursiva é concebido como uma máquina autodeterminada e fechada sobre si mesma, de tal modo que um sujeito-estrutura determina os sujeitos como produtores de seus discursos: os sujeitos acreditam que “utilizam” os discursos quando na verdade são seus “servos” assujeitados, seus “suportes”.

Na segunda fase, Mussalim (2004) afirma que a Análise do Discurso se afasta da ideia de unidade do sujeito e sob a influência de Foucault (1969/1971) aproxima-se da noção daquele como disperso, e nessa perspectiva mantém-se aqui o pensamento de que o sujeito não é livre para dizer o que deseja, mas se acrescenta que esse mesmo indivíduo exerce diferentes papéis, conforme as posições que ocupa no espaço do interdiscurso. Nas palavras de Mussalim (2004, p. 133), “o sujeito do discurso ocupa um lugar de onde enuncia, e é este lugar, entendido como a representação de traços de determinado lugar social (o lugar do professor, do político, do publicitário), que determina o que ele pode ou não dizer [...]”. Assim, o que o indivíduo pode dizer passa tanto a depender da influência da formação ideológica-discursiva, como também, dos elementos de oposição.

Desse modo, o seu dizer passa a ser determinado tanto pela formação ideológica e discursiva, bem como pela relação que cada composição ideológica discursiva mantém com outras construções. Além disso, Brandão (1994) corrobora esse pensamento na medida em que entende que, apesar das diferenças existentes entre a AD1 e a AD2, estas são impactadas pela teoria da ideologia que expõe o sujeito com base na sua formação ideológica e discursiva. E a terceira fase da AD sofre um aprimoramento no que tange a esta noção relacionada ao

interdiscurso já iniciado na AD2, pois nesta o sujeito passou a ser concebido a partir da heterogeneidade, ou seja, aqui configurou-se de fato o interdiscurso a partir do qual o sujeito passa a ser compreendido por ser díspar, clivado e dividido entre o consciente e inconsciente (MUSSALIM, 2004, p. 134). Atrelado a isso, a ideia apresentada é ratificada por Authier-Revuz:

Podemos nos apoiar em exteriores teóricos que destituem o sujeito do domínio de seu dizer – ao modo da teoria do discurso e do interdiscurso enquanto lugar de constituição de um sentido que escapa a intencionalidade do sujeito, desenvolvida por Michel Pêcheux e, de forma central, da teoria elaborada por J. Lacan, de que um sujeito produzido pela linguagem e estruturalmente clivado pelo inconsciente – quer dizer, onde o sujeito, efeito de linguagem, advém dividido, na forma de uma não-coincidência consigo mesmo [...] (AUTHIER-RÉVUZ, 1998, p. 186).

Dessa maneira, o sujeito passa a ser entendido, conforme Mussalim (2004, p. 134), como o sendo aquele que é destituído da centralidade do “eu”, abandona o sentido de ser senhor de si e adota o “outro”, o desconhecido, o inconsciente que passa a constituir sua identidade. Dito em outras palavras, o sujeito passa a ser concebido com base na relação entre o “eu” e o “outro”. Nessa perspectiva, Soares (2018, p. 109) o conceitua como aquele que é formado pelo discurso, dito de outra forma, o sujeito se constitui por sofrer um assujeitamento histórico à língua. Assim, baseado nos escritos de Pêcheux, aquele é determinado como fruto do discurso, e o assujeitamento ao qual está submetido se dá pela aceitação dos sentidos que são recepcionados como “corretos” e regulares.

Pêcheux (1995, p. 173-175), com base no resgate do sujeito na Psicanálise explica o funcionamento do inconsciente consubstanciado no esquecimento. Este é dividido em dois tipos de esquecimento, sendo o número um denominado como o esquecimento da origem do dizer; e o número dois é entendido como a possibilidade do dizer ser outro. Pode-se compreender o primeiro esquecimento como aquele em que todo sujeito diz algo e acredita tê-lo dito pela primeira vez, esquecendo-se de que já fora dito por outro, em outra ocasião; já o segundo esquecimento, o sujeito acredita que o seu dizer só pode ser feito da forma que o foi esquecendo-se de que poderia ter produzido de outro modo, que há outras formas de se dizer. Dito isso, o assujeitamento à língua é conceituado como uma interpelação ideológica inerente ao indivíduo.

Convém frisar que as reflexões construídas por Pêcheux se basearam nas muitas (re) leituras realizadas, sobretudo, as que refletiam quanto ideologia e inconsciente, bem como a concepção de sujeito apresentada por Louis Althusser (2001), e também com outros estudiosos, de modo que se torna conveniente traçar-se aqui o pensamento althusseriano sobre o que venha a ser sujeito. Além disso, Althusser (2001, p. 91) lança duas teses essenciais que envolvem

como ponto central essa noção: “1 – Só existe prática através e sob uma ideologia; 2 – Só existe ideologia através do sujeito e para sujeitos”. Com base nessas premissas, depreende-se que o sujeito é o ponto crucial para que exista a ideologia, posto que essa só se configura pelo sujeito e para este, e com base nessa consolidação é que haverá a prática social, ou seja, a ação.

Uma das reflexões de Althusser (2001), no que se refere ao sujeito, é entender que há uma dupla construção no funcionamento de toda ideologia, pois, o aquele só constrói a ideologia na medida em que a ideologia forma os indivíduos concretos em sujeitos. Althusser (2001, p. 97) leva à compreensão da concepção de que “somos sempre já sujeitos” e, como tais, pratica-se ininterruptamente os rituais do reconhecimento ideológico, que garantem que se passe a ser efetivamente sujeitos concretos, individuais, inconfundíveis e (naturalmente) insubstituíveis. Dessa forma, a máxima desse estudioso é a determinação de que os indivíduos concretos são sempre interpelados pela ideologia, fato que os transforma em sujeitos concretos, devido o próprio funcionamento. Acrescenta-se na visão do autor que, tanto a ideologia como a interpelação dos indivíduos como sujeitos são determinadas como única e mesma coisa. Para Althusser (2001, p. 102):

A ideologia sempre-já interpelou os indivíduos como sujeitos, o que leva a precisar que os indivíduos são sempre-já interpelados pela ideologia como sujeitos, e conduz necessariamente a uma última proposição: os indivíduos são sempre-já sujeitos.

Portanto, entende-se que os indivíduos são constituídos enquanto sujeitos antes mesmo do seu nascimento, e assim no seu desenvolvimento é o tempo todo interpelado como tal por meio da história e da própria língua. Ademais, para a Análise do Discurso o sujeito discursivo deve ser interpretado como aquele que é impactado pela/na língua, aquele que está assujeitado à ideologia, que é interpelado pela/na história, que é desconectado do seu nível (in) consciente e que resulta em produção de sentidos distintos a depender da posição social que ocupa. Em síntese, Pêcheux (1997) aborda duas concepções de sujeito na análise do discurso que são diferentes, contudo, possuem um ponto em comum que é o fato de não ser dono do seu dizer, pois esse sofre coerções para dizer o que diz, conforme sua formação ideológica e discursiva. Nas palavras de Pêcheux (1997, p. 152-153):

Contentar-nos-emos em observar que o caráter comum das estruturas-funcionamentos designadas, respectivamente, como ideologia e inconsciente é o de dissimular sua própria existência no interior mesmo do seu funcionamento, produzindo um tecido de evidências ‘subjativas’, devendo entender-se este último adjetivo não como ‘que afetam o sujeito’, mas ‘nas quais se constitui o sujeito’.

Dito isso, entende-se que tanto a ideologia como o inconsciente constituem o sujeito, e ratifica-se que nessa dissertação será adotado o conceito de sujeito descentrado, clivado, heterogêneo, constituído por vozes que possibilitam a sua identificação ideológica e discursiva com base na AD. Até aqui construiu-se o referencial bibliográfico que respaldará todo conhecimento científico produzido e servirá de base para toda a descrição/interpretação realizada. A seção seguinte será destinada a trazer a Semiótica, com base no Percurso Gerativo de Sentido, para ser aplicado de acordo com os seus níveis de construção do sentido voltados para o texto.

### 3 ANÁLISE SEMIÓTICA DO TEXTO FÍLMICO “POLÍCIA FEDERAL: A LEI É PARA TODOS”

Parece-nos que o mundo humano se define essencialmente como o mundo da significação. Só pode ser chamado “humano” na medida em que significa alguma coisa (Greimas, 1976 [1966], p. 11)

A presente seção tem como objetivo executar a construção do Percurso Gerativo do Sentido (PGS), construído no interior dos estudos da Semiótica greimasiana, com base em um gesto de leitura/interpretação do filme já mencionado. O PGS foi adotado como um referencial teórico-metodológico e analítico para investigar os sentidos e a organicidade presente em seus respectivos níveis (fundamental, narrativo e discursivo). Mesmo que o sentido dependa da conformidade entre os três níveis, cada um pode ser explicado por uma gramática autônoma e constituída de um componente sintático e semântico. Vale ressaltar que por ser o objeto de análise um texto sincrético, de acordo com Fernandes (2005), Oliveira (2009), Teixeira (2004) e Discini (2005, p. 57), entendem que:

No plano de conteúdo estão as vozes em diálogo, está o discurso. No plano da expressão está a manifestação do sentido imanente, feita por meio da linguagem sincrética, que integra o visual e o verbal sob uma única enunciação” e que juntos formem uma base comum sobre a qual se assenta a significação. Assim, as manifestações encontradas nos textos verbovisuais, audiovisuais, fotográficos, pictóricos, publicitários, entre outros, se organizam a partir de diferentes semióticas colocadas em relação. Nesses textos, o sentido é construído na combinação das várias linguagens amparadas simultaneamente no mesmo suporte textual, ou seja, diferentes linguagens manifestam-se ao mesmo tempo no plano da expressão, sendo o plano de conteúdo a base da significação desse discurso.

Em outras palavras, pode-se entender que o objeto de estudo desta pesquisa é identificado como texto sincrético por ser constituído de um plano de conteúdo e um plano de expressão numa articulação entre o verbal e o visual que correspondem a uma única enunciação, formando um “todo de sentido”. A análise se debruça especificamente no texto fílmico e fez uso das imagens apenas para ancoragens das interpretações discursivas, tecendo apenas comentários, caso necessário, quanto aos demais recursos que compõem a peça. Assim, no que se refere à metodologia da presente seção, obteve-se, com base nas leituras realizadas sobre a Semiótica greimasiana, especificamente ao que se diz da ferramenta PGS de leitura/interpretação, um gesto de interpretação dos sentidos produzidos no funcionamento textual.

Por conseguinte, seguiu-se o procedimento de aplicar a descrição adequada que mostra os sentidos produzidos e interpretados a partir da ligação entre os fragmentos discursivos e cada

nível de interpretação, indo do mais simples e abstrato ao mais complexo e concreto para, ao final, explicar as discussões resultantes, por meio da construção de quadros semióticos passíveis de uma leitura interpretativa dos opostos semânticos constituídos de suas relações de contrariedade, contradição e complementariedade. Tais oposições correspondem a interpretação do nível fundamental, pois nesta espera-se obter o mínimo de sentido do qual o discurso é construído. A partir da aplicação desse primeiro nível, são construídas oposições que asseguram a unidade do texto por completo.

Assim, segundo Fiorin e Savioli (2007), as categorias semânticas são apontadas como o ponto inicial da geração do discurso e, com base nelas, concede-se unidade profunda a elementos que parecem dispersos. Ainda, como parte da metodologia, desenvolveu-se a aplicação do nível narrativo e nestes apresentaram-se sujeitos e objetos, bem como as relações estabelecidas entre estes e os valores que os determinaram, pois de acordo com Floch (2001), esse nível representa uma versão humanizada do que se interpretou no primeiro nível, com base nas oposições semânticas, nessa camada as oposições transformam-se em faltas ou perdas; as modificações resultam em performances; e os operadores tornam-se sujeitos; dito de outra forma, é estabelecida a ação do ser humano sobre o outro.

Por conseguinte, o nível narrativo apresenta relações e papéis ainda abstratos, neste é enfatizado as ações entre os sujeitos e daquelas são construídos os programas narrativos dos quais podem ser interpretados os tipos de manipulações existentes entre o agir persuasivo de um indivíduo sobre o outro.

E para a configuração do sentido no nível discursivo concebido como superficial e concreto ocorre a modificação das posições virtuais em significados realizados na ordem semântica, de modo que o discurso se desvela em narradores, personagens, ações, espaços e tempos concretos, além da apresentação de temas e figuras que apontam para o mundo real. Dito isso, previamente teceu-se algumas considerações sobre a relação entre Análise Semiótica e a Análise do Discurso, haja vista que o foco deste trabalho foi tanto aplicar a primeira quanto à segunda, com o intuito de representar as semioses, suas estruturas, bem como interpretar os variados eixos de produção de sentido presentes no filme “Polícia Federal: a Lei é para todos”.

Ao se considerar que existem vertentes das teorias semióticas, esclarece-se que a que fora escolhida para a presente reflexão e prática analítica foi a desenvolvida por A. J. Greimas e pelo grupo de Investigações Semiollingüísticas da Escola de Altos Estudos em Ciências Sociais, na França. A escolha se deu por ser reconhecida como teoria do texto e se ocupar com os sentidos constituídos naquele. Ademais, pontua-se que a teoria semiótica se consubstancia em procedimentos conceituais e metodológicos que possibilita um diálogo com a AD,

especificamente de linha francesa, por meio da complementaridade da Análise Semiótica e da Análise do Discurso, torna-se factível revelar o que não está transparente na língua e os efeitos de sentidos nas construções discursivas. Acerca da relevância da Semiótica para a presente pesquisa, Soares (2020, p. 121) entende que:

[...] a semiótica carrega em si seu próprio potencial de atualização quando não apenas está voltada para o trabalho de análise de metalinguagem, mas sim voltada para composições semióticas consuetudinárias, isto é, focada em interpretar o funcionamento de dada semiiose que se apresenta como significativa a um processo comunicativo específico.

Neste caso emprega-se a ferramenta semiótica, o estudo do percurso gerativo de sentido na construção dos possíveis eixos de produção de sentido. E, por se tratar da teoria do texto, é importante tecer alguns apontamentos, como o de que em conformidade com Bertrand (2003, p. 11) “a Semiótica se interessa pelo parecer do sentido, que se apreende por meio de formas da linguagem e, mais concretamente, dos discursos que o manifestam, tornando-o comunicável e partilhável, ainda que parcialmente”. Além disso, deve-se considerar o seu objeto de estudo que, conforme Barros (2005), tem-se como objetivo construir a descrição e explicação do que o texto diz e como é construído o que diz. Assim, para se entender o que venha a ser a Semiótica, é exigível saber além do seu conceito, também conhecer o seu objeto de estudo. Segundo Barros (2005, p. 7): “Um texto define-se de duas formas que se complementam: pela organização ou estruturação que faz dele um “todo de sentido”, como objeto da comunicação que se estabelece entre um destinador e um destinatário”.

Ainda, conforme a autora, o texto deve ser compreendido em sua dualidade, como objeto de significação e objeto de comunicação. Nesse sentido, os estudos mais atuais da Semiótica tendem a considerar em sua base teórica-metodológica as análises do ponto de vista interno e externo. Assim, existe a possibilidade de se esclarecer “o que o texto diz” e “como o diz”, de maneira sistemática e consistente. Por conseguinte, pode-se entender que essa ciência considera como base para análise, tanto os procedimentos de organização textual como os mecanismos enunciativos de produção e recepção do texto. Dito isso, a subseção seguinte visa conceituar e analisar o emprego do Percurso Gerativo de Sentido na peça fílmica, de modo que as análises foram construídas conforme as etapas dos níveis fundamental, narrativo e discursivo.

### 3.1 Percurso Gerativo de Sentido (PGS)

Nas linhas seguintes se entenderá o que é o Percurso Gerativo de Sentido como um dos conceitos trabalhados pela Semiótica e se inicia a aplicação desta teoria a trechos da obra cinematográfica “Polícia Federal: A Lei é para todos”. Entretanto, antes da aplicação propriamente dita, faz-se necessário alertar quanto ao que Greimas (1975, p. 15) entende por sentido como “o sentido, enquanto forma do sentido, pode ser definido então como a possibilidade de transformação do sentido”. E quanto “a significação pode ser parafraseada quer como ‘produção de sentido’, quer como ‘sentido produzido’” (GREIMAS; COURTÉS, 1979, p. 418). Alerta-se que, ainda que tais proposições aparentem certa repetição, essas estão fundamentadas na ratificação de que “a significação é, portanto, apenas essa transposição de um nível de linguagem a outro, de uma linguagem a uma linguagem diferente, e o sentido é apenas essa possibilidade de *transcodificação*” (GREIMAS, 1975, p. 13).

E nessa mesma perspectiva, Landowski (2005, p. 13) entende o sentido como “concebido e analisado como uma forma constantemente em via de construção, espécie de cintilação apreensível somente no ato e em situação, no desenrolar do próprio processo que o faz aparecer”. Diante das considerações realizadas à interpretação textual semiótica considera que de acordo com Lima (2020, p. 155) “no plano da expressão ocorre a manifestação do plano de conteúdo em um sistema de significação verbal, não verbal ou sincrético, o plano do conteúdo manifesta o significado do texto, pois é neste “que se analisa a articulação e a transformação de um pensamento” na forma de um percurso gerativo. Essa forma é essencial e Barros (2005, p. 9) a resume da seguinte forma:

- a) O percurso gerativo do sentido vai do mais simples e abstrato ao mais complexo e concreto;
- b) São estabelecidas três etapas no percurso, podendo cada uma delas ser descrita e explicada por uma gramática autônoma, muito embora o sentido do texto dependa da relação entre os níveis;
- c) A primeira etapa do percurso, a mais simples e abstrata, recebe o nome de nível fundamental ou das estruturas fundamentais e nele surge a significação como uma oposição semântica mínima;
- d) No segundo patamar, denominado nível narrativo ou das estruturas narrativas, organiza-se a narrativa, do ponto de vista de um sujeito;
- e) O terceiro nível é o discurso ou das estruturas discursivas em que a narrativa é assumida pelo sujeito da enunciação.

Esse mesmo pensamento é defendido por Fiorin (2011, p. 20) como “O Percurso Gerativo de Sentido é uma sucessão de patamares, cada um dos quais suscetível de receber uma descrição adequada, que mostra como se produz e se interpreta o sentido [...]”. Além do

exposto, Soares (2018, p. 104) traz uma reflexão que coaduna com o conceito de PGS apresentado, qual seja:

Portanto, o percurso gerativo do sentido demonstra o uso da microestrutura da língua até sua macroestrutura em níveis, sintaxes e semânticas, de maneira a ressaltar a complexidade inerente aos atos de construir sentidos e de interpretá-los. Não é simples, porém é inevitável em uma sociedade multitextual entender o percurso gerativo do sentido como a mobilização dos recursos disponíveis na língua para se ler, compreender, e produzir aprimoradamente textos.

Nas palavras do analista do discurso pode-se usar o Percurso Gerativo de Sentido para decifrar, entender e construir textos de qualidade, bem como extrair destes os sentidos que o constituem internamente. Essa mesma ideia é compartilhada por Lima (2020, p. 155) que concebe o PGS “sob a forma de um percurso global que simula a geração do sentido”. Dito isso, nas linhas seguintes descreve-se o resumo da peça fílmica que será examinada num gesto de leitura/interpretação com o uso da ferramenta descrita.

Em síntese, a película retratou a história de uma equipe de delegados federais que dedicaram suas vidas a investigarem crimes financeiros, mas que enfrentaram um sistema de corrupção. Depois de desmontarem vários esquemas e terem a equipe desfeita, um dos delegados foi convidado a construir uma nova equipe para realizar uma nova operação, dessa forma o grupo foi reestabelecido conseguiram revelar “*um dos maiores esquemas de corrupção já visto na história do Brasil*”<sup>17</sup>. Por meio da aplicação do Percurso Gerativo de Sentido definido por Greimas (1975) como “simulacro metodológico” objetiva-se obter a construção de uma visão ampla dos sentidos, através da análise do texto sincrético com base em cada nível de forma separada.

### 3.2 Nível profundo ou fundamental

Essa primeira etapa do Percurso Gerativo de Sentido é concebida por Gregolin (1995) como o ponto de partida da geração do texto, denominada de nível mais profundo no qual são organizados em pares de termos que podem ser ratificados ou rejeitados. Nesse nível, a Semiótica preceitua que a categoria semântica ordena a totalidade do discurso e neste é estabelecida “uma estrutura elementar em que a rede de relação da narrativa do texto reduz-se a uma única relação por diferença ou oposição” (LIMA, 2020, p. 156). Essa oposição evidencia

---

<sup>17</sup> Frase de efeito midiático impregnada na película para dar maior ênfase à operação Lava Jato.

os conceitos fundamentais a partir dos quais se constrói um eixo semântico, em que se depreende os arranjos mínimos de uma narrativa, e é nessa categoria ou oposição semântica que são apresentados os sentidos textuais, e, por conseguinte, os seus efeitos que, podem ser validados ou rejeitados em consonância com a exposição de Greimas e Courtés (1979, p. 398):

A semântica fundamental define-se por seu caráter abstrato [...]. As unidades que o instituem são estruturas elementares da significação e podem ser formuladas como categoria semânticas, suscetíveis de serem articuladas no quadrado semiótico (o que lhes confere um estatuto lógico-semântico e as torna operatórias).

É do nível fundamental que são extraídas as relações lógico-semânticas, estas originadas das relações sintáticas e semânticas produzidas no quadrado semiótico que foi desenvolvido por Greimas (1975) e apresentado em sua obra “Sobre o sentido: ensaios semióticos”. É através desse artefato que se pode representar e visualizar no presente estudo as relações e traduzir seus efeitos opositivos de contradição, contrariedade, complementariedade, subcontradição e implicações no nível da sintaxe fundamental. Desse modo, é por meio do quadrado semiótico que se tornou possível organizar todas as relações que constituem o nível profundo ou fundamental do processo gerativo. Essa mesma concepção, no que tange no nível fundamental do PSG, é compartilhada por Tatit (2010, p. 198) como:

[...] prevê uma sintaxe sumária que consegue apreender em seus termos (desde que bem escolhidos) não só os estados narrativos, mas especialmente suas transformações. Para tanto, conta basicamente com as operações de negação e asserção. Com a primeira, instaura os termos contraditórios [...]. Com a segunda, instaura os termos contrários que articulam a principal oposição contida num texto.

Os termos de oposição semântica referidos pela autora como a primeira parte de interpretação não são casos de meros contrastes entre vocábulos, mas estes são evidenciados na performance narrativa da obra ora pesquisada. Tais valores podem estar presentes em diversos outros textos e construir inúmeras outras narrativas, contudo as articulações feitas entre seus elementos resultam num todo coeso e coerente. Ainda, no nível fundamental são determinadas as categorias eufórica ou positiva e disfórica ou negativa, que conforme Greimas, “uma categoria semântica pode ser axiologizada pela projeção da categoria tímica no quadrado que a articula, de modo que os termos contrários serão denominados de/euforia/e/disforia/” (GREIMAS, 2014, p. 103).

Nesse sentido os termos serão classificados como eufóricos ou disfóricos de acordo com a exposição dos elementos de comunicação textual, que por vez, em consonância com Greimas (1973, p. 42) a comunicação, “[...] com efeito, reúne as condições de sua manifestação, pois é

no ato de comunicação, no “acontecimento-comunicação”, que o significado encontra o significante”. Dito isso, as oposições semânticas constituídas com base em valores negativos ou positivos são estabelecidas conforme o contexto, o “acontecimento-comunicação”, e tudo em que esteja envolto a ação discursiva. Ademais, Soares (2018, p. 100) ratifica que, no nível semântico encontra-se categorias que ficam na base de um texto e essa categoria é fundamentada no antagonismo.

Esse contraste é assim observado em termos que se contrapõem como vida *versus* morte, por exemplo. Tais oposições possibilitam a construção de contraditórios por negação que, conseqüentemente, são elucidados pelo quadrado semiótico posto mais adiante. Dessa forma, no texto fílmico ora analisado pôde depreender-se mais de uma categoria semântica no nível fundamental, sendo: honestidade *versus* desonestidade, punibilidade *versus* impunibilidade, parcialidade *versus* imparcialidade, bem como a justiça *versus* injustiça, que são explicitadas nas cenas, o que pode ser observado no trecho a seguir na narrativa do delegado Ivan:

Delegado Ivan – Narrador: *É claro que a nossa história não começa aqui. A corrupção como a varíola e a tuberculose chegou ao Brasil com as primeiras Caravelas. Logo de cara Portugal mandou um ouvidor-geral que tinha sido condenado por desvio de verbas. Em 1650 o Padre António Vieira já dizia: “os portugueses não vieram aqui querendo nosso bem, mas sim os nossos bens”. Pau-brasil, escravos, ouro, terra, diamantes, impostos, ferro, café. “Se roubava de tudo e de todos”. Do cabo submarino do Visconde de Mauá ao mar de lama do Getúlio. Um mar sem fim de corrupção. Mandioca, BNH, previdência, parabólica, Sudam, Sudene, anaconda, propino duto, bingo, Fiat Elba, anões do orçamento, sanguessuga, merendas, ONGs, dólar na cueca, apito, Banestado, onde nós nos conhecemos que além de dar em pizza desmantelou a nossa equipe. Farol da colina, castelo de areia, chagal, satyagraha, mensalinho, mensalão e o maior de todos, mensalão. E o culpado de tudo, a caneta, porque, desde que existe a caneta existe a corrupção. O poder sempre está com quem indica, com quem conhece e mais importante quem assina para o mal ou para o bem.* (Trecho: 09min13s a 11min15s, grifos nossos).

A narrativa do delegado Ivan no início do texto fílmico apresentou uma das principais categorias semânticas em oposição que foi a honestidade *versus* desonestidade, essa é narrativizada com base na afirmação de que a corrupção faz parte da história do Brasil desde a colonização dos portugueses. Segundo as informações expostas pelo narrador, a corrupção foi comparada com as doenças “varíola e a tuberculose” que surgiram no Brasil com as primeiras caravelas de portugueses; outras comparações como a vinda do “ouvidor-geral condenado por desvio de dinheiro”, o interesse pelos bens naturais que o Brasil tinha para oferecer, a ação de roubar “de tudo e de todos” já se fazia presente, daí por diante ocorreram diversos escândalos de corrupção dos governos que presidiram o país, e por meio de metáfora, o narrador afirma que a culpa da corrupção fazer parte do Brasil é da “caneta”, “porque desde que existe a caneta existe a corrupção”, “o poder sempre está com quem indica para o bem ou para o mal”.

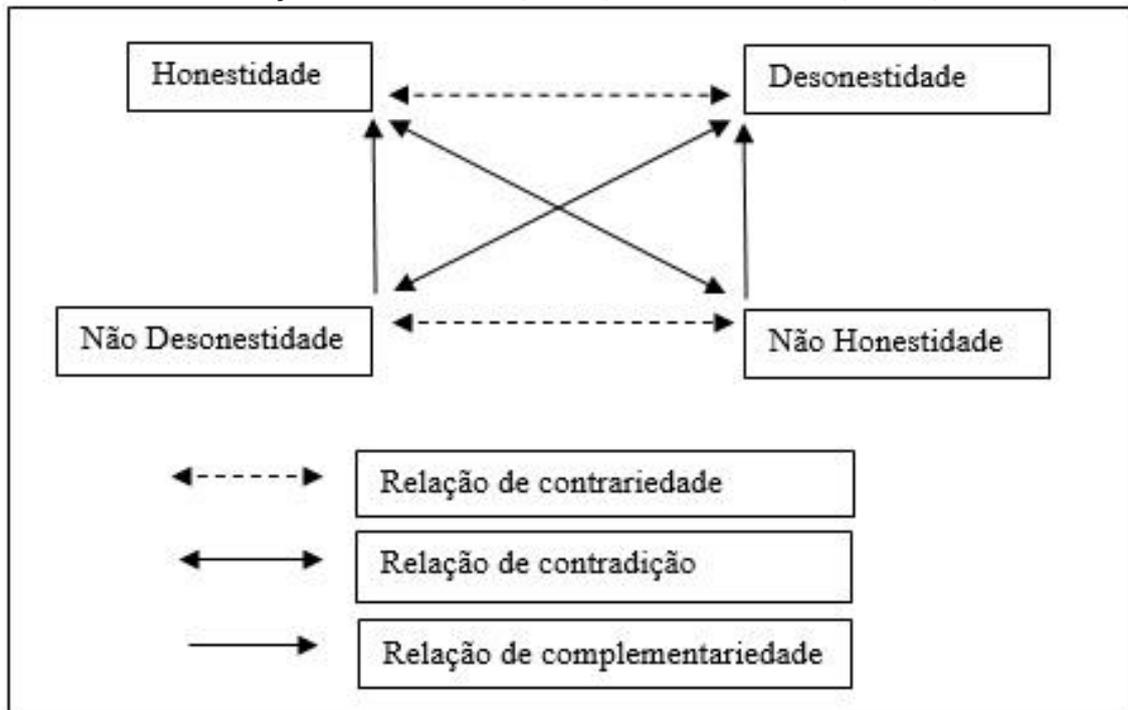
Além desses trechos narrativizados, as imagens da Figura nº 1 (História do Brasil) que construíram o texto retratou imagens de ratos, animais que são comumente simbolizados de forma negativa, caracterizando ladrões roedores, remetendo à desonestidade e à corrupção, seguida de vários outros acontecimentos narrativizados e apresentados por imagens de noticiários que enfatizaram a ideia de que o despudor e o suborno sempre fizeram parte da história do Brasil. As categorias semânticas apresentadas anteriormente estão carregadas de valores e estes, de acordo com Soares (2018, p. 101), para cada categoria semântica recebe uma qualificação de acordo com o valor encontrado no interior do próprio texto, e eufórico é concebido como positivo e disfórico como negativo.

Assim, em “Polícia Federal: A Lei é para todos” a honestidade qualificou-se como eufórica e a desonestidade como disfórica, pois conforme visto na tessitura textual, o termo desonestidade foi ligado a outros termos figurativos e constituídos da valoração negativa como, doenças e animais peçonhentos, e já o vocábulo honestidade como algo positivo, porém ausente. Ademais, encontrou-se no nível fundamental um percurso entre os termos, no texto em análise, pois havia o Brasil destituído de corrupção com somente a presença dos indígenas, mas a partir da colonização, com os Portugueses, aquela passou a existir, assim configurou-se o estado da honestidade como positiva que se modificou para o estado de desonestidade valorada como negativa. Antes de apresentar o quadrado semiótico, este deve ser entendido segundo Hénalt, 1997, p. 143) como:

Dispositivo de oposições, complementaridades e implicações que pode ser gerado a partir de qualquer posição sêmica. Esse conjunto lógico, apreendido fora de todo campo de sentido particular e universalmente válido na aparência, concretizava e explicitava, talvez pela primeira vez, no campo das ciências humanas, uma estrutura autêntica.

Assim, observa-se, com base nesse dispositivo, as oposições construídas no primeiro Quadrado Semiótico, as complementaridades e as implicações:

**Ilustração 1** - Brasil honesto (Euforia) → Brasil desonesto (Disforia)



Fonte: Elaborado pela autora com base em Greimas (1975, p. 127).

Há várias formas de se ler o quadrado semiótico, contudo para melhor interpretação desse estudo deve-se ler os quadrados construídos nessa pesquisa a partir da direita para a esquerda em que se encontram os termos em relação de contradição (honestidade *versus* desonestidade), em seguida realizar a leitura nos ângulos diagonais em que ocorrem as relações de contraditório (Não desonestidade e desonestidade; não honestidade e honestidade) e, por último, a leitura entre os termos da parte inferior para a superior em que se lê: Não desonestidade subjacente a honestidade, e não honestidade implicado em desonestidade.

Os opostos semânticos apresentados estão narrativizados em acontecimentos da película como: colonização do país pelos portugueses, as ações de saquear as riquezas naturais, os governos que mudam, mas em cada mandato são descobertos os desvios realizados, desde a verba da merenda escolar até construção das obras públicas, as fraudes realizadas em partidas de futebol, bem como a própria peça mostra “até dólar na cueca” já se pôde encontrar, além disso o narrador acrescenta “um mar de lama de corrupção sem precedentes”. As ações descritas evidenciaram os contrários semânticos explicitados e, apesar de esses serem enfatizados durante toda peça fílmica, constatou-se que houve uma camuflagem da principal oposição que é a punibilidade *versus* impunibilidade, pois esta, além de também ter perfazido a peça, dialogou de fato com o título da obra, fato a ser melhor entendido nas linhas seguintes.

As oposições punibilidade *versus* impunibilidade puderam ser constatadas quando os delegados da Polícia Federal apresentaram suas frustrações ao tentarem cumprir a Lei e prender

os indivíduos que a infringiram e terem suas expectativas fracassadas por enfrentarem a burocracia ou as lacunas da própria legislação. Feita essa constatação, e ainda por considerar os opostos semânticos honestidade *versus* desonestidade como importantes, porque é com base nestes que foi percebida a dissimulação da contraposição semântica principal punibilidade *versus* impunibilidade, construir-se-á outro quadrado semiótico com o fim de qualificar a presente interpretação do nível fundamental do filme. Além disso, verificou-se dois trechos que elucidaram estas ratificações:

Delegada Beatriz: *Mas não tem o que pensar eu não quero fazer isso comigo mesma de novo. Sabe a gente prende, eles soltam, o caso morre ou por burocracia ou porque mudar o poder.* (Trecho: 12min14s, grifo nosso).

[...] *essa merda que a gente faz não serve para nada. Essa porra de país é assim, sempre foi assim, sempre vai ser assim, bateu na porta de quem manda [...]* (Trecho: 35min47s, grifo nosso).

Dito isso, os valores narrativizados quando se tratam da oposição semântica inicial honestidade *versus* desonestidade tem-se o percurso delineado da seguinte forma: euforia>disforia>disforia. Tal construção justificou-se porque no começo da narratividade o delegado Ivan retratou que o Brasil antes da colonização era considerado um país sem corrupção, ou seja, constituído do valor semântico da honestidade, e a partir daquela passou-se a ter diversos acontecimentos que contribuíram para a existência da corrupção, assim configurando outros valores semânticos como a desonestidade, a impunidade e consequentemente a injustiça.

Gregolin (1995, p. 15) ratifica que o texto se consubstancia sobre relações orientadas, como primeira condição para a narratividade, de forma que, se aquele fala de determinada relação, a narratividade é desenvolvida em determinado sentido, pois o princípio dessa se dá pela transformação, e a sucessão dos valores que resultam na continuidade textual. No filme há o percurso da honestidade (Brasil descolonizado) para a desonestidade - os portugueses colonizaram o Brasil, e começam a saquear todas as riquezas provenientes deste e ainda a desonestidade permanece por meio dos vários acontecimentos.

Assim, a oposição construída estabeleceu os sentidos de honestidade tomada como positiva (eufórica) e a desonestidade recepcionada como negativa (disfórica) e assim permaneceu por não ter havido alteração da narratividade. Essa oposição, bem como os opostos de punibilidade *versus* impunibilidade direcionaram a linha argumentativa do texto fílmico, contudo, ressalta-se que o último contraste semântico além de ser narrativizado foi o que de fato se sobressaiu e desvelou o sentido do próprio título da obra, qual seja, o de que a “Lei não

é para todos”. Além da interpretação do nível fundamental realizada até agora, deve-se atentar também para o que Barros (2001) ratifica quanto a semiótica conceber o texto e a significação de acordo com a relação estabelecida em dois planos, quais sejam de conteúdo e de expressão.

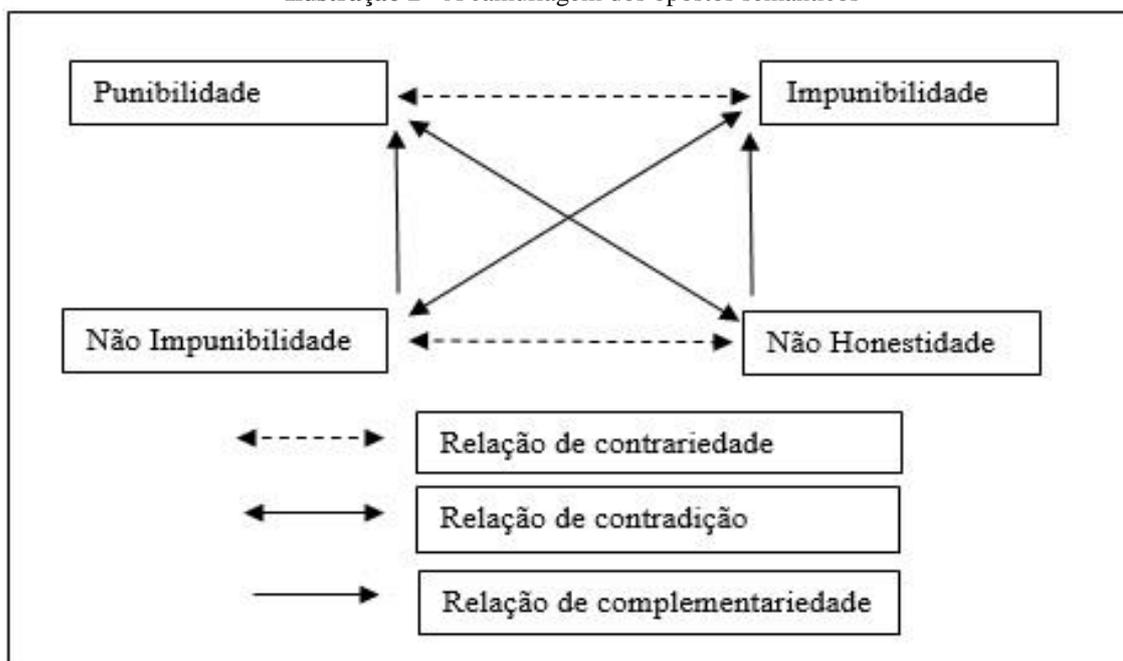
Destarte, na película observa-se que o plano de conteúdo determina que a obra é “baseada em  **fatos reais, de inegável interesse público, de grande repercussão na imprensa e, possui caráter documental e histórico, utilizou pesquisa jornalística e documentos públicos e oficiais**” (Trecho: 01min41s, grifo nosso). E ainda, como conteúdo retrata durante todo o filme sobre a investigação de crimes financeiros nos quais estavam envolvidos políticos, empreiteiras, doleiros e traficantes. Em contraponto, no plano de expressão verificou-se o uso de recursos estilísticos qualificadores do gênero discursivo ficção, a linguagem informal, acessível, a escolha de acontecimentos e notícias sobre outros casos de corrupção, a presença de discursos direto e indireto.

Para tanto, todas essas estratégias foram usadas com o fim de tornar verídica as informações, e também defender determinada ideologia apresentada pela obra a qual descreveremos nas análises. Ademais, convém destacar quanto aos planos de conteúdo e expressão que de acordo Greimas e Courtés (1979, p. 174) “O plano de expressão está em relação de pressuposição recíproca com o plano do conteúdo, e a reunião deles no momento do ato da linguagem corresponde à semiose”. Acrescenta-se na mesma direção as ideias de Médola (2009, p. 405):

Conteúdo e expressão audiovisual apresentam características próprias, mas não independentes, de modo que os traços distintivos da forma da expressão correspondem aos traços distintivos da forma do conteúdo. No entanto, sabemos que a análise semiótica não vai considerar as unidades significantes de maneira isolada, e sim as relações que elas estabelecem entre si.

Desse modo, faz-se uma leitura-descrição e interpretação dos planos com base nos sentidos construídos de forma conjunta e que direcionaram ao contexto supracitado descrito, permitindo identificar na película duas categorias semânticas fundamentais das quais se pode depreender que a primeira (honestidade *versus* desonestidade) serviu apenas para abafar a segunda (punibilidade *versus* impunibilidade).

Ilustração 2 - A camuflagem dos opostos semânticos



Fonte: Elaborado pela autora com base em Greimas (1975, p. 127).

Numa primeira leitura, o título da obra cinematográfica “Polícia Federal: A Lei é para todos” fez-se depreender do texto que, todo aquele que comete crime deve sofrer a punição por meio da aplicação da Lei. Não obstante o conflito que consubstancia toda a obra, limitou-se ao fato de os delegados federais investigarem e buscarem provas para enviar para prisão todos aqueles que praticaram crimes, mas não o conseguindo por motivos como: a burocracia que emperra o andamento processual, a ausência de provas, bem como as lacunas da Lei, como os benefícios do foro privilegiado<sup>18</sup> ou a colaboração premiada<sup>19</sup>.

Quando alguns indivíduos que efetuaram crimes foram presos, verificou-se que estes não responderam ou não cumpriram a pena da mesma forma que um cidadão comum, sem privilégios, e isso ocorreu graças a pessoa que estava sendo penalizada ser possuidora de foro privilegiado ou simplesmente ter um tratamento diferenciado por ser alguém de *status* social favorecido. Tais afirmações podem ser compreendidas com base em alguns trechos da película:

<sup>18</sup> O foro privilegiado é um mecanismo pelo qual se altera a competência penal sobre ações contra certas autoridades públicas. Tecnicamente, o nome correto é **foro especial por prerrogativa de função**. Na prática, uma ação penal contra uma autoridade pública – como os parlamentares – é julgada por Tribunais Superiores, diferentemente de um cidadão comum, julgado pela justiça comum. Disponível em: <https://www.politize.com.br/foro-privilegiado-o-que-e/>. Acesso em: 21 out. 2020.

<sup>19</sup> De acordo com o artigo 4º da Lei 12.850/2013, norma que unificou a legislação sobre a colaboração premiada, para que o colaborador receba os benefícios expressos na lei é necessário que as informações fornecidas tragam um dos seguintes resultados: identificação de outros criminosos; revelação de estrutura e tarefas da organização criminosa; prevenção de ocorrência de outros crimes; recuperação de valores; localização de eventuais vítimas. Disponível em: <https://www.tjdft.jus.br/institucional/imprensa/campanhas-e-produtos/direito-facil/edicao-semanal/colaboracao-premiada>. Acesso em: 21 out. 2020.

“Delegada Beatriz: Mas não tem o que pensar eu não quero fazer isso comigo mesma de novo. Sabe **a gente prende, eles soltam, o caso morre ou por burocracia ou porque mudar o poder.** (Trecho: 12min14s, grifo nosso)”.

O trecho mencionado evidenciou a revolta da delegada Beatriz com o fato de que muitos dos casos em que se conseguiu identificar o autor do crime cometido, o caso não era levado adiante e, por vezes, aqueles que infringiram a Lei não sofriam quaisquer punições. E ainda, como resultado, o caso acabava por ser arquivado por motivos burocráticos ou por vontade contrária de personalidades, ou até mesmo órgãos públicos que detinham o poder, como o próprio Supremo Tribunal Federal (STF), dentre outros.

Então, pode-se entender que houve uma falha na afirmação contida no título da obra “a Lei é para todos”, porque a Lei não se fez para todos, não de forma igualitária, pois, vislumbrou-se que tudo dependia do caso e das pessoas envolvidas e assim ocorria que, em alguns processos, a punibilidade ou não foi imputada ou, ainda que tenha sido aplicada de forma diferenciada. Outro trecho em que se pode identificar a oposição semântica da punibilidade *versus* impunibilidade:

Narrador Ivan: [...] *Youssef já tinha passado pelas nossas mãos, mas foi solto por uma delação premiada que aliás só delatou a concorrência.* (Trecho: 26min 18s, grifo nosso).  
 Juiz Sérgio Moro: *Nesse momento suspendo a sentença do réu Alberto Youssef com a condição de afastar-se definitivamente da sua atividade de doleiro seja no mercado formal ou informal.* (Trecho: 19min09s, grifo nosso).

Alberto Youssef<sup>20</sup> tinha sido preso, mas a sua punibilidade foi parcialmente suspensa em detrimento de um acordo realizado com a própria Polícia Federal, por meio do uso do instituto jurídico *delação premiada*, conceituado em linhas anteriores. O que se percebeu é que, em troca de informações sobre crimes maiores, aquele que seria penalizado recebe um prêmio e acaba por não sofrer a punibilidade como deveria, o que acarretou o estado de impunibilidade.

A narrativa do Juiz ratifica o que fora explicado: um fato a mais a ser observado é que o poder de aplicar a punibilidade está nas mesmas mãos daquele que retira a punibilidade ou a negocia, de modo que a punição acaba sendo destinada de forma conveniente. Ademais, a Lei deixa de ser para todos e passa a ser apenas para alguns e em casos determinados. Além do mais, na citação a seguir verificou-se mais um exemplo da presença daqueles opostos semânticos e a confirmação de que a “Lei não é para todos”:

---

<sup>20</sup> O filme faz menção ao fato ocorrido fora da ficção, no plano da realidade em que o doleiro havia sido preso, mas teve sua sentença suspensa por ter contribuído com as investigações da Polícia Federal.

Delegado Ivan: [...] *Paulo Roberto Costa entrou com o pedido de habeas corpus alegando foro privilegiado!*

Delegada Beatriz: *E como ele conseguiu o foro privilegiado?*

Delegado Júlio: *Ele é deputado agora? Virou Senador? Que eu saiba, só Deputado, Senador, Ministro, Presidente têm foro privilegiado ou mudou a Lei da noite para o dia?*

Ítalo MP: *Ele alegou que como tem Deputado no meio, eles todos tinham que ser julgados pelo supremo que nem no mensalão.*

Delegada Beatriz: *Se for para o Supremo já era, acabou o caso!* (Trecho: 32min54s, grifo nosso).

Delegado Ivan – Narrador: *O Supremo reconsiderou e os outros permaneceram presos, mas o Paulo Roberto Costa foi solto.* (Trecho: 35min24s, grifo nosso).

Do contexto supracitado, pode-se interpretar que Paulo Roberto Costa<sup>21</sup> entraria no rol de pessoas comuns, que deveriam permanecer preso sem qualquer privilégio, posto que não possuía foro privilegiado<sup>22</sup>, contudo conseguiu ser tratado como aquele que goza da prerrogativa e foi solto, tendo sua pena aplicada de forma branda, ou seja, ficou em prisão domiciliar. Nessas falas fica explícito que para determinada classe de pessoas como “deputado, senador, ministro e presidente” a Lei quando aplicada é como feita de modo diferenciado, mais branda ou muitas vezes nem aplicada.

A própria citação confirma que o Poder Judiciário destina a Lei de forma desigual, fato que aparece do seguinte modo: “os outros permaneceram presos, mas o Paulo Roberto Costa foi solto”. Quando o texto fala “os outros”<sup>23</sup> denota-se que a classificação gramatical e o significado da própria palavra remetem a qualquer pessoa, sem importância e consequentemente sem privilégios. Em suma, Paulo Roberto Costa sofreu a punibilidade parcial, ou de forma privilegiada em comparação aos demais que permaneceram presos. Esse é o último exemplo desta oposição:

---

<sup>21</sup> Paulo Roberto Costa na vida real foi o ex-diretor de abastecimento da Petrobras, e um dos primeiros a delatar os esquemas de corrupção em troca de um acordo de delação premiada, foi condenado por dose anos de prisão domiciliar. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/colunas/jamil-chade/2020/02/13/suica-confisca-us-1-milhao-e-encerra-caso-contr-paulo-roberto-costa.htm>. Acesso em: 17 mar. 2021.

<sup>22</sup> O foro especial por prerrogativa de função.

<sup>23</sup> Outro, sem estar precedido de artigo, é um determinante indefinido, de acordo com o Dicionário Terminológico (DT), que reúne a terminologia gramatical a empregar nos ensinamentos básico e secundário em Portugal. No entanto, com artigo definido – «o outro» –, não é clara a classificação atribuível no quadro do DT, pelo que teremos de procurar em obras mais especializadas, como é o caso da Gramática do Português (Fundação Calouste Gulbenkian, 2013, p. 2383), que considera que um caso como «o outro» configura uma elipse, isto é, «[...] a omissão de uma expressão que através do contexto linguístico ou situação enunciativa é possível recuperar» (resposta de Ana Martins, "Elipse", Consultório, 5/06/2007). Nesta perspectiva, voltando ao exemplo da questão, a frase em apreço relaciona-se com outra em discurso – p. ex.: «O rapaz não tinha caderno, mas o outro (rapaz) não lhe emprestava o material.» in Ciberdúvidas da Língua Portuguesa. Disponível em: <https://ciberduvidas.iscte-iul.pt/consultorio/perguntas/classificacao-gramatical-de-o-outro-na-frase-o-outro-nao-lhe-emprestava-o-material/35045>. Acesso em: 19 ago. 2020.

Antenor MP: *É apenas um homem Ivan!*

Delegado Ivan: *Apenas um homem Antenor. (Trecho: 01h 15min04s, grifo nosso).*

Juiz explica: *Vocês vão seguir estritamente os passos, vão de terno à paisana, sem nenhum emblema da Polícia Federal, carros escuros, descaracterizados, enfim nada que chame atenção, que possa constranger desnecessariamente o ex-presidente. Vocês vão proteger o ex-presidente. (Trecho: 01h15min13s, grifo nosso).*

O trecho supracitado explicitou a preocupação tanto do delegado Ivan quanto a do Juiz em realizar a condução coercitiva do ex-presidente Lula, pois, por se tratar do ex-presidente, sujeito social de elevada estima e *status* recebeu tratamento especial. Nessa situação a Lei foi aplicada de modo extremamente meticuloso e apesar do instituto jurídico (condução coercitiva) não ser considerado punibilidade segundo a legislação, do ponto de vista moral é concebida com valor negativo e com sentido acusador, assim soando como uma “punição”. Dito isso, considerou-se que a categoria de oposição semântica descrita é a que preponderou sobre as demais, perfez toda a narratividade da peça fílmica, e que divergiu do que o título apresentou.

É válido ressaltar que a partir das categorias semânticas apresentadas, outras composições foram extraídas com o fim de surtirem um efeito de sentido maior como a parcialidade *versus* imparcialidade, e a justiça *versus* injustiça, estes podem ser vistos no quadrado de oposição construído com base no modelo de Raíne Simões Macedo<sup>24</sup>:

**Quadro 4 - Quadro Semiótico: Oposição de Valores**

Honestidade	S1-----S2	<u>Desonestidade</u>
Punibilidade		Impunibilidade
Parcialidade		Imparcialidade
Justiça		Injustiça
	~S2-----~S1	
ñ Desonestidade		ñ Honestidade
ñ Impunibilidade		ñ Punibilidade
ñ Imparcialidade		ñ Parcialidade
ñ Injustiça		ñ Justiça

Fonte: Adaptado pela autora com base no modelo de Raíne Macedo (2018, p. 102).

<sup>24</sup> MACEDO, Raíne Simões. “Ele mexeu com todas” – Uma análise semiótica textual das estruturas fundamentais. Disponível em: <http://www.periodicoeletronicos.ufma.br/index.php/littera/article/view/10377>. Acesso em: 12 ago. 2020.

A partir do quadro semiótico nº 3 depreendeu-se que os termos honestidade *versus* desonestidade representam uma oposição que dissimulou a oposição basilar do eixo semântico que é a punibilidade *versus* impunibilidade. Contudo, pode-se considerar que ambas, em consonância com Barros (2001), constituíram a estrutura elementar da significação do filme. E os demais termos fizeram parte da bifurcação no quadrado e estão conectados às discrepâncias que se configuraram histórica e socialmente na peça fílmica. Ao tratar de outras oposições que puderam ser extraídas da película, tem-se a parcialidade *versus* imparcialidade e justiça *versus* injustiça que foram constatadas no texto fílmico no seguinte trecho:

Jornalista 3: *Essa investigação de vocês há 1 mês do primeiro turno. Vocês não acham que é **abuso de poder** a PF **tentar influenciar** uma eleição?*  
 Delegado Ivan: [...] *olha Juliana, a gente não tá investigando um partido, a gente investiga o fato e não as pessoas.* (Trecho: 46min 14s, grifo nosso).

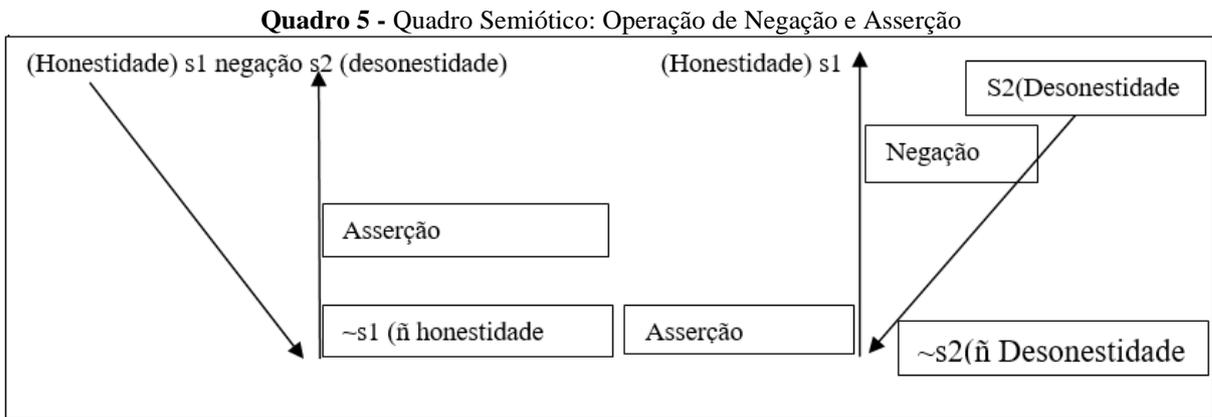
As palavras negritadas aludiram às oposições semânticas parcialidade *versus* imparcialidade e justiça *versus* injustiça, uma vez que os agentes da Polícia Federal foram questionados sobre a sua conduta reconhecida como parcial ao terem enfatizado na investigação de crimes financeiros cometidos por políticos pertencentes ao Partido dos Trabalhadores (PT). Assim, a jornalista arguiu que os agentes não tinham o direito de influenciar a eleição que estava acontecendo. Em contrapartida os agentes responderam que não estavam investigando partido político, mas sim, os fatos, conduta aquela que evidenciou a imparcialidade nas investigações.

Ítalo MP: *Você sabe que a gente fez a coisa certa não é Ivan? A gente agiu exatamente como agiria com qualquer um, talvez até com um pouco mais de cautela.*  
 Ítalo MP: [...] *você sabe que a gente segue os fatos, não é? Se os fatos levarem até alguém de algum partido político nós vamos investigar. Se amanhã tiver alguém de outro partido a gente vai investigar também, até não ter mais ninguém para aprender.* (Trecho: 01h33min23s a 01h35min13s, grifo nosso).

Outro trecho que evidenciou os opostos da parcialidade *versus* imparcialidade, e justiça *versus* injustiça, é o negritado, pois, a citação referiu-se a uma discussão entre o delegado Ivan e o promotor Ítalo em que o primeiro questionou sobre se estavam sendo realmente imparciais na condução da investigação ou se estariam apenas ajudando algum partido político, contudo o promotor responde afirmando que estavam agindo de acordo com a Lei e investigando os fatos e não as pessoas ou a um partido específico. Mais um trecho que também evidenciou os contrastes:

O juiz **liberou** os áudios. Teve gente que criticou, mas o povo ficou sabendo o que se passava. Lula não virou Ministro e a Lava Jato não acabou. (Trecho: 1h 39min18s a 1h 40min58s, grifo nosso).

Percebeu-se que o Juiz agiu deliberadamente e o áudio em que apareceu a ex-presidente Dilma e o ex-presidente Lula conversando foram vazados. A conduta do juiz representou um comportamento parcial e incoerente com o papel que exerce, além de ilegal. Feitas as considerações, passa-se para a negação dos termos que, de acordo com Macedo (2018, p. 18), são projetados os contraditórios de cada vocábulo em oposição: “não honestidade” e “não desonestidade” e “não punibilidade versus não impunibilidade”. Bem como também é construída no quadrado a asserção que faz evidenciar os termos originários afirmativos e negativos “honestidade” e “desonestidade”; “punibilidade” e “impunibilidade”.

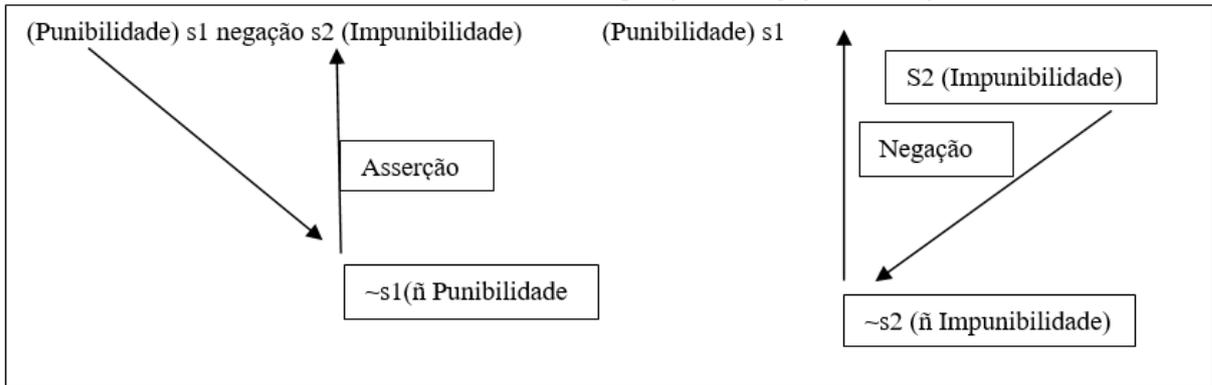


Fonte: Adaptado pela autora com base em Macedo (2018, p. 19).

Agora com a visão direcionada para este quadrado 5 deve-se realizar a leitura para a sua correta interpretação da direita para a esquerda, também nas linhas diagonais, aqui não importa se é de cima para baixo ou o contrário, pois ambas concedem a mesma interpretação e, por último, a relação de asserção estabelecida no quadrado que deve ser feita da parte inferior para superior.

A interpretação do quadrado 5 apresenta o sentido das oposições semânticas com ênfase em suas relações de negação e afirmação, de modo que a medida que a honestidade está presente a desonestidade é negada e quando esta se presentificar aquela passa a ser negada, o que por sua vez, constitui a significação de contraditoriedade e asserção.

O quadrado 6 deve ser lido da mesma forma que o anterior, traz as relações também de negação e afirmação, sendo diferenciado pelos termos que o compõem como os opostos semânticos de punibilidade *versus* impunibilidade.

**Quadro 6 - Quadro Semiótico: Operação de Negação e Asserção**

Fonte: Adaptado pela autora com base em Macedo (2018, p. 19)

Nessa perspectiva, negou-se a /honestidade/ para afirmar a /desonestidade/, bem como negou-se a /punibilidade/ para afirmar a /impunibilidade/, conforme pode ser verificado no percurso a seguir:

**Quadro 7 - Negação dos opostos semânticos**

1 Honestidade	⇒	2 Ñ Honestidade	3 Desonestidade
1 Punibilidade	⇒	2 Ñ Punibilidade	3 Impunibilidade

Fonte: Adaptado pela autora com base em Macedo (2020, p. 19).

Como já mencionado em parágrafos anteriores, o nível fundamental textual pode ser determinado como positivo/eufórico e negativo/difórico. Por meio do percurso até aqui delineado tornou possível constatar que a honestidade foi recepcionada como eufórica ou positiva na peça, o que ficou evidenciado no “Brasil antes da colonização”, e o termo desonestidade foi recepcionado como negativo ou difórico – Brasil pós-colonização dos portugueses, a partir do qual a corrupção passou a fazer parte da história do país. E no que se refere a punibilidade *versus* impunibilidade, o primeiro termo foi determinado como eufórico e o segundo termo como difórico.

Tais fatos ficaram evidentes nas várias tentativas de a Polícia Federal tentar conduzir a punibilidade para aqueles que cometeram crimes, mas houve oscilação entre euforia e disforia,

pois, ora consegue-se prender quem se tornou infrator da Lei e ora outros transgressores conseguem escapar da punição imputada. Assim, “Polícia Federal: a Lei é para todos” configurou-se como um texto disfórico diante da existência/permanência tanto da desonestidade quanto da impunibilidade presentes em todo percurso histórico e social segundo informações descritas e interpretadas a partir da película.

### 3.3 Nível secundário ou narrativo

No nível narrativo tem-se a organização textual sob a perspectiva de um sujeito em uma relação com um objeto, dessa maneira ambos passam a ser vistos como papéis actanciais. E como continuidade do nível anterior, nesse há investimento sintático e semântico nos quais examina-se esses papéis, pois, com base nessa análise são construídos por um ou mais programas narrativos dos quais são compreendidas as transformações de estado, essas podem ser na relação entre sujeito e objeto ou entre um sujeito para com outro sujeito.

É no segundo nível, na sintaxe narrativa que a história, os personagens e seus papéis são analisados numa sequência lógica, compreendendo as transformações do sujeito ou sujeitos que buscam valores, os quais estão investidos nos objetos figurativos. Assim, essas relações entre sujeitos e objetos de valor estabelecem um estado de junção com objetos concebidos como descritivos e modais, e que resultam em reações de conjunção ou disjunção.

Nesse nível têm-se dois enunciados elementares denominados de enunciados de estado e os enunciados de fazer. Os primeiros estabelecem uma relação de conjunção, devendo ser simbolizada como Sujeito – conjunção – objeto que corresponde a  $(S \cap O)$  ou de disjunção Sujeito – disjunção – objeto que é igual a  $(S \cup O)$  com um objeto. E o segundo enunciado, ou seja, o de fazer são aqueles que retratam a “passagem de um estado a outro” (GREIMAS; COURTÉS, 1979, p. 149), em outros termos, diz de um estado conjuntivo para um estado disjuntivo e o contrário também se torna possível.

Tais relações representam a sustentação e materialização da narrativa, uma vez que quando o sujeito tem poder sobre seu objeto está em conjunção, e quando aquele é privado do seu objeto encontra-se em disjunção. Na sintaxe narrativa tem-se o destinador e o destinatário, sendo o primeiro aquele que anuncia ou possibilita a ação, e na outra ponta da relação, tem-se o segundo que o destinatário que atende a ação que será direcionada. Greimas e Courtés (1979) explicam que:

O Destinator é aquele que comunica ao Destinatário – sujeito (do âmbito do universo imanente) não somente os elementos da competência modal, mas também o conjunto de valores em jogo; é também aquele a quem é comunicado o resultado da performance do Destinatário – sujeito, que compete sancionar. Desse ponto de vista, poder-se-á, portanto, opor, no quadro do esquema narrativo, o Destinator manipulador (e inicial) ao Destinatário julgador (e final) (GREIMAS; COURTÉS, 1979, p. 115).

Dessa maneira, entende-se que o destinator é aquele que persuade o sujeito a concretizar determinada ação ou ações, a fim de que o destinatário chegue ao estado de junção com o objeto valor, é nesse percurso do destinator-manipulador que o sujeito passa ao papel de destinator de valores modais como o querer-fazer, dever-fazer, saber-fazer e do poder-fazer. Assim o destinator modifica o sujeito através das determinações modais e semânticas e, dessa forma, configura-se o agir do ser humano no mundo. Já o destinator-julgador torna-se responsável pela sanção, na qual o sujeito que executou a transformação recebe uma recompensa que conforme a relação pode ser negativa ou positiva. Em suma, o segundo nível é apresentado por Greimas e Courtés (1979) como:

Enquanto o nível fundamental se apresenta como um dispositivo axiológico suscetível de servir de base à geração de um leque tipológico de discursos possíveis, o nível narrativo da semântica é o lugar das restrições impostas à combinatória em que se efetua o investimento dos valores selecionados é o enunciado de estado. Independentemente da natureza do valor, sua inscrição no actante-objeto em junção como o sujeito define este último em seu “ser” móvel, mobilizável com vistas ao programa narrativo que o transformará. (GREIMAS; COURTÉS, 1979, p. 438).

Nessa mesma perspectiva conceitual do segundo nível do Percurso Gerativo de Sentido (PGS), Gregolin (1995, p. 16) aponta os valores anteriormente citados como fundamentais e passam a ser narrativizados com base no desenvolvimento das relações que o sujeito possui. Dessa maneira, a narratividade aparenta a história do ser humano em busca de valores e os contratos e conflitos que enfatizam os relacionamentos humano. Ademais, segundo Fiorin (2005, p. 27), “a narratividade é uma transformação situada entre dois estados sucessivos e diferentes”, em outras palavras, tem-se um estado inicial, uma transformação e um estado final. Esse percurso será visualizado na obra analisada.

Esse mesmo pensamento é compartilhado por Barros (2011, p. 16) que ratifica o fato de a narrativa ser organizada em enunciados, programas, percursos e esquemas narrativos, com o fim de que seja visualizado o “espetáculo que simula o fazer do homem sobre o mundo”. Nessa perspectiva, descreveu-se o papel dos atores na narrativa, bem como as modalizações do ser e do fazer que os conduziram a seus estados. Antes de iniciar a análise do nível narrativo da peça fílmica “Polícia Federal: A Lei é para todos”, precede-se a determinação do enunciado basilar

desta obra, ou seja, a relação de transitividade entre o sujeito e seu objeto, pois, de acordo com Greimas e Courtés (2012, p. 334), o percurso narrativo persiste numa “sequência hipotática de programas narrativos (PN), simples ou complexos, isto é um encadeamento lógico em cada programa narrativo é pressuposto por um outro programa narrativo”. Ainda para eles o PN<sup>25</sup> “é um sintagma elementar da sintaxe narrativa da superfície, constituído de um enunciado de fazer que rege um enunciado de estado. Nessa lógica, verifica-se o seguinte esquema de aplicação a ser desenvolvido:

**Quadro 8** – Esquema de aplicação

$$\text{PN} = \text{F} [\text{S}^1 \rightarrow (\text{S}^2 \cap \text{Ov})]$$

$$\text{F}[\text{S}^1 \rightarrow (\text{S}^2 \cup \text{Ov})]$$

Fonte: Barros (2005, p. 24).

Nessa ordem, percebeu-se que o enunciado de estado é de a Polícia Federal estar em disjunção com o objeto “cumprir a lei” e o enunciado de fazer é quando a PF entra em conjunção com o seu objeto e, ao final da trama, por conseguirem prender vários infratores, contudo outros tantos conseguem se furtar das respectivas penalidades. O objeto valor pode ser entendido como “punição” ou até mesmo “justiça”, pois estes tornam-se essenciais tanto para a Polícia Federal, como para os promotores e o juiz. Percebeu-se que a narrativa do filme se constituiu de diversos sujeitos, mas alguns se destacaram por representarem os papéis principais que nortearam a obra.

Dito isso, como sujeitos principais tem-se os agentes da Polícia Federal, representados pelos delegados (Ivan, Bia e Júlio), os agentes do Ministério Público Federal encenado pelos promotores (Ítalo e José Henrique), o juiz figurado por Sérgio Moro, os jornalistas refletidos na maior parte das cenas pela Juliana e, a Lei espelhada pelas normas jurídicas e os valores morais, além dos infratores daquela que são os políticos, empresários, doleiros e traficantes. Explicitados os diversos atores que constituíram a narrativa fílmica, é válido lembrar sobre o que Fiorin (2013, p. 29) determina, pois, segundo ele, “os textos não são narrativas mínimas, pelo contrário, são narrativas complexas, em que uma série de enunciados de fazer e de estado estão organizados hierarquicamente”.

Ainda, segundo Souza (2019, p. 20), é com base nas narrativas que se constitui os programas narrativos e estes: “[...] estruturam-se numa organização canônica, formada por

<sup>25</sup> PN = programa narrativo; F = função;  $\rightarrow$  = transformação; S1 = sujeito do fazer; S2 = sujeito do estado; U = disjunção;  $\cap$  = conjunção; Ov = objeto de valor.

quatro fases que se relacionam por pressuposição: a manipulação, a competência, a performance e a sanção e que obedecem a dois critérios (aquisição ou privação de valores)”.

Pôde se extrair da película diversos programas narrativos que evidenciaram as fases de manipulação, competência, performance e a sanção, não necessariamente nessa ordem descrita. Adiante, na sintaxe do nível narrativo, como já dito, os enunciados de estado e de fazer identificados por elementares são:

- a) enunciado de estado: PF quer cumprir a Lei e prender todos aqueles que a infringiram, contudo não conseguem por enfrentarem a falta de provas e a burocracia jurídica (sem provas não há culpados).
- b) enunciados de fazer: a Polícia Federal, por meio das suas investigações, consegue “provas” e dão continuidade às investigações e conseguem cumprir a Lei prendendo alguns dos infratores (com “provas” há culpados e como “aplicar a Lei”).

A PF passa de um estado de disjunção (cumprir a Lei – não há prisões) para um estado de conjunção (cumprir a Lei – há prisões). A peça fílmica em análise é considerada uma narrativa complexa, por ser constituída de várias narrativas simultâneas, mas que se entrecruzam, sendo orientadas para uma única temática, qual seja, fazer que todos sejam submetidos aos ditames legais. Dito isso, destacam-se as cenas que nortearam a presente trama e evidenciaram as categorias a serem analisadas, assim, a película mostra a Polícia Federal em um estado de disjunção com a aplicação da Lei, pois encontram-se em (perseguição para prender o doleiro Youssef) para um estado de conjunção (prisão do doleiro Youssef).

Nessa direção saem do estado de estarem com as investigações paradas por falta de evidências até o momento em que encontram “com o caminhão de palmito carregado com drogas” que serviu de prova para darem continuidade as investigações. O enredo se desenvolveu com a PF investigando provas para prosseguirem com as ações e conseqüentemente seguir o “devido processo legal” para alcançarem o estado de punibilidade a todos àqueles que descumpriram a norma jurídica, contudo, não conseguem destinar a punição por não terem provas suficientes e esbarrarem na burocracia (foro privilegiado e outros benefícios legais).

A peça fílmica retratou o processo de corrupção no Brasil juntamente a questão das oposições semânticas apresentadas na sessão anterior, levantadas no nível fundamental do Percurso Gerativo de Sentido. Portanto, percebeu-se que há a figurativização desses elementos nas ações dos participantes que integraram a narrativa desenvolvida pela transição dos estados dos sujeitos. As narrativas apresentaram quatro fases, sendo: a manipulação, competência, performance e a sanção, dentre estas a primeira se subdividiu em quatro formas sendo: a tentação, sedução, provocação e intimidação.

Posto isso, nas linhas seguintes descreveu-se o percurso da manipulação que, segundo Mello e Almeida (2019, p. 51), é aquele “em que o destinador propõe um contrato a um destinatário e procura persuadi-lo, através da utilização de diferentes estratégias e, com isso, ele procura convencê-lo a aceitar a fazer o que ele quer”. Foi possível identificar na película alguns tipos de manipulação, como: a sedução que ocorreu quando o delegado Ivan convidou a delegada Beatriz para formar uma nova equipe de investigação de crimes financeiros, conforme se depreende:

*Delegada Beatriz: Mas não tem o que pensar eu não quero fazer isso comigo mesma de novo. Sabe a gente prende eles soltam o caso morre ou por burocracia ou porque mudar o poder. Não, eu não quero mais isso para mim.*

*Delegado Ivan: tudo bem, mas dessa vez é diferente Bia a gente está montando uma equipe superbacana, sério sabe, Dr. Rodrigo Antenor e eu.*

*Delegada Bia: Você acha mesmo que dessa vez vai ser completamente diferente?*

*Delegado Ivan: Não né! Isso aqui não virou a Inglaterra da noite para o dia!*

*[...] Delegado Ivan: A gente não vai mudar o Brasil, mas **alguma coisinha a gente sempre faz, não é?***

*[...] Delegada Beatriz: **Tem Mil casos parados desde que eu saí de lá. Quem é que vai limpar isso tudo? Com uma condição [...].** (Trecho: 12min 14s à 13min 22s, grifo nosso).*

A delegada Beatriz, de início, resistiu ao convite com os argumentos de que não queria se frustrar novamente com o sistema que soltava quem ela mandava prender, com a burocracia ou com a mudança de poder. Por fim, a delegada convenceu-se por sedução de fazer parte da mesma equipe, só que agora com o apoio do Ministério Público Federal (imagem positiva), assim foi levada a aceitar o convite. Após a delegada Beatriz ter sido manipulada por sedução pelo delegado Ivan, concretizou-se a segunda fase que é a da competência, assim, a delegada expôs que o seu querer fazer parte da nova equipe e que assim o deve ser, pois tinha deixado para trás o seu trabalho que estava parado com “mais de mil processos para resolver”, e então a própria delegada fez uma pergunta retórica “quem vai limpar essa sujeira toda”, aqui a delegada “acredita, quer, sabe, pode e deve” voltar para executar a sua atividade.

Na sequência, a performance aconteceu, pois, a delegada movimentou do não fazer parte da equipe e agora voltar a constituir o grupo na investigação de crimes financeiros. E quanto a fase da sanção a delegada ganhou o direito de trabalhar com casos mais complexos como os que envolviam os crimes financeiros. E o delegado Ivan também sofreu a sanção configurada como positiva por conseguir ter de volta na equipe a parceria de trabalho.

Ainda é possível observar a manipulação por tentação entre Paulo Roberto Costa (ex-diretor da Petrobrás) e a Polícia Federal, quando o primeiro perde sua liberdade por meio do mandado de prisão e é manipulado pela oferta de ser beneficiado com o instituto da delação

premiada; receberia o benefício de cumprir a pena em prisão domiciliar e ainda ter sua família livre de qualquer acusação ou punição. O trecho a seguir evidenciou a manipulação descrita:

Paulo Roberto Costa: *Minha família toda fica Livre?*  
Pedro Henrique MP: *Exato e você é em prisão domiciliar.*  
Paulo Roberto Costa: *Vocês querem que eu começo por onde?*  
Ítalo MP: *Pelo começo!* (Trecho: 43min05s, grifo nosso).

O excerto supracitado apresentou o depoimento que Paulo Roberto Costa deu aos delegados após firmar acordo, na sequência da manipulação, manifestou-se a fase da competência e nesta a PF confere a Paulo Roberto Costa a capacidade de querer e dever relatar tudo que sabe sobre o esquema de corrupção que envolvia as empreiteiras, além do querer e dever, o ex-diretor da Petrobrás era possuidor do saber as informações e que podia revelá-las com o fim de receber uma vantagem: amenizar a sua punição e livrar a sua família.

A *performance* aconteceu quando Paulo Roberto Costa resolveu falar tudo que sabia e fechar o acordo com a Polícia Federal. O ex-diretor ganhou o direito a cumprir em prisão domiciliar seus crimes e a não ter sua família envolvida, pois a PF perde o poder de “aplicar a Lei” e fazer que o seu infrator seja punido, não como um cidadão comum que não tem “moeda de troca” ou quaisquer outros privilégios, mas como alguém que teve um tratamento diferenciado. Proveniente dessa colocação, depreendeu-se que para “cumprir a Lei” a PF nesse caso e em outros que foram analisados, muitas vezes infringe os próprios dispositivos legais.

A sanção aplicada a Paulo Roberto Costa pode ser considerada positiva, pois recebeu benefícios para exercer o seu poder de cooperar com a Polícia Federal. E a sanção destinada a PF pode ser interpretada também como positiva no que se refere a obter informações mais detalhadas quanto ao esquema de corrupção e seus envolvidos. Entretanto, também pode ser interpretada como uma sanção negativa, haja vista buscarem fazer que todos sejam punidos pelo cometimento de delitos, mas não conseguem e na realidade a Lei de fato não se faz para todos e menos ainda de forma equânime.

Ocorre também a manipulação por intimidação quando o juiz Sérgio Moro argumentou contra a decisão da suprema corte do Supremo Tribunal Federal (STF) que “soltar todos que estavam presos incluiria soltar um traficante internacional”, assim haveria o risco de fuga e prejuízo às investigações. Trechos em que se constataram tais informações:

Delegado Ivan – narrador: *Soltar todo mundo teria sido um desastre, mas foi aí que o juiz salvou a operação. Quer dizer, o juiz e o caminhão de palmito. O juiz educadamente lembrou ao STF que soltar todo mundo incluiria os doleiros e um traficante internacional. Todos com risco de fuga.* (Trecho: 34min 50s a 35min 07s, grifo nosso).

Delegado Ivan – narrador: *O Supremo reconsiderou e os outros permaneceram presos, mas o Paulo Roberto Costa foi solto.* (Trecho: 35min 24s, grifo nosso).

Dada a manipulação por intimidação, a competência conferida ao Supremo Tribunal Federal (STF) é que possuía a capacidade de querer e dever manter aqueles que estavam sendo investigados presos. Além de querer e dever fazer o que fora convencido pelo juiz, também possuía o saber e o poder de manter os acusados sob prisão. A partir da *performance*, percebeu-se que houve a manutenção da decisão do juiz de primeira instância e assim todos que estavam presos permaneceram. A sanção destinada ao STF é perder o poder de decretar a liberdade daqueles que estavam sendo acusados e investigados por crimes financeiros e o juiz Sérgio Moro ganhou o poder de determinar a manutenção da prisão.

Ainda tratando da manipulação como a primeira fase do PGS, tem-se a condução coercitiva de Lula, esta pôde ser classificada por intimidação, assim como foi com o ex-diretor da Petrobrás Paulo Roberto Costa e com Marcelo Odebrecht. Em relação ao ex-presidente Lula, este foi manipulado por intimidação sob o argumento de que para obedecer à justiça e cumprir a Lei deveria acompanhar os delegados federais e responder ao interrogatório, sob pena de ser preso por desacato e obstrução da justiça, dessa forma, Lula foi convencido de que tinha o dever-fazer ao responder o interrogatório que aconteceu na película no trecho 01h 29min.

A competência conferida a Lula é a de dever relatar as informações que poderiam ser dadas sobre seu possível envolvimento nos esquemas de corrupção, bem como a competência do saber tais informações. Já na terceira fase, a *performance*, aconteceu pela transformação do estado de Lula se negar a acompanhar a PF, a fim de responder ao interrogatório, ao estado de aceitação de ser conduzido e se dispor a cooperar com as investigações, e assim obedecer a determinação legal. E não menos importante, a última fase foi a sanção destinada ao ex-presidente considerada como negativa, o que corresponde à perda da sua liberdade, ainda que momentânea. Quanto à sanção destinada à Polícia Federal é positiva, haja vista poder obter respostas ao interrogar o ex-presidente.

Distinto do tipo de manipulação anterior é a que a presidente Dilma Rousseff exerceu para com o ex-presidente Lula, este foi manipulado por tentação quando lhe é ofertado o cargo de ministro da Casa Civil para que obtenha o foro privilegiado. A competência conferida a Lula é de querer-fazer, pois assim não teria que responder por possíveis crimes por meio da justiça comum, e quanto à *performance*, esta não se concretiza, pois não há a transformação de Lula

cidadão comum em ministro. A sanção pode ser entendida como negativa, haja vista não ter obtido seu objeto de desejo, ou seja, o foro privilegiado e para a presidente Dilma, também negativa, por ter como desejo querer ajudá-lo.

Para finalizar os tipos de manipulação aqui descritas, tem-se a de Marcelo Odebrecht, que se deu por intimidação também, recebido o mandado de prisão este foi levado a dever-fazer de ser preso, caso contrário responderia por desacato a autoridade. A competência conferida a Marcelo é de saber do esquema de corrupção e ter a capacidade de poder/dever responder pelos possíveis crimes cometidos, e a *performance* concretizou-se por meio da prisão do acusado e por considerar que passou do estado de liberdade para o estado de prisão. A sanção destinada à Marcelo Odebrecht é negativa, haja vista ter perdido a sua liberdade, enquanto a sanção destinada a Polícia Federal pode ser considerada positiva, pois ganhou o poder de “aplicar a Lei” e retirar a liberdade de Marcelo. Diante do exposto pode-se descrever os programas narrativos na seguinte sequência:

**PN1:** A Polícia Federal recebe o poder de investigar crimes financeiros e fazer cumprir a Lei, o seu objeto de valor é cumprir as normas, e o sujeito de estado é a própria PF que sai de um estado de não cumprir a Lei para cumpri-la.

$$F = (\text{Cumprir a Lei}) [S1 (\text{Polícia Federal}) \rightarrow S2 (\text{Polícia Federal}) \cap Ov (\text{cumprir a Lei})].$$

**PN2:** O delegado Ivan monta uma equipe de investigação de crimes financeiros e convida a delegada Beatriz a compor a nova equipe, com a proposta de que a equipe construída é de qualidade e agora contam com o apoio do MPF, com o fim de cumprir a Lei. (Sujeito de fazer é o delegado Ivan; o fazer é o de sedução em voltar as investigações; e o sujeito de estado é a delegada Beatriz).

$$F (\text{fazer parte da nova equipe de investigações}) [S1 (\text{delegado Ivan}) \rightarrow S2 (\text{delegada Beatriz}) \cap Ov (\text{Equipe de investigações})].$$

**PN3:** A Polícia Federal propôs a Paulo Roberto Costa que denuncie tudo que sabia sobre o esquema de corrupção no qual estava envolvido e em troca seria beneficiado pelo instituto

jurídico de delação premiada. (Sujeito de fazer é a Polícia Federal; o fazer é o de tentação; e o sujeito de estado é o Paulo Roberto Costa).

F (Delação Premiada – Confissão) [S1 (Polícia Federal)  $\Rightarrow$  S2 (Paulo Roberto Costa)  $\cap$  Ov (Liberdade)].

**PN4:** O juiz Sérgio Moro, por determinação judicial, lembrou ao STF que deveria ser mantida a sentença de prisão para que os investigados não frustrassem as investigações com risco de fuga. (Sujeito de fazer é o Juiz; o fazer é o de intimidação; e o sujeito de estado é o STF).

F (Manter a prisão) [S1 (Juiz)  $\Rightarrow$  S2 (STF)  $\cap$  Ov (Prisão – cumprimento da lei)].

**PN5:** A Polícia Federal conduz Lula através de condução coercitiva para ser interrogado. (Sujeito de fazer é o delegado; o fazer é o de intimidação; e o sujeito de estado é o ex-presidente Lula).

F (Condução para interrogação) [S1 (Polícia Federal)  $\Rightarrow$  S2 (Ex-presidente Lula)  $\cap$  Ov (Liberdade)].

**PN6:** Dilma convidou Lula para ser Ministro e pediu para assinar alguns documentos. Como ministro, Lula não seria julgado pela justiça comum e sim pelo STF, pois teria direito a foro privilegiado. (Sujeito do fazer a ex-presidente Dilma Rousseff; o fazer é o de tentação; e o sujeito de estado é o ex-presidente Lula).

F (Ser Ministro) [S1 (Dilma Rousseff)  $\Rightarrow$  S2 (Ex-presidente Lula)  $\cap$  Ov (Foro Privilegiado)].

**PN7:** A Polícia Federal conduz Marcelo Odebrecht preso sob mandado de prisão temporária. (Sujeito de fazer são os agentes da Polícia Federal; o fazer é o de intimidação; e o sujeito de estado é Marcelo Odebrecht).

F (Prisão Temporária) [S1 (Polícia Federal)  $\longrightarrow$  S2 (Marcelo Odebrecht)  $\cap$  Ov (Liberdade)].

Até aqui se tornou possível apresentar algumas narrativas complexas, ou seja, analisou-se a sintaxe narrativa, contudo, importante também se fez a análise semântica que de acordo com Fiorin (2016, p. 356):

A semântica do nível narrativo ocupa-se dos valores inscritos nos objetos. Numa narrativa, aparecem dois tipos de objetos: objetos modais e objetos de valor. Os primeiros são o querer, o dever, o saber e o poder fazer, são aqueles elementos cuja aquisição é necessária para realizar a performance principal. Os segundos são os objetos com que se entre em conjunção ou disjunção na performance principal.

Na obra cinematográfica analisada, encontraram-se algumas discontinuidades que puderam ser visualizadas, como a raiva do delegado Júlio logo no começo da narrativa ao descobrir que Alberto Youssef havia conseguido fugir e logo depois fica feliz em saber que o agente federal Vinicius tinha conseguido prendê-lo. Após o desmanche da equipe de policiais federais, o delegado Ivan recebeu o convite por parte do Ministério Público Federal para fazer parceria e montar uma nova equipe de investigação voltada para crimes financeiros. O delegado convidou todos que tinham feito parte da equipe anterior e, por um instante, teve medo da delegada Beatriz não aceitar pelo estado de frustração em perceber que o processo não termina com a punibilidade daqueles que cometeram crimes, mas que acaba por “falta de provas suficientes ou por burocracia”.

Durante a narrativa, os agentes federais passaram por sentimentos de oscilação entre sentir-se determinados a fazer “cumprir a Lei” e em outros momentos desanimados com as circunstâncias que tomavam conta das investigações. Em alguns momentos, os representantes do Direito apresentaram-se corajosos o suficiente para investigar e destinar a Lei para que essas pessoas denominadas no filme como “intocáveis” pudessem cumprir, mas em outros apresentaram-se receosos das represálias.

Dito isso, os sujeitos do filme realizaram muitas performances que oscilam entre sanções positivas e negativas, entretanto, ao final da obra compreende-se que a sanção destinada ao sujeito Polícia Federal pode ser determinada por dois ângulos – positiva: porque a ação concretizada por meio da investigação conseguiu fazer “cumprir a Lei” e prender os envolvidos no esquema de corrupção. Negativa: porque, apesar da PF desejar/querer destinar a aplicação da justiça para todos, essa ação não foi possível, pois houve os obstáculos de conseguir provas

suficientes, os bons advogados dos acusados, os foros privilegiados, os que devem ser tratados com “certa cautela”, dentre vários outros pormenores que impediram com que de fato a punição fosse destinada a todos e de forma isonômica.

### 3.4 Nível terciário ou discursivo

O nível terciário ou discursivo da análise Semiótica, de acordo com Barros (2005, 11), é o último do Percorso Gerativo de Sentindo, corresponde as estruturas discursivas que, segundo a autora, deve ser analisado com base nas relações estabelecidas entre a instância da enunciação destinada a produzir e comunicar o discurso e o texto-enunciado. De modo que na teoria greimasiana a enunciação é compreendida como “uma instância linguística logicamente pressuposta pela própria existência do enunciado (que dela contém traços e marcas)” (GREIMAS; COURTÉS, 1979, p. 166). E ainda, conforme os autores o enunciado é “toda grandeza dotada de sentido, pertencente à cadeia falada ou texto escrito” (GREIMAS; COURTÉS, 1979, p. 86).

É válido o alerta de que o sentido dado ao discurso na terceira fase do PGS, ou reconhecido como nível discursivo, diferencia-se do sentido do discurso empregado na Análise do Discurso. Destarte, o sentido do primeiro refere-se como a significação do discurso depreendido do texto, do lugar em que se manifesta o sujeito da enunciação e no qual são resgatadas as relações entre o texto e o contexto histórico-social responsável por sua produção (GREGOLIN, 1995, p. 17). Já o sentido do discurso na AD é entendido, de acordo com Gregolin (1995), como o “suporte abstrato que sustenta os vários textos (concretos) que circulam em sociedade” e ainda como objeto histórico, cuja materialidade é a língua, que é desconstruída pela análise do seu funcionamento, o que possibilita diversas interpretações.

Para Gregolin (1995, p. 16), o terceiro nível é o que mais espelha a manifestação textual no PGS, pois as estruturas narrativas transformam-se em discursos quando evocados pelos sujeitos da enunciação. Estes realizam várias escolhas, dentre estas de pessoa, espaço, tempo e figuras, relatando a história com base em determinado “ponto de vista”. Por conseguinte, todas as seleções são arquitetadas com objetivo de criar efeitos de sentido no seu enunciatário. Ademais, é possível depreender os valores que estão intrínsecos ao texto a partir dos percursos temáticos e figurativos construídos, de modo que a narrativa é robustecida com as alternativas de sujeitos da enunciação.

Na projeção da enunciação no filme “Polícia Federal: A Lei é para todos”, percebeu-se a utilização de recursos discursivos variados para fabricar a ilusão de verdade e dentre os

instrumentos pôde-se perceber o efeito ora de distanciamento e ora de aproximação do narrador nas enunciações. Como as informações objetivas trazidas sobre a obra logo no início como baseada em “fatos reais”, de “inegável interesse público”; “inspirada em obra literária [...] documental e histórico que se utilizou de pesquisa jornalística fundamentando-se em documentos públicos e oficiais”, tais informações acrescentaram ao filme ficcional um sentido de maior credibilidade e dentro da semiótica isso se configura como “o parecer do sentido, que se apreende por meio das formas da linguagem e, mais concretamente, dos discursos que se manifestam, tornando-o comunicável e partilhável, ainda que parcialmente” (BERTRAND, 2003, p. 11). Nessa mesma linha argumentativa, Fiorin (2002) mostra que:

Todos esses mecanismos produzem efeitos de sentido no discurso. Não é indiferente um narrador projetar-se no enunciado ou alhear-se dele; simular uma concomitância dos fatos narrados com o momento de enunciação ou apresentá-los como anteriores ou posteriores a ele; presentificar o pretérito; enunciar um **eu** (grifo do autor) sob a forma de um ele [...] (FIORIN, 2002, p. 54).

A citação de Fiorin (2002) explicita o mecanismo utilizado em “Polícia Federal: A Lei é para todos”, pois na peça filmica há um narrador que se projetou no enunciado e se alheou deste de que a “Lei é para todos”; e de forma sincrônica apresentou os fatos narrativizados com o instante da enunciação e, por vezes, os retratou antes ou depois da enunciação; o narrador aqui descrito trouxe o pretérito para o momento presente; enunciou um **eu** narrador como um **ele** narrador. Tais argumentações ratifica-se pelo seguinte trecho:

**Delegado Ivan – narrador:** *A nossa história só existe porque um caminhão de palmito nos levou a um traficante que, lavava o seu dinheiro com o doleiro que, era dono de um posto de gasolina que, o Júlio estava investigando. O doleiro do posto nos levou a um outro doleiro que era amante e sócio da grande Dama do câmbio Nelma kodama. Nelma, também era amante e sócia de Alberto Youssef, o maior doleiro do Brasil. Youssef, já tinha passado pelas nossas mãos, mas foi solto por uma delação premiada que aliás só delatou a concorrência.* (Trecho: 17min58s a 18min56s, grifo nosso).

Verificou-se no excerto nas partes negritadas que o narrador atuou também como o personagem delegado Ivan, e trouxe acontecimentos passados para o momento presente, anunciou um **eu** como um **ele**. E no que tange ao tempo, houve a menção da marca temporal “entre abril de 1500 e março de 2016”. O uso de imagens de notícias “ditas como verídicas”, a relação de vários esquemas de corrupção existentes desde a origem do Brasil, que conferiram a obra maior veracidade, e o relato de personagens reais que testemunharam as informações trazidas pelo filme.

Houve que se considerar também, quanto ao espaço e os dados quantitativos do que fora descoberto nas investigações, tais informações foram usadas como mecanismos do “parecer verdadeiro” que concederam maior confiabilidade ao que estava sendo dito. Ademais, as referências quantitativas da totalidade de ações concretizadas pela investigação até a sétima fase da operação Lava Jato:

58,7 bilhões de reais é o valor total envolvendo propinas, ressarcimentos, multas, patriação e bloqueio de bens.  
 4220 policiais federais envolvidos ao longo das fases.  
 1765 processos foram instaurados.  
 844 mandados de busca e apreensão executados.  
 207 prisões efetuadas durante as operações.  
 158 delatores 157 condenações 1564 anos em penas aplicadas em primeira instância.  
 4375 materiais apreendidos e periciados pela Polícia Federal.  
 178 inquéritos instaurados no STF.  
 450 investigados com foro privilegiado.  
 66 viraram réus.  
 Nenhum foi julgado.  
 35 partidos existentes no Brasil.  
 28 envolvidos na lava jato, inclui os maiores, totalizando 80% dos partidos.  
 2,5 milhões de assinaturas da sociedade apoiando as 10 medidas do MPF anticorrupção foram ignorados pelo congresso nacional.  
 A Organização das Nações Unidas ONU apontou que o Brasil perde cerca de 200 bilhões com esquemas de corrupção por ano.  
 12,5 trilhões de reais é o montante investigado nas operações financeiras. Os números totais apontados são valores aproximados até julho de 2017.

A citação destacou elementos numéricos obtidos por meio dos delegados federais na investigação Lava Jato do filme, e tais materiais foram entendidos na análise Semiótica discursiva como mecanismo de objetividade que conferiram maior veracidade a informação repassada. Nesse sentido, o filme “Polícia Federal: A Lei é para todos” apresentou uma variação do tempo cronológico dos fatos, pois, logo no início da trama, a narrativa se desenvolveu no tempo presente, e sofreu interferência de acontecimentos narrativizados do pretérito, em seguida retornou para os fatos do presente, a partir daí foram delineados de forma cronológica. Nesse viés, as informações trazidas do tempo passado serviram como estratégia de afirmação discursiva do ponto inicial da corrupção no Brasil e que a partir do momento que foi culturalmente implantada jamais deixou de existir, e assim faz parte da história do brasileiro ter que conviver com esse mal.

E quanto a esta tematização, a figuratização da narrativa permaneceu coerente de modo a robustecer o discurso semântico apresentado. Quanto ao espaço, a narrativa começou por apresentar simultaneamente a história do Brasil desde a colonização dos portugueses e a perseguição do doleiro Alberto Youssef em São Luiz/MA, e com base nesses espaços vários outros foram trazidos como Curitiba/PR, São Paulo, Rio de Janeiro e a Suíça. Respectivamente,

tem-se os locais específicos da delegacia da Polícia Federal, as residências em que foram realizadas as buscas e as prisões como: as residências de Paulo Roberto Costa, Marcelo Odebrecht e, por último, o apartamento de Lula, em São Bernardo, SP. Além do salão presidencial do aeroporto de Congonhas (SP), onde Lula foi interrogado, bem como o prédio da Polícia Federal e do Ministério Público Federal que foram destacados na narrativa, de modo que todos os locais descritos carregam valores imanentes à película.

Os temas centrais narrativizados foram: a corrupção, bem como a investigação da PF na operação denominada Lava Jato e interligados a estes, outros subtemas puderam ser identificados, como: a história da corrupção no Brasil, a corrupção do Poder Público, a cultura da desonestidade impregnada nas pequenas condutas, o superfaturamento das obras públicas, a punibilidade que alcança somente determinada classe social, enquanto outra parcela é tratada com benefícios ditos “legais”, o sistema de privilégios, o tráfico de drogas, o uso da imparcialidade nas decisões judiciais e suas respectivas falhas, estes são alguns temas que foram levantados a partir da leitura semiótica do filme. Segundo Lima (2020, p. 169) “O tema é sempre a constante e as figuras são variáveis porque figurativizam os mesmos temas de várias maneiras”.

Para Bertrand (2003, p. 213), “a tematização consiste em dotar uma sequência figurativa de significações mais abstratas que têm por função alicerçar os seus elementos e uni-los, indicar sua orientação e finalidade, ou inseri-lo num campo de valores cognitivos ou passionais”. Nessa mesma perspectiva “a tematização tem como função explicar os fatos e as coisas do mundo, buscar clarificar, ordenar e interpretar a realidade” (LIMA, 2020, p. 169). Como base sólida e intelectual do que foi dito, Greimas e Courtés (1979, p. 454) explicam que:

Em semântica discursiva, a tematização é um procedimento ainda pouco explorado que tomando valores (da semântica fundamental) já atualizados (em junção com os sujeitos) pela semântica narrativa, os dissemina, de maneira mais ou menos difusa ou concentrada sob a forma de temas pelos programas e percursos narrativos, abrindo assim caminho à sua eventual figurativização.

Observou-se que o tema da corrupção figurativizado pela desonestidade latente em diversos casos de “desvio de dinheiro” e a investigação foram apresentados pela figura das “escutas telefônicas”, bem como as imagens de noticiários que tratavam de forma ilustrativa de crimes políticos, de desvio de verbas públicas, dentre outros. Além disso, pôde ser identificado

no texto fílmico a isotopia<sup>26</sup> da corrupção, haja vista a repetição semântica que constituiu um todo de sentido e perfez um plano de leitura ao se referir à corrupção. Em consonância com Bertrand (2003, p. 420), “a isotopia consiste na recorrência de um elemento semântico no desenvolvimento sintagmático de um enunciado, que produz um efeito de continuidade e permanência de um efeito de sentido ao longo da cadeia do discurso”.

Nessa mesma linha argumentativa, de acordo com Barros (2002), uma isotopia pode desenvolver relação com outra isotopia, podendo ser metafórica ou metonímica; na primeira, a relação acontece por similaridade e na segunda por continuidade de conteúdo. Dito isso, foi possível identificar que a partir da isotopia da corrupção teve-se a isotopia da investigação e essa relação se deu pela continuidade de conteúdo, conforme descrito por Barros (2002). Nessa lógica, o uso da isotopia cria o efeito de levar o enunciatário a construir imaginariamente uma coerência figurativa, o que por vez resulta numa homogeneidade dos sentidos ao longo da construção discursiva.

Na peça fílmica percebeu-se que a figura do “desvio de dinheiro” possui valor negativo ou disfórico e a figura da “escuta telefônica” valor positivo ou eufórico, este por recobrir o tema da investigação. Outros vocábulos constantes e que recobriram a trama foram “indícios, evidências e provas insuficientes”, estes são comuns ao meio policial e aludem a elementos concretos. Desse modo, os temas e as figuras são reiterados no discurso, o que configurou a isotopia e que garantiu através de suas repetições, a continuidade semântica e coerente do texto sincrético, o (filme). Essa e outras estratégias não analisáveis serviu para que o enunciatário tivesse acesso a um efeito de sentido da realidade, a partir do qual tem-se a imaginação de que está diante de algo real e tangível.

Segundo Gregolin (1995, p. 17), esses recursos identificados no nível discursivo foram empregados na peça fílmica com propósito de consagrar a relação entre o enunciador e o enunciatário, o que por vez a torna passível de interpretação com base nas marcas que constituíram o filme. Assim, as qualificações direcionaram a visão do leitor para descortinar as conexões existentes entre o texto e o que foi fabricado. À vista disso, o discurso simboliza uma das camadas do Percurso Gerativo de Sentido, em que se explicita o sujeito da enunciação e da qual se restaura as ligações entre o texto e o contexto histórico-social que o elaborou. Contudo, enfrentou-se algumas limitações quanto à possibilidade de interpretar e analisar informações que estão fora do texto e que influenciaram na sua constituição, pois a Semiótica volta-se para

---

<sup>26</sup> “Isotopia é um termo emprestado da Física que designa em semiótica a recorrência de certos traços de sentido que garantem a coerência semântica de um texto ou de parte dele. A isotopia é aquilo que assegura um plano de leitura para textos” (LIMA, 2020, p. 171).

uma análise, como já dito, eminentemente interna, fato que fez com que a Análise do Discurso fosse necessária para a construção de uma visão sistêmica que abarcasse tanto o interno quanto o externo.

Pêcheux (2015) explicitou no texto *Língua, linguagens, discurso* o porquê da necessidade categórica de uma teoria do discurso, pois segundo o autor havia algumas inquições, sobretudo no campo da semântica, e estas seriam solucionadas pela AD, que entende que só é possível investigar o campo da significação a partir do estudo das condições sócio-históricas da produção textual, melhor dizendo, para além da própria linguística. Depreendeu-se do que Pêcheux disse e do que não disse, que a Semiótica é umas das ciências do sentido dentro da linguística que não possui o ferramental preciso para a realização de uma interpretação que ultrapasse o que está posto na transparência textual, pois o propósito maior dessa teoria foi o de construir uma direção que oferecesse um nível de leitura/interpretação mais consistente na direção de se voltar para as significações internas.

Dessa forma, verificou-se que para a construção de uma intelecção que vá além do texto tem-se a necessidade da AD, que constituída do seu dispositivo teórico, possibilitou uma análise daquilo que não está na transparência da linguagem, dito no texto, bem como propôs investigação do funcionamento da linguagem em sua base ideológica e histórica. Nessa perspectiva, a teoria semiótica greimasiana aplicada na peça fílmica propiciou uma análise “interna”, em que se depreenderam os sentidos construídos no texto, pois, foi com base no projeto semiótico que se realizou uma interpretação consistente, e abriu-se a possibilidade factível para o uso da Análise do discurso voltada a uma investigação tanto interna como externa. Além disso, nas palavras de Araújo (2007, p. 4), “o horizonte da Análise do Discurso extrapola o das regras sintáticas e semânticas”.

Nessa lógica, conforme Gregolin (1995), e ainda que não conseguisse a época concretizar a passagem de uma Análise Semiótica para uma Análise do Discurso, em razão da AD estar em desenvolvimento, a autora já apontava para essa direção, considerando que a teoria do discurso possibilitava realizar uma análise interna (o que o texto diz? Como ele diz?), e uma análise externa (por que este texto diz o que diz?). Então, a análise semiótica por meio da ferramenta do Percurso Gerativo de Sentido aplicada na interpretação do filme foi utilizada nesta pesquisa com objetivo de enriquecer as análises e consolidar a possibilidade de entrelaçamento entre as teorias a fim de apresentar o funcionamento do discurso sob os dois prismas, quais sejam, Semiótica e Análise do Discurso.

Enfatizou-se que tanto as interpretações realizadas pela Semiótica, como as da Análise do Discurso são eficientes, contudo o entrelaçamento entre elas possibilita a construção dos

sentidos com base no funcionamento da linguagem sob um novo ângulo, e assim, estar-se-á diante da relação entre o discurso analisado com a situação que o engendrou, posto que, em consonância com Gregolin (1995, p. 17), “a análise colocará em relação ao campo da língua (suscetível de ser estudada pela Linguística) e o campo da sociedade (apreendida pela história e pela ideologia)”. O discurso será o objeto investigado simultaneamente sob os prismas linguísticos da Semiótica e da AD, bem como os seus aspectos históricos baseados nas condições de produção, ainda da Análise do Discurso. Ademais, Piovezani e Sargentini (2011, p. 73), refletidos nos escritos de Pêcheux, ratificam que:

[...] não se trata somente da natureza das palavras empregadas, mas também e sobretudo das construções nas quais essas palavras se combinam, na medida em que essas construções determinam a significação que as palavras terão. [...] as palavras mudam de sentido segundo as posições sustentadas por aqueles que as empregam. Nesse momento, podemos precisá-lo; as palavras “mudam de sentido” ao passar de uma formação discursiva para outra.

Infere-se do dito supracitado que tratar da origem das palavras empregadas, ou até mesmo das suas significações dentro do texto, é restringir a interpretação dos sentidos, pois as construções em que os vocábulos são combinados também oferecem possibilidades de sentidos, haja vista serem estes determinados por aqueles que as empregaram. Ou seja, só se tem acesso ao sentido dos dizeres se identificarmos aqueles que a empregaram por meio de uma análise externa que, por vez, torna possível pela Análise do Discurso ter acesso a mudança de sentido com base na formação discursiva identificada.

Em síntese, o uso das teorias (Semiótica e Análise do Discurso) justificou-se pela primeira voltar-se para interpretação interna e observar o texto fechado em si mesmo. Assim, interpretar e analisar o filme “Polícia Federal: a Lei é para todos” careceu de extrapolar os sentidos construídos na obra ficcional e ampliar para a Análise do Discurso que sob um ângulo distinto acresceu às interpretações e os sentidos internos e externos, trazendo para a análise a observação das condições de produção do mundo não ficcional. É a partir da bifurcação imaginário/real que as teorias se interseccionam e desvelaram efeitos de sentido do que estava posto no campo da transparência, por meio das manifestações linguísticas e na sua opacidade das quais se revelaram possibilidades de os sentidos serem outros.

Posto isso, a próxima seção apresentara a interpretação e análise dos discursos da película com objetivo de analisar os sentidos históricos com base nos dispositivos teóricos da AD, como as condições de produção, formação discursiva, interdiscurso, memória discursiva, silenciamentos, dentre outros que foram sendo exigidos no decorrer desta investigação.

#### 4 ANÁLISE DE DISCURSO NO FILME “POLÍCIA FEDERAL: A LEI É PARA TODOS”

O objetivo desta seção é trazer a Análise do Discurso (AD) para compreender outras possibilidades de os sentidos serem outros diferentes dos postos em circulação no filme “Polícia federal: a Lei é para todos”, visando descrever e interpretar como o dispositivo legal, a Lei, é figurativizada como uma espécie de (protagonista) na tessitura da narrativa e, tomando-se por base essa construção, também responder ao questionamento que norteia essa pesquisa: como a Lei é configurada como protagonista a partir dos discursos construídos na película?

Para tanto, segundo Soares (2019, p. 26), a AD tem a função de por meio da língua analisar “o discurso e as forças antagônicas” que o engendra e para isso é necessário fazer uso de “uma série de conceitos que possibilitam identificar e apresentar “os mecanismos de profusão de sentidos na sociedade”. Nesse diapasão, empregou-se em medida microscópica o funcionamento do discurso por meio do entrelaçamento dos conceitos que constituem a Análise do Discurso, com base nesse cotejamento teórico, metodológico e analítico, constatou-se uma das possibilidades de interpretação dos sentidos construídos, além das relações históricas e ideológicas em que tais discursos são constituídos.

As escolhas das sequências discursivas foram realizadas a partir da seleção de situações que enfatizavam o uso da Lei, a configuração, pois esta seleção mostrou-se propícia às questões da norma enquanto protagonista que ora está acima de tudo e de todos e ora é aplicada de forma seletiva. Em alguns momentos o dispositivo legal é exposto como imparcial, e em outros é usado como objeto em que predomina a parcialidade, e em algumas circunstâncias a punibilidade é para todos e em outras a impunibilidade acontece na forma branda com que as normas e a própria justiça são aplicadas.

Tendo em vista o objetivo desta pesquisa, qual seja, o de entender como a Lei é configurada como protagonista, o componente de alcance mais geral das condições de produção, que atuou para indicar o recorte<sup>27</sup> dos dados, foi justamente a necessidade de ter marcadas, nas situações tomadas para a análise, as sequências discursivas que tratam da Lei em suas diversas manifestações explícitas e implícitas ancoradas em algumas imagens, que apesar de não serem o foco dessa análise servirão com sustentáculo para as discussões. Além desse componente de alcance mais sistêmico, privilegiou-se, conforme a classificação de Orlandi

---

<sup>27</sup> Orlandi (1984, p.14), o recorte é uma unidade discursiva, ou melhor, uma unidade de sentido enfocada pelo analista que se relaciona com as questões ou perguntas do dispositivo analítico escolhido.

(1983), o discurso “polêmico”, aquele que torna viável o movimento de tensão. [...] “é o espaço do polêmico que pode esclarecer-se as tensões constitutivas do cotidiano [...]”.

Assim, como critério de seleção do *corpus*, nosso recorte foi demarcado por buscar as situações de linguagem que mostravam a Lei em sua configuração, aplicação e protagonização. Tomando-se por base marcas linguísticas que se sobressaem, configurando as pistas para análise, é que começa a se delinear o caminho que levará o analista ao processo discursivo, possibilitando-lhe explicar o funcionamento do discurso. Por sua vez, esse funcionamento nos mostra a(s) regularidade(s) enunciativa(s), que se constitui(em) na(s) propriedade(s) desse discurso e que o caracteriza (m) enquanto um tipo, pela referência das marcas a essa(s) propriedade(s) (ORLANDI, 1983). Para análise, foram selecionadas aproximadamente 17 sequências discursivas que permitissem uma amostragem abrangente do *corpus*.

#### 4.1 Análise das condições de produção

Para esta empreitada consideraram-se as condições de produção apresentadas, a fim de construir uma análise do discurso a partir da relação entre interioridade e exterioridade, pois todo discurso ecoa às suas condições, as quais obrigatoriamente devem ser examinadas, haja vista comporem os seus efeitos de sentido. Além do que, nas palavras de Pêcheux; Haroche e Henry (2007, p. 20), “o laço que une as ‘significações’ de um texto às suas condições de produção não é meramente secundário, mas constitutivo das próprias significações”. E em consonância com esta ideia (Pêcheux, 2010 [1969], p. 76 *apud* Soares, 2020, p. 10) e Orlandi (2011, p. 26) entendem que:

Portanto, Pêcheux parte do princípio de que todo discurso é oriundo de *condições de produção* dadas, remetendo “às *relações de sentido* nas quais é produzido: assim tal discurso remete a tal outro, frente ao qual é uma resposta direta ou indireta, ou do qual ele orchestra os termos principais ou anula os argumentos”. (PÊCHEUX, 2010 [1969], p. 76 *apud* SOARES, 2020, p. 10).

Em decorrência dessa concepção pecheutiana “o discurso pode ser visto justamente como a instanciação do modo de se produzir linguagem, isto é, no processo discursivo se explicita o modo de existência da linguagem que é social”. (ORLANDI, 2011, p. 26).

Desse modo, pode-se entender que as condições de produção determinam o discurso e este são efeitos de sentidos, numa relação contínua em que um discurso sempre remeterá a outro direta ou indiretamente. Assim, uma das condições de produção que compõem o processo discursivo é o fato de a peça fílmica ter sido estreada no dia 7 de setembro de 2017, pois esta data não é coincidência e não foi escolhida despreziosamente, visto que de acordo com o

arquivo público do Distrito Federal<sup>28</sup>, a data “7 de setembro” representa um feriado nacional patriótico em que o Brasil deixou de ser colônia de Portugal.

Este aspecto histórico converge com o seguinte trecho do filme: “Logo de cara Portugal mandou um ouvidor-geral que tinha sido condenado por desvio de verbas”, esta descrição não aponta explicitamente para o dia 7 de setembro de 1922, contudo o filme inicia com a narrativa da história do Brasil quanto a sua colonização feita pelos portugueses, de modo que se tem implícita a formação imaginária da colonização do Brasil e o grito do Ipiranga feito por d. Pedro I. Nessa lógica, e no rastreamento das condições de produção e emergência de tais conexões é que descrevemos a ligação entre o discurso narrativizado no filme ao que está fora e que remete ao discurso do dia “7 de setembro”, à vista disso, “é impossível analisar um discurso como um texto, isto é, como uma sequência linguística fechada sobre si mesma, mas que é necessário referi-lo ao conjunto de discursos possíveis” (PÊCHEUX, 2010, p. 78).

Desse modo, quando o filme trata do início da história do Brasil e da sua relação com Portugal, faz referência, ainda que implícita, à independência e ao sentimento de patriotismo. No que se refere à nacionalidade e as origens da sociedade brasileira, o sociólogo Jessé Souza (2017) numa reinterpretação da sociedade refuta a ideia de que somos continuidade do patrimonialismo de Portugal, pois, segundo ele, esse mito que é propagado por outros intelectuais renomados como Sérgio Buarque de Holanda (2006), DaMatta (1986), Gilberto Freyre (2003), Raimundo Faoro (2001) e outros silenciam as raízes da escravatura, que representou a força de trabalho em regimes precário e desumano e que se encontra refletido na sociedade atual através da divisão de classes e manutenção dos privilégios.

Ademais, os estudos de Souza (2017) merecem ser mencionados, por serem apontados pelo autor a descoberta da falsa ideia da origem portuguesa, a concepção de identidade nacional generalizada que se tem do brasileiro, enquanto “homem cordial” e do famoso clichê do “jeitinho brasileiro”, bem como o pensamento de que o conflito está entre um Estado corrupto que rouba e caloteia o brasileiro e do outro lado a visão de um mercado honesto sem intervenções do Estado serve para ocultar os conflitos, as contradições, as lutas de classe, os

---

28 Sobre o (ArPDF) - Arquivo Público do Distrito Federal criado em março de 1985, por meio do Decreto nº 8.530, está vinculado à Casa Civil do Distrito Federal e tem a responsabilidade de planejar e coordenar o recolhimento de documentos produzidos e acumulados pelo Poder Executivo da capital brasileira, assim como de documentos privados de interesse público. Uma vez integrados ao acervo, o órgão tem a missão de preservar esse material com a intenção de colocá-los à disposição da sociedade, dentro da política de acessibilidade adotada pelo Governo do Distrito Federal. 7 de setembro – Comemoração da Independência do Brasil. Disponível em: <http://www.arpdf.df.gov.br/7-de-setembro-comemoracao-da-independencia-dobrasil/#:~:text=A%20Independ%C3%Aancia%20do%20Brasil%20C3%A9,do%20E2%80%9CGrito%20do%20Ipiranga%20E2%80%9D>. Acesso em: 29 out. 2020.

privilégios, as exclusões e a desigualdade social. E esse sentido teórico é perpetuado pelo filme ao trazer exatamente a história dos portugueses com o mal da corrupção como a origem de um Brasil inferior e sem solução.

Ao percorrer o fio do discurso nessa rede de sentidos, outro aspecto a ser analisado é o título da obra “Polícia Federal: a Lei é para todos”, pois, na superfície linguística, a frase é constituída por um sujeito, qual seja a Polícia Federal, não se tratando de qualquer polícia, porque é aquela que atua em âmbito nacional, o que a diferencia de outras classes como a polícia estadual, a municipal, a rodoviária, a ambiental. Assim, trata-se da “Polícia Federal” enquanto sujeito que atua em qualquer localidade desde que esteja permitido na legislação, o que torna possível perceber que com a determinação do sujeito há um apagamento de outros possíveis sujeitos e sentidos que poderiam ser construídos como, a polícia estadual que tem como função principal manter a vigilância e repreensão imediata de atos criminosos, ou seja, manter a pacificação social e evitar o caos.

Atrelado a isso, outro sentido pode-se ter quando se coloca como sujeito a polícia municipal destinada a zelar pelos bens, serviços e instalações dos municípios; e ainda, quando se tem a polícia rodoviária como sujeito o sentido produzido volta-se para a fiscalização das rodovias federais; e quando se coloca como sujeito a polícia ambiental voltada para o sentido de proteger e preservar o meio ecológico através da fiscalização ostensiva. Contudo, o sujeito posto é a Polícia Federal, desta depreende-se o sentido de que é o tipo de polícia que trata de crimes políticos, previdenciários, lavagem de dinheiro, desvio de recursos públicos, violação de direitos humanos, em suma são considerados crimes complexos aos quais se destinam um processo investigativo sigiloso.

Tais delitos são recepcionados pelo meio midiático como “crimes de colarinho branco<sup>29</sup>” reconhecido como aqueles que são praticados por pessoas respeitáveis, portadoras de *status* social elevado, pertencentes a classe das elites sociais e que praticam o delito no exercício da sua atividade profissional. Tais colocações levam a considerar que a Polícia Federal não trata de qualquer delito, mas de delitos considerados inacessíveis à polícia comum e praticados por indivíduos da classe dominante, com poder econômico, social e cultural. Segundo Cardoso (2018, p. 1), o conceito de “crimes de colarinho branco” foi dado pelo sociólogo norte-americano Edwin Sutherland, este afiança que:

---

<sup>29</sup> Crimes de Colarinho Branco – Edwin Sutherland foi quem criou a **Teoria da Associação Diferencial**, segundo essa teoria, o agente **aprende a conduta criminosa** mediante a **interação** com outras pessoas, como qualquer outra atividade. Afirma-se, ainda, que os agentes cometem crimes porque as **definições favoráveis** a tais práticas são **superiores às definições desfavoráveis**. Disponível em: <https://consultorpenal.com.br/o-que-sao-os-crimes-de-colarinho-branco-edwin-sutherland-responde/>. Acesso em: 11 dez. 2020.

os crimes de colarinho branco impõem à sociedade um significativo custo financeiro – maior inclusive que aquele decorrente da criminalidade tradicional, bem como severos danos às relações sociais, porque quebram as relações de confiança e produzem, com isso, desorganização social em larga escala (CARDOSO, 2018, p. 1).

Essa informação traz a percepção de que os “crimes de colarinho branco” possuem um diferencial e que a Lei destinada aos que praticam tal crime não é para todos, pelo contrário é para alguns em circunstâncias determinadas que atendem ao próprio tipo penal. Desse modo, identifica-se uma clara distinção entre crimes tradicionais e “crimes de colarinho branco”, e pelo exercício parafrástico percebe-se que a informação apresentada anteriormente diverge do que consta no título da obra “Polícia Federal: a Lei é para todos”, pois evidencia-se que há uma clarividente distinção entre a Lei, o tipo de crime cometido, bem como as pessoas que cometem os delitos como pertencentes a classes sociais privilegiadas.

Dada a devida importância, o sujeito Polícia Federal, detentora de um discurso produzido em situação específica, são uma classe de policiais que diferenciam-se dos demais por passarem por um concurso público<sup>30</sup> considerado como altamente seletivo, em níveis de exigências maiores que os demais, como o nível de escolaridade superior em qualquer área, a inteligência para desenvolver “operações especiais”, ou seja, garante um *status* social em comparação aos demais tipos de polícias. Tais qualificações destacam a figura de um sujeito provido de credulidade na sua atuação profissional, local e que se constitui na ordem discursiva como superior, ou sujeito arquipotente que trata de investigações complexas. Assim, na peça, evidencia-se uma confirmação de que esse sujeito representa, por meio do interdiscurso o “braço direito da justiça”, a partir do qual torna-se possível a instauração de processos judiciais, atua enquanto “polícia judiciária e administrativa da União”, destinada a “contribuir na manutenção da Lei e da ordem, preservando o estado democrático de direito”.

Essa é a condição de produção em que os discursos dos policiais que defendem sua função é constituída, pois quem fala o faz de um lugar específico. No rastreio das condições de produção a sequência discursiva “a Lei é para todos” traz na transparência da linguagem uma expressão de conhecimento do senso comum que circula por diversos âmbitos sociais de forma a disseminar sentidos diversos, entretanto, torna-se oportuno dizer que na Análise do Discurso busca-se aquilo que não está na evidência, mas sim na opacidade, por isso o discurso é

---

<sup>30</sup> Informações da Polícia Federal no que tange à profissão foram retiradas do site Guia da Carreira. Disponível em: <https://www.guiadacarreira.com.br/carreira/como-entrar-para-policia-federal/>. Acesso em: 7 nov. 2020.

entendido conforme Pêcheux (2010, p. 81) como “efeitos de sentido entre os pontos A e B”, e ainda, conforme Foucault (2013):

Assim concebido, o discurso deixa de ser o que é para a atitude exegética: tesouro inesgotável de onde se podem tirar sempre novas riquezas, e a cada vez imprevisível; providência que sempre falou antecipadamente e que faz com que se ouça, quando se sabe escutar, oráculos retrospectivos; ele aparece com um bem – finito, limitado, desejável, útil – que tem suas regras de aparecimento e também suas condições de apropriação e de utilização; um bem que se coloca, por conseguinte, desde sua existência (e não simplesmente em suas “aplicações práticas”), a questão do poder; um bem que é, por natureza, o objeto de uma luta, e de uma luta política (FOUCAULT, 2013, p. 147-148).

Tais citações levam a questionar sobre os efeitos de sentidos que podem ser depreendidos da sequência discursiva “a Lei é de fato para todos?”, a Lei é para alguns? A Lei é somente para aqueles que atendem a determinados requisitos? Essas indagações serão respondidas na medida em que realizamos o batimento entre descrição e interpretação através dos dispositivos teóricos da AD. Para o desenvolvimento da análise faz-se importante ter clara a concepção de discurso, que conforme Soares (2020, p. 25) ao compartilhar das ideias supracitadas, argumenta que “O discurso é um ser sem deixar de ser, um estar em contínuo fluxo”; “[...] é a própria sociedade funcionando manifestadamente através dos jogos de sentidos”.

Visto isso, lê-se no título “Polícia Federal: a Lei é para todos” o discurso jurídico, que segundo Sales (2008), assim como outros discursos, pertence a uma formação discursiva que quando manifestada por/para sujeito(s), simboliza conflito e/ou atravessamento de discursos. Com base nas condições de produção desse discurso, suas qualificações elucidam pertencer ao campo jurídico, numa atividade que lhe é peculiar e se singulariza, por se destinar a figuras como juiz, promotor, advogado, determinado na história sobre conflito social, e já manifestado antes por profissionais da área jurídica e pré-construído pela disposição das leis de seu funcionamento discursivo.

Convém rememorar Foucault (1996, p. 37) ao ensinar pelo processo de rarefação dos sujeitos que falam que: “ninguém entrará na ordem do discurso se não satisfizer a certas exigências ou se não for, de início qualificado para fazê-lo”. De modo que os dizeres como: mandado de intimação, escuta telefônica, delação premiada, *habeas corpus*, foro privilegiado e outras expressões identificadas na película e classificadas como jurídicas cumprem um ritual e qualificam aqueles que as proferem, e ainda, em conformidade com Foucault (1996, p. 39):

e que, no jogo de um diálogo, da interrogação, da recitação, devem ocupar determinada posição e formular determinado tipo de enunciados; definem os gestos, os comportamentos, as circunstâncias, e todo o conjunto de signos que devem acompanhar o discurso; fixa, enfim, a eficácia suposta ou imposta das palavras, seu efeito sobre aqueles aos quais se dirigem, os limites de seu valor de coerção.

Além disso, as palavras de Foucault (1996, p. 39) direcionam ao entendimento do porquê que o discurso jurídico desenvolvido no filme põe sujeitos como delegado, juiz, advogados, promotores e procuradores em cena, pois fazem parte de um ritual em que foram determinados sujeitos e papéis com fins de construção de sentidos aos quais podem ser descortinados através de “questionar nossa vontade de verdade; restituir ao discurso seu caráter de acontecimento; suspender, enfim a soberania do significante”. Além de se ter a presença de um discurso reconhecidamente jurídico, também percebe-se como condição de produção o reconhecimento da película enquanto acontecimento discursivo, pois constituído de um “ponto de encontro de uma atualidade e de uma memória” este interviu no “real do sentido”, o que o coloca como “um gesto de interpretação” (ORLANDI, 2017, p. 57).

Nessa lógica, o filme recortou “sem o saber, essa memória em algum ponto”, criando um acontecimento, como efeito e cravando “por seu gesto a memória em uma atualidade”. Isso nos leva a questionar que realidade é construída e quais equívocos podem ser identificados nesse acontecimento, enquanto efeito de uma construção? Reconhecendo a obra, enquanto “acontecimento que diz um acontecimento” e este significa, por meio do recorte que realiza do real, o que remete ao mesmo “fato”, mas se distinguem em suas significações que possibilitam a construção de simbologias, equívocos, incompletudes que fazem parte do sujeito e dos sentidos.

Nesse raciocínio, no filme “as coisas-a-saber são tomadas em redes de memória” concedendo lugar “a filiações identificadoras” que criam efeito do que se fala e do que é apresentado, o reconstituindo como acontecimento na medida em que “presentifica, atualiza e cria, retomando-o”, um passado, de modo que, para a constituição desse efeito, o tempo todo na película observou-se o jogo com a memória, com o esquecimento e com o interdiscurso, e para tanto o interlocutor é exposto a uma “contradição que envolve o que se esquece” e o que intencionalmente “o que não se deve esquecer” (ORLANDI, 2017, p. 59).

É nessa conjuntura que “Polícia Federal: a Lei é para todos” concretiza em seu funcionamento uma ruptura “ao mostrar, dizer e significar, ele põe na história e faz “acontecer” uma versão” tornado como acontecimento discursivo que faz com que a sua constituição o presentifique numa atualidade, num jogo interdiscursivo, na memória posta em contradição por uma (re)constituição do passado. Portanto, o filme, em sua versão, traz a “memória com um

discurso outro que não o silêncio no que está dito, já lá no fio do interdiscurso” (ORLANDI, 2017, p. 59) em que se atualiza o acontecimento de uma investigação desenvolvida durante um período eleitoral em que foram descobertos crimes políticos, e que os principais acusados pertenciam ao Partido dos Trabalhadores (PT), como afirmado no título da obra se “a Lei é para todos” aqueles devem pagar pelos seus delitos. Posto isso, e reconhecida a obra como acontecimento, este é permeado por relações interdiscursivas e de uma memória e é sobre estas que vamos tratar na próxima sessão.

#### **4.2 O entrelaçamento do Interdiscurso com a Memória discursiva**

Como classificado anteriormente, a película é constituída do discurso jurídico, este transita com as noções de “certo” e “errado” conforme as regras pré-estabelecidas em leis, costumes, princípios e tais conceitos doutrinários, bem como a ideia de “a Lei ser destinada a todos” faz parte da memória discursiva que conforme os autores: Pêcheux (1997, 2010), Orlandi (1993), Courtine e Haroche (1994), Mariani, (1996), Ferreira (2001, p. 20) e França (2016) entendem como algo que já foi dito antes, em outro lugar, englobando “conhecimentos e crenças sobre o mundo em que o sujeito vive” (SALES, 2008, p. 216).

Por conseguinte, pode-se identificar na superfície linguística “a Lei é para todos” a presença do interdiscurso que, segundo Soares (2020, p. 16) “definido como o já-dito em outro lugar, anteriormente, e como elemento que (re) constrói o sentido de uma sequência discursiva”. A expressão supracitada resgata a memória, o discurso enunciado na revolução francesa nos idos de 1789, através do lema “Liberté, Egalité, Fraternité”<sup>31</sup> (“Liberdade, igualdade, fraternidade”), esse slogan demarcou a revolução, perpassou a história e tonou-se o grito de ativistas em busca da democracia e da derrubada de governos opressores. Esse discurso foi atualizado, (re) significado e passou a ser proferido pela expressão “justiça e democracia”, e esta construção discursiva aponta para uma outra na qual o seu sentido é atualizado na Declaração de Direitos Humanos de 1948 em seu “artigo 7º - Todos são iguais perante a lei e, sem distinção, têm direito a igual proteção da lei”.

Nesse sentido, todos têm direito a proteção igual contra qualquer discriminação que viole a presente Declaração e contra qualquer incitamento a tal discriminação”; e ainda no art. 5º da Constituição da República Federativa do Brasil, de 1988 (CRFB) “todos são iguais perante

---

<sup>31</sup> Os ideais da Revolução Francesa e o Direito moderno. Disponível em: <https://migalhas.uol.com.br/quentes/137338/os-ideais-da-revolucao-francesa-e-o-direito-moderno>. Acesso em: 23 nov. 2020.

a lei [...] garantindo-se aos brasileiros e estrangeiros residentes no país a inviolabilidade do direito [...] a igualdade [...]”. Nesse diapasão, os diálogos entre esses discursos formam uma rede interdiscursiva, mediada por aquilo que já foi dito, já significado e simbolizado do qual se constituiu o sentido de ser destinado pelo parâmetro de equidade a todos. Esses discursos trazem a historicidade da Lei e a representação simbólica do poder que a constitui e que é narrativizado no jogo de transparência/opacidade da relação linguagem/discurso do filme “Polícia Federal: a Lei é para todos”.

Segundo Lagazzi (1987, p. 32), “as leis podem ser entendidas como sanções oficiais, que “representam a formalização explícita do dizer o direito”. É por meio daquelas que temos ciência do que é permitido e do que é proibido”. Implicado a isso, Mialle (1980) diz que a particularidade do Direito atual está na “abstração e na “generalidade” através das quais “a expressão das relações sociais se realiza”. A Lei se consolida na indeterminação, o que a representa na generalidade necessária para se aplicar a todo e qualquer cidadão. Ainda, conforme Orlandi (1986), “a Lei deve mostrar-se como estando acima dos interesses pessoais ou de grupos” apta para ser aplicada a todo e qualquer infrator.

Nessa lógica, a Lei é protagonizada como a própria Polícia Federal quando dizem que “prendem, soltam, negociam, investigam e outros” porquê de fato quem possibilita todas as ações descritas são as determinações legais, pelas quais os agentes apenas cumprem com o que já está determinado e quem de fato possibilita a concretização da ação no simulacro de que a todos são destinados. Além disso, Lagazzi (1987, p. 29) preceitua que a expressão: “Todos os homens são iguais perante a lei” tornou-se a máxima do Direito e da Justiça, a fim de que creditar a imparcialidade da jurisprudência e o fim dos privilégios. Seria possível acreditar que “todos têm os mesmos direitos e deveres”, de modo que a Justiça prega nessa cantilena, de que as diferenças entre os homens não mais existem, pois, a formação ideológica jurídica viabiliza a justiça e luta pelos os mesmo direitos e deveres para todos.

Ademais, o que não está na transparência da linguagem e que pela inversão é possível perceber o invisível é que ao voltar a atenção pela luta da igualdade de direitos, deixa-se de lutar “pelo fim dos privilégios de uns em detrimento de outros”. Destaca-se que a representação simbólica da Lei que constitui o sujeito arquipotente evidencia um dos “Aparelhos Ideológicos do Estado”, doravante (AIE) que, de acordo com Althusser (2001), funcionam por meio da ideologia, estas servem de mecanismo destinados à manutenção da realidade (das relações de produção). Assim, como discutido no referencial teórico, o sujeito é interpelado por ideologias e estes desde o seu nascimento estão assujeitados.

Essa interpelação ocorre tanto pelos aparelhos repressivos do Estado (ARE), como pelos aparelhos ideológicos do Estado (AIE), de forma que, “enquanto o primeiro funciona basicamente através da violência”, o segundo “funciona por meio da ideologia”, sendo a polícia, os tribunais e as prisões, exemplos de aparelhos repressivos que “funcionam predominantemente através da repressão (inclusive física) e secundariamente através da ideologia” (ALTHUSSER, 1992, p. 70). E o segundo funciona na direção contrária, sendo a repressão moderada pelo uso ostensivo do assujeitamento ideológico e com base nessa colocação percebe-se que há um duplo funcionamento (ideológico e repressivo).

No que tange ao nosso objeto de estudo, entende-se que a Polícia Federal representa o ARE, e já respondendo a um dos questionamentos, defende e atua em favor daqueles que detém o poder, agindo primariamente pela repreensão e secundariamente pelo assujeitamento ideológico. Em contrapartida a mídia na qual é arquitetada a obra fílmica funciona como (AIE) por meio da interpelação ideológica no sentido de fazer que os indivíduos passem a agir e a pensar de determinada forma a fim de atender as expectativas do governo. Para Althusser (1992), “A ideologia na qual funcionam os aparelhos repressivos e ideológicos do Estado está de fato sempre unificada apesar de sua diversidade e contradições, sob a ideologia dominante, que é a ideologia da ‘classe dominante’” (*Ibid.*, p. 71). Nesse pensamento, entende-se que “a existência social das ideologias é absolutamente inseparável das instituições, haja vista ser por meio destas que se transforma o indivíduo (concreto) em sujeitos interpelados.

Assim, conforme Pêcheux (1975), na (re) significação do pensamento althusseriano afirma que “não há discurso sem sujeito e não há sujeito sem ideologia: o indivíduo é interpelado em sujeito pela ideologia, e dessa forma que a língua faz sentido”. Posto isso, o sujeito Polícia Federal representa aqui a formação ideológica que direciona para a formação discursiva, de manter o funcionamento do poder. Lagazzi (1987, p. 23) defende a ideia de que as instituições são sustentadas pelas crenças e estas são o centro de poder, pois as instituições têm no sistema de crenças um sustentáculo que direciona o sujeito a legitimar um poder que lhe é exterior, o que resulta na consagração das instituições que por sua vez, representam o poder.

Além da relação interdiscursiva dos discursos jurídicos trazidos, observa-se também a interdiscursividade com o discurso manifesto na frase “Brasil um país de todos” que por muito tempo foi o lema do Governo Federal da época do mandato do ex-presidente, Luiz Inácio Lula da Silva um dos principais fundadores do Partido dos Trabalhadores (PT) em 10 de fevereiro de 1980. Este é simbolizado no filme sob duas óticas a serem percebidas nos trechos adiante. Nessa lógica, percebe-se na relação interdiscursiva que “Brasil, um país de todos” corresponde em certa medida a construção “a Lei é para todos”. Veja que a Lei é metaforizada para se

transformar em Brasil, no sentido em que “igualdade, liberdade e fraternidade” também é destinada a “todos”, porquanto o campo semântico permite tais procedimentos no processamento discursivo, já que a Lei faz a sociedade funcionar como ela é (nesse sentido a Lei é, sobretudo, uma entidade metafísica).

Importa ressaltar que de acordo com Lagazzi (2010), a composição fílmica é permeada por percursos intervalares que alternam entre encontros e desencontros da Polícia Federal com possíveis provas, com rupturas e repetições entre temáticas familiares e a investigação, recuos e aproximações de conseguirem fazer cumprir a Lei entre acontecimentos narrativizados que permeiam o passado e o presente de notícias que estruturam a peça. Além da música que demarca o suspense das cenas que envolvem a trama da investigação e perseguição, típicas dos filmes policiais, a fim de consolidar a intensidade aos momentos. A sequência discursiva a seguir torna-se importante, pois além de demarcar o início da obra é carregada do efeito de sentido, tanto da antecipação como o de constituição do sujeito, pois “não há linearidade na disposição dos elementos de comunicação” que conforme Orlandi (2007, p. 39) “segundo o mecanismo da antecipação, todo sujeito tem a capacidade de experimentar, ou melhor, de colocar-se no lugar em que seu interlocutor ‘ouve’ suas palavras”.

Desse modo, os sujeitos (telespectador) são persuadidos a concordar e/ou até mesmo aceitar o que lhes está sendo posto como verdade inquestionável, em outras palavras, a obra é apresentada sob a crença de que o locutor se antecipa e produz aquilo que o interlocutor deseja e deveria “ouvir” o que está dito, como posto a seguir:

*Esta é uma obra cinematográfica baseada em fatos reais de inegável interesse público e de grande repercussão na imprensa e meios de comunicação em geral, bem como inspirada em obra literária de caráter documental e histórico que se utilizou de pesquisa jornalística fundamentando-se em documentos públicos e oficiais. (Trecho: 01min41s, grifos nossos.)*

O mecanismo de antecipação apresenta a obra como “baseada em fatos reais” o que nos leva a refletir sobre o sentido da expressão como fato que existiu, aconteceu na história, contudo, o filme não é o fato, não é a verdade como se apresenta e, segundo Hernandez (2006, p. 23), “Não é possível o acesso ao real sem recorte ideológico, sem atribuir valores aos acontecimentos. Portanto quando um jornal constrói um discurso em que afirma mostrar a realidade, já está utilizando um recurso de persuasão”. Por analogia, pode-se refletir se o jornal que segue toda uma ética para trazer as informações a público faz uso desse recurso, quiçá um filme, classificado como ficção, então não há que se duvidar de que a obra está constituída de ideologia e que esta apresenta os fatos sob a sua visão sobre determinado partido político como

será percebido nas análises seguintes. Além disso, há que se considerar que quando é afirmado “baseada em fatos reais” apaga-se a realidade de se tratar de uma ficção, este que por definição do dicionário Aurélio é uma criação imaginária, invenção fabulosa, opõe-se ao que é real; sendo uma fantasia.

Acrescenta-se o efeito de sentido da expressão “inegável interesse público”; “grande repercussão na imprensa e meios de comunicação”; “inspirada em obra literária de caráter documental e histórico”; bem como “pesquisa jornalística fundamentando-se em documentos públicos e oficiais”. Essa sequência discursiva permite contra-argumentar e trazer a lume que não é possível retratar por meio de uma ficção a “verdade”, pois são apenas artifícios que colocam a obra “no verdadeiro” a fim de manipular o pensamento do telespectador, tal fato torna-se entendível, pois os usos dos adjetivos intensificadores representam linguisticamente recursos de persuasão.

Conforme Hernandez (2006, p. 23-24), “selecionar um fato aponta a existência de uma visão de mundo. Tornar algo visível, presente, é, antes de tudo, determinar-lhe valor e isso significa, simultaneamente, omitir ou esquecer outros aspectos envolvidos”. Assim, essas escolhas têm intenções como “[...] despertar curiosidades, crenças, sensações e ações de consumo do próprio meio de comunicação [...]”, neste caso, não se enfatiza que num filme o que há é “o recorte da realidade que um grupo social faz e julga mais conveniente legitimar para uma camada social mais ampla” (HERNANDES, 2006, p. 29). Além disso, como retratar a realidade de 516 anos de história em um filme de ficção com tempo de duração de 1h47min. E ainda, quando enfatiza o sentido trazido na sequência discursiva “inegável interesse público” condiciona o telespectador a acreditar que “é de seu interesse” com sendo uma obrigatoriedade acrescentada pela expressão “grande repercussão na imprensa e nos meios de comunicação” como algo de tamanha envergadura conhecido por todos e como resultado o telespectador deve saber e conhecer a “verdade” propagada na película.

Nessa lógica, a obra é apresentada como de absoluta credibilidade, “inspirada em obra literária, documentos históricos, pesquisas jornalísticas e documentos públicos e oficiais”, ou seja, não há o que se questionar, estar-se-á diante de algo indubitável, ou seja, na realidade a obra reforça o parecer verdadeiro que, de acordo com Hernandez (2006, p. 31), “é sentido como verdade quando grupos ou pessoas que se comunicam compartilham de uma mesma maneira de categorizar os acontecimentos de lhes dar “significado”.

Nessa perspectiva, conforme Soares (2019, p. 27), por meio do “traço textual-discursivo, a intertextualidade publicitária dos diversos textos midiáticos”, em seus mais variados formatos, direciona a construção de um consenso, “ou melhor, do discurso social”.

Para Soares (2019), tal fato torna-se possível pela junção da “lógica da falta (de informação) com a lógica da necessidade (de entretenimento), gestada pelo meio midiático e que constitui o discurso social”. Nessa logicidade na película tem-se a junção de informações trazidas como verídicas em forma de entretenimento que se consolida, através do filme de ficção.

Após a explanação de como o interlocutor foi abordado pela mídia fílmica, a imagem a seguir é trazida de forma simultânea à textualização, pois obteve-se por meio dessa uma harmonização com o que é descrito na história do Brasil como efeito de veracidade construído no relato que se deve observar:

**Ilustração 3** - Imagem do rato como simbologia da corrupção



Polícia Federal: A Lei é Para Todos

Fonte: POLÍCIA FEDERAL: A LEI É PARA TODOS.

Delegado Ivan – Narrador: *É claro que a **nossa história** não começa aqui. A **corrupção** como a varíola e a tuberculose chegou ao Brasil com as primeiras Caravelas. Logo de cara Portugal mandou um ouvidor-geral que tinha sido condenado por **desvio de verbas**. Em 1650 o Padre Antônio Vieira já dizia: “os portugueses não vieram aqui querendo nosso bem, mas sim os nossos bens”. Pau-brasil, escravos, ouro, Terra, diamantes, impostos, ferro, café. “**Se roubava de tudo e de todos**”. Do cabo submarino do Visconde de Mauá ao mar de lama do Getúlio. **Um Mar Sem Fim de corrupção**. Mandioca, BNH, Previdência, parabólica, Sudam, Sudene, Anaconda, propino duto, bingo, Fiat Elba, anões do orçamento, sanguessuga, merendas, ONGs, dólar na cueca, apito, Banestado, onde nós nos conhecemos que além de dar em pizza desmantelou a nossa equipe. Farol da Colina, Castelo de areia, Chacal, Satyagraha, Mensalinho e o maior de todos, mensalão. E o culpado de tudo, a caneta, porque, desde que existe a caneta existe a corrupção. O poder sempre está com quem indica, com quem conhece e mais importante quem assina para o mal ou para o bem. (Trecho: 09min13s a 11min15s.)*

Dentre várias imagens que tenderam a retratar a história do Brasil, selecionou-se a de um rato que aparece em forma de pintura, na cor preto e branco, o que sugere algo antigo, e

remete a historicidade, bem como esse animal é simbolizado a partir do dicionário de símbolos<sup>32</sup> como “avareza, a ganância, roubo, impureza”, “criatura temível”, na Bíblia é retratado na passagem de Levítico 11: 29 como “Dentre os animais que se arrastam pelo chão, são os seguintes os que considerareis imundos: todas as espécies de ratos [...]”. Ainda, nos sonhos, a figura do rato é trazida com o pensamento de que “algo não está certo [...]” e na “psicanálise o roedor evidencia conotação fálica e ligação com riquezas e dinheiro”, ou seja, é denotada mais uma vez a sua simbologia com a “avareza, roubo e atividade ilegal”. Posto isso, essa imagem como linguagem não verbal atualiza uma memória do excerto supracitado, reforçando os da história do Brasil, carregada de uma crítica intrínseca, e sobretudo uma mensagem que vem consolidar o textual construído.

Ademais, no plano de expressão observa-se que houve um *zoom* da imagem do rato criando um efeito de proximidade afetiva do público, não necessariamente com o que é mostrado na tela, mas com a mensagem que é transmitida em forma de crítica social. Segundo Silva e Braighi (2013, p. 184), “cada enquadramento revela e esconde uma determinada face do cenário que, limitada pelo zoom das câmeras, compõe o que é dito pelo apresentador (lê-se) narrador, revelando uma determinada intencionalidade”. Na sequência discursiva, evidencia-se o interdiscurso entendido por Orlandi (2017, p. 24) “se define pela estratificação de enunciados já feitos e esquecidos que constituem a nossa memória do dizer”, ainda é “no interdiscurso há o Outro, exterioridade constitutiva, memória estruturada pelo esquecimento”.

No excerto é apresentado, por meio de comparação, o início da história do Brasil com vocábulos constituídos por valores negativos, como é feita a associação entre “história do Brasil” com o início da corrupção, e está assemelhada à doenças, como a “varíola e a tuberculose”, a corrupção representada pelo envio do ouvidor geral que tinha sido condenado por desvios de verbas, acrescida do testemunho da figura do “Padre Antônio Vieira” como sinônimo de pessoa de credulidade que demarca a historicidade do Brasil e que já falava das intenções dos portugueses sobre roubar as riquezas do nosso país.

---

<sup>32</sup> Dicionário de símbolos – Significado dos símbolos e simbologias. Rato. Disponível em: <https://www.dicionariodesimbolos.com.br/rato/>. Acesso em: 11 nov. 2020.

**Ilustração 4** - Padre Antônio Vieira – “Os portugueses não veem aqui querendo o nosso bem, mas nossos bens”.



#### Polícia Federal: A Lei é Para Todos

Fonte: POLÍCIA FEDERAL: A LEI É PARA TODOS.

Conforme Authier-Révuz (1990), Moura (2008), Pêcheux (2009) e Soares (2020) evidencia-se que há o interdiscurso que atravessa tanto o texto como a imagem apresentada no intradiscurso, como “algo que foi falado antes, em outro lugar e independente”. Como afirma Araújo<sup>33</sup> que traz no interdiscurso o dizível do padre Antônio Vieira que atacou os governantes enviados pelo rei de Portugal na Bahia, em 1641 com o sermão que ficou conhecido como “O sermão do bom ladrão” em que disse: “Perde-se o Brasil, Senhor (digamo-lo em uma palavra) porque alguns ministros de Sua Majestade não vêm cá buscar nosso bem, vêm buscar nossos bens...”. Em consonância com Soares (2020, p. 16), o “interdiscurso é definido como o já-dito em outro lugar, anteriormente, e como elemento que (re) constrói o sentido de uma sequência discursiva”.

Dito isso, o discurso do Padre Antônio Vieira não é inaugurado na película, mas é (re) construído nesta trazendo nova configuração de sentido, como a relação entre um país que começou corrupto e que tem seus atos perpetuados até os dias atuais. De modo que a fala do Padre para a época dava o sentido de alerta sobre as intenções dos portugueses, enquanto esta

<sup>33</sup> A Atualidade do Pensamento de PE. Antônio Vieira. Disponível em: [http://www.filologia.org.br/pub\\_outras/sliit02/sliit02\\_07-14.html](http://www.filologia.org.br/pub_outras/sliit02/sliit02_07-14.html). Acesso em: 12 nov. 2020.

mesma sequência discursiva posta na materialidade fílmica é constituída do sentido de reafirmar o fenômeno da corrupção como presente na história do Brasil para posteriormente apontar para aqueles que são os responsáveis por conservar esse acontecimento.

Desse modo, é reafirmada a tônica da corrupção por meio da sequência discursiva que desde o começo “se roubava de tudo e de todos”, conectados ao enunciado “Do cabo submarino do Visconde de Mauá ao Mar de lama do Getúlio”, estas outras sequências discursivas trazem a lume o interdiscurso constituído da memória sobre o cabo submarino<sup>34</sup> criado “para transmitir sinais de telecomunicações através de trechos do mar, que no Brasil foi inaugurado em 1857, mas é em 1874 que se consegue ter o “cabo totalmente submarino e que fora trazido por D. Pedro II, e em “1975, Irineu Evangelista de Souza, o Barão de Mauá, participou da organização e do financiamento da instalação do primeiro cabo submarino internacional que interligou Brasil e Portugal.

Este fato histórico é interligado por vez ao governo de Getúlio Vargas<sup>35</sup> que representou a conquista de uma política dos direitos trabalhistas por meio da criação do Ministério do Trabalho, concessões de direitos, criação de sindicatos sob o controle do governo e a perseguição de movimentos trabalhistas. O governo Vargas permaneceu no poder por 15 anos, entendido por alguns historiadores como a “gestação” da ditadura”. Após a exposição da “era Vargas” que traz à memória fatos históricos que acontecem na margem do interdiscurso, são acrescentados a estes vários escândalos de corrupção no Brasil cada um trazendo à tona um interdiscurso que, por sua vez, é narrativizado como acontecimentos lineares e, ao final, desta sequência discursiva que se compõe de várias relações de interdiscursividades que se tem uma cadeia cíclica de interdiscursos e memórias.

Nessa lógica, a sequência é consolidada por meio de uma metáfora que aponta de quem é a culpa, sendo, “o culpado de tudo, é a caneta, porque, desde que existe a caneta existe a corrupção. O poder sempre está com quem indica, com quem conhece e mais importante quem assina para o mal ou para o bem” (Trecho: 09min13s a 11min15s.). Este efeito metafórico denuncia a possibilidade de algo bem mais amplo e de implicações maiores na constituição do sujeito, por vez são os sentidos encontrados na opacidade da metáfora que determina o sujeito. Após a descrição do enunciado, num outro gesto de interpretação funciona o que Orlandi (2017, p. 30) descreverá como a narratividade um funcionamento da memória (constitutiva). Assim, é: “[...] a maneira pela qual uma memória se diz em processos identitários, apoiados em modos

---

<sup>34</sup> Entenda a importância dos cabos submarinos. Disponível em: <https://olhardigital.com.br/noticia/o-que-sao-cabos-submarinos-veja-aqui/87872>. Acesso em: 12 nov. 2020.

<sup>35</sup> Era Vargas. Disponível em: <https://brasilecola.uol.com.br/historiab/era-vargas.htm>. Acesso em: 12 nov. 2020.

de individuação do sujeito, afirmado/vinculando seu pertencimento a espaços de interpretação determinados, consoantes a específicas práticas discursivas”.

Percebe-se que houve um enquadramento de acontecimentos por meio da memória, com o fim de estabelecer sentidos de identificação e sensibilização de se pertencer às práticas discursivas apresentadas vinculadas a “historicidade, materialidade do discurso, enquanto estrutura e acontecimento” Assim essas memórias constituem por consequência os sentidos e os sujeitos. Mariane (1996 *apud* Orlandi 2017, p. 29-30) entende narratividade como:

A narratividade, enfim, é o efeito que permite contar a história coerente, sem falhas, com estrutura temporal, com encadeamento de causas e consequências, com personagens e cenários explicativos”. É, ainda, para a autora, “O processo que atua junto à memória discursiva engendrando para a memória a ilusão de completude. A narratividade, diz Mariani, é o que permite a recomposição interna dos discursos, em função das variações e mudanças históricas” [...]. Tomo a narratividade em outro espaço de reflexão: ela é algo constitutivo, ou seja, o que coloco em foco é a narratividade como funcionamento da memória (interdiscurso) no sujeito. [...] é como a memória se diz, em processos identitários (constituição pelo Outro) ideologia) [...]

Salienta-se que a sequência discursiva anteriormente apresentada e discutida até o presente momento trouxe à baila uma história contada na película de forma coerente através dos encadeamentos das ideias, dos acontecimentos históricos e trazendo a memória para a construção ilusória de completude. Contudo no batimento da descrição e interpretação. Conforme Orlandi (2017), é no funcionamento da narratividade que é possível identificar as relações interdiscursivas constitutivas da memória e que estão presentes no intradiscurso. Nessa toada não se trata de desvendar mistérios, e/ou descortinar os discursos já ditos, mas se trata de investigar como foi formulado esse processo de significação, com base nas suas condições de produção e funcionamento, desvelando-se os sujeitos, as ideologias, as rupturas e os sentidos construídos.

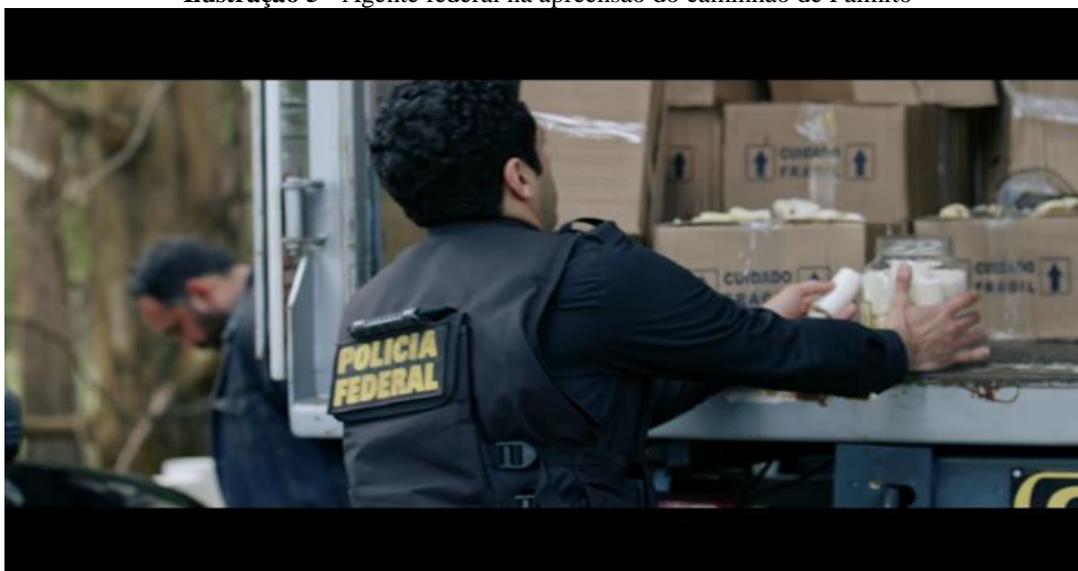
Posto isso, o enunciado traz uma sequência de fatos colocados em ordem como se correspondessem ou pudessem corresponder a uma relação de causa e consequência o que não ocorre, os acontecimentos narrativizados foram gestados em momentos e locais históricos distintos, mas são descritos como lineares, sequentes e interdependentes, pois tem-se a (descoberta do Brasil 1922; discurso do Padre Antônio Vieira 1641; Cabo Submarino de Mauá, 1975 e a era Vargas em 1930 a 1945. Ou seja, trata-se de acontecimentos históricos ocorridos em épocas distintas que podem até ter suas influências, contudo não ocorrem numa perspectiva linear como apresentado na película, sobretudo porque os recortes temporais são significativos e descontínuos.

No entanto, há um ponto que consagra os acontecimentos como todos descritos numa perspectiva criminológica, pois retratam perdas de riquezas e direitos. Nessa lógica, pode-se entender que a obra cinematográfica retrata aqui uma das versões da história do Brasil, uma das significações daquilo que é dito sobre aquela com efeito de sentido construído, desejado de acordo com a vontade de verdade do locutor, dito de outra forma articula-se acontecimentos e ideias que apontam para determinado sentido pretendido, ou melhor, segundo Orlandi (2017), “são as suas palavras, a única maneira de explicá-lo, e remontar, através de uma série de metamorfoses à sua origem, e de escrever sua história”.

Por isso, quanto à origem, sob a perspectiva de analista de discurso, cabe ressaltar que os sentidos construídos são destituídos de origem, sendo constituído das metamorfoses, dos deslocamentos, das versões que (re) constroem uma versão e a esta deve-se continuar a tecer interpretações. Assim, depreende-se que o que temos na “história do Brasil exposta, trata-se de uma versão que converge para efeitos de sentidos outros. Os sentidos históricos construídos no início do filme são cheios de eventos que demarcaram a história, e está na memória coletiva, entrelaça-se na repetição do sintagma “nossa história”, a fim de criar um efeito de sentido, qual seja, a repetição da história, pois uma coisa é repetir os fatos, outra coisa é fazer que eles sejam os mesmos na cadeia narrativa, ou seja, tem-se as condições de produção que traz a historicidade ao dizer.

Nesse sentido, Orlandi (1990, p. 37) aponta para um jogo entre o imaginário e o simbólico, numa relação que constitui o efeito de sentido com o “seu lugar” para levá-lo para “outro” como se fosse o próprio. É nesse ínterim de movimentos que se tem o começo da história do caminhão de palmito como apresentada na imagem e na sequência discursiva:

**Ilustração 5** - Agente federal na apreensão do caminhão de Palmito



Fonte: POLÍCIA FEDERAL: A LEI É PARA TODOS.

Delegado Ivan – narrador: *A nossa história só existe porque um caminhão de palmito nos levou a um traficante que, lavava o seu dinheiro com o doleiro que, era dono de um posto de gasolina que, o Júlio estava investigando. O doleiro do posto nos levou a um outro doleiro que era amante e sócio da grande Dama do câmbio Nelma kodama. Nelma, também era amante e sócia de Alberto Youssef, o maior doleiro do Brasil. Youssef, já tinha passado pelas nossas mãos, mas foi solto por uma delação premiada que aliás só delatou a concorrência.* (Trecho: 17min58s a 18min56s, grifo nosso).

O excerto mencionado traz a repetição “nossa história” narrada pelo narrador/personagem delegado Ivan, do qual se pode depreender como efeito de sentido em que a historicidade é construída por meio da língua e nesta o efeito de sentido acontece quando o sintagma “nossa história” referente ao descobrimento do Brasil, a colonização, ao fenômeno da corrupção tivesse continuidade, através da mesma expressão “nossa história” relativo ao caminhão de palmito. Dito de outra forma, como se esta fosse decorrente daquela numa sequência linear de historicidade que forma a memória do sujeito. Além disso, a expressão carrega também o sentido de pertencimento, fazer parte, estar incluso, o que acaba por criar um efeito de maior proximidade para com o telespectador, a ponto de trazê-lo para um envolvimento e fazê-lo acreditar.

Assim, segundo Pêcheux (1999, p. 56), a “memória [...] é necessariamente um espaço móvel de divisões, de disjunções, de deslocamento e de retomadas, de conflitos de regularização [...] um espaço de desdobramentos, réplicas, polêmicas e contra-discursos”. Tais ideias são complementadas no que diz Orlandi (2001), “não há senão versões”, e ainda, segundo Orlandi (2017, p. 33) trata-se de um “espaço de memória em que o sujeito se diz, narrando (-se)”. Assim, para a autora, ao narrar-se o sujeito se “amarra a um gesto de interpretação, que, na sua individuação, o identifica. Pontua”. De modo sintetizado, é nessa esteira que a Lei é narrativizada no filme como uma espécie de protagonista por meio das ações da Polícia Federal, pois é só pela existência daquela que a PF tem capacidade/autorização para agir, seja para instaurar uma investigação, realizar escutas telefônicas, exercer mandado de busca/apreensão, interrogar ou quaisquer outras ações.

Inclusive a própria PF só existe com base em determinação legal, de modo que a Lei é configurada como o poder pelo qual as ações tornam-se possíveis. E é nessa filiação que o narrador (Ivan) participa do tecido constitutivo da memória, que o identifica como participante da historicidade construída em torno da corrupção que faz parte da história do país desde seu início, contudo, enquanto personagem delegado, “braço direito da justiça” este é o sujeito que faz parte da equipe “Polícia Federal”, que combate a corrupção, que investiga os crimes e que se depara com “o caminhão de palmito” do qual numa linha argumentativa inscreve-se em

estabelecer o efeito de causalidade a que deu início a descoberta de um dos maiores esquemas de corrupção.

Ocorre que nos processos de reconstituição da memória, da interdiscursividade no intradiscurso, do efeito causa/consequência e pela forma como a narratividade é construída ela “se apresenta e torna-se presente”, mantém-se no imaginário social a atualização da memória conforme a narrativa que faz circular “palavras com poder de presentificar, de manter” a ideia de que a corrupção vem desde o começo da história e que esse mal deve ser combatido. Diante do que foi dito, entende-se que houve uma imbricação entre o interdiscurso (o já dito – memória discursiva) e o intradiscurso (discurso em enunciação), que produz o dizível e desagua do efeito de sentido dado a película, qual seja, o de que “nossa história” antes do caminhão de palmito era constituída pelo fenômeno da corrupção, mas destituída de Lei, sem qualquer referência a punições ou mesmo ao sujeito Polícia Federal.

Tomando-se por base a “nossa história”, do caminhão de palmito, a corrupção ainda se encontra presente, contudo agora tem o protagonista Lei e este persegue, luta e pôr fim ao mal presente desde o início da história, entretanto, para esta ação torna-se imprescindível, a Polícia Federal que se presentificar enquanto Lei ao realizar todas as ações enquanto PF. Ainda, quanto ao evento corrupção e o seu funcionamento no Brasil, é válido entender e destacar como é apresentada pela mídia local e pela indústria cultural global, essencial perceber como esse fenômeno é apresentado como um tipo de delito, mas não qualquer tipo e sim como aquele que é consagrado numa relação política. E antes de apresentar o olhar midiático, é preciso ainda que de forma flutuante rever como a corrupção foi sendo conceituada e construída em seu percurso histórico até ser remodelada e apresentada como “ato de político”.

Então, a corrupção vista como “ato de político” transfigura-se como um mal que é materializado na ficção. Hanna Arendt (1963) que “nos diz que o bem é profundo e radical, o mal é banal e extremo”. Nessa linha argumentativa, esse “mal reconhecido como “extremo e banal” é a corrupção que se impregnou na história do país, sua presença é a de uma “alteridade invasiva” e aqui no gesto advindo do real, do cotidiano do povo brasileiro perfaz-se em “troca de pequenos favores”, o ato de furar a fila, a sonegação de impostos, o uso de carteirinha falsa, compra de Carteira Nacional de Habilitação (CNH), a pirataria, o pagando o “cafezinho”, dentre outros”. E de volta a ficção, também são identificados “atos de corrupção” como escuta telefônica sem autorização legal, ou conseguida posteriormente, o vazamento de áudios sigilosos da investigação, a venda de dossiês com informações com segredo de justiça para a mídia, abuso de poder, instauração de inquéritos com provas questionáveis e tantos outros, ainda desconhecidos e não encontrados na ficção.

Segundo Orlandi (2017), no que se refere à teoria, deve interessar o que é dito sobre a política do performativo, então deve se explorar enquanto performatividade do mal, o fato de que o sujeito praticante desta conduta tem por obrigação fazer um exame de consciência relacionados aos atos executados em sua condição humana. A banalidade do Mal, enquanto prática do cotidiano, provoca a “subjetividade, as escolhas éticas que resultam na questão da liberdade versus responsabilidade”. Nessa política do performativo na Análise do Discurso centra-se o fato de “fazer ver o que não existe”. “Produzir o efeito de real. Passar do invisível para o manifesto. É na narratividade em sua materialidade que é assegurado os seus efeitos de sentido” (ORLANDI, 2017, p. 65).

Assim, na evidência do que é mostrado tem-se no primeiro o percurso descritivo da corrupção palmilhando a história do Brasil, e no segundo, evidencia-se, principalmente, na imagem e de forma implícita no discurso o sujeito Lei transvestido de agentes da Polícia Federal em ação para combater a corrupção. Ainda no trecho configura-se as formações discursivas representadas de um lado pela PF identificada pelo delegado Júlio que investigava o posto de gasolina e do outro lado os sujeitos infratores da norma penal, o traficante não identificado e o doleiro conhecido por Youssef. Em outras palavras, na transparência da linguagem visualiza-se a corrupção como um mal a ser exterminado, pela Lei através da Polícia Federal, o filme retrata uma PF justiceira, uma Lei que é figurada como acima de tudo e de todos, inclusive da própria PF que muitas vezes quer agir, contudo esbarra nas limitações legais, ou seja, a Lei é imparcial, impessoal e punitiva e os infratores que cometem “não crime”, mas “corrupção” devem ter seu comportamento reconhecido socialmente como “ímoral” penalizado.

Contudo, cabe ao analista do discurso questionar a evidência do que lhe é mostrado, por exemplo: a Polícia Federal é uma instituição voltada a atender quais interesses, do governo ou do povo? A Lei está de fato acima de tudo e de todos? A norma legal é determinada ou é determinante? E a corrupção é realmente o mal de todas as mazelas sociais, não seria apenas uma distração para não perceber o que de fato merece atenção?

### **4.3 Análise das formações discursivas**

Dentro do panorama fílmico identificam-se algumas formações discursivas, doravante FD, já conceituada neste trabalho por Pêcheux (1975, 1997, 2009), Orlandi (2007, 2009) e Soares (2020), entendida como:

As formações discursivas são diferentes regiões que recortam o interdiscurso (o dizível, a memória do dizer) e que refletem as diferenças ideológicas, o modo como as posições dos sujeitos, seus lugares sociais aí representados, constituem sentidos diferentes. O dizível (o interdiscurso) se parte em diferentes regiões (as diferentes formações discursivas) desigualmente acessíveis aos diferentes locutores (ORLANDI, 2007, p. 20-21).

Quer dizer, as FDs podem ser vistas como “regiões do dizível”, sendo essas as possibilidades de inscrições “das múltiplas formações discursivas” (ibid., p. 20), noutros termos, são onde o confronto de sentidos engendram outros sentidos num movimento de nunca acabar (SOARES, 2020, p. 16). Dito isso, identificaram-se nos fragmentos discursivos apresentados inicialmente duas FD das quais podem ser depreendidas várias outras, todas constituídas de seus respectivos vieses ideológicos, de modo simplista as que puderam até o momento serem visualizadas é a dos “guardiões da Lei” – Polícia Federal, a própria Lei, e os seus “Infratores”, ou “aqueles que combatem a corrupção”, “aquela que determina o que pode e não pode ser feito” e “aqueles que praticam a corrupção”.

Em busca de maior precisão para a interpretação, baseia-se a presente análise nas colocações de Orlandi (2001, p. 116-121): “A pontuação serve assim para marcar divisões, serve para separar sentidos, para separar formações discursivas, para distribuir diferentes posições dos sujeitos na superfície textual, pois indicam modos de subjetivação”. Assim, percebe-se que houve uma separação de sentidos, de formações discursivas, bem como a de posições dos sujeitos presentes na superficialidade textual, assim, quando posto “Polícia Federal: A Lei é para todos” é constituída pela marca dos dois pontos, da qual percebe-se que há duas formações discursivas des-ligadas na mesma superfície do texto, qual seja, a primeira a do sujeito Polícia Federal, instituição governamental que defende os interesses da sociedade como posto na evidência.

Já a segunda formação discursiva pode ser interpretada como a Lei – entendida como punição e essa é destinada a todos. Esse “todos”, com base na gramática, é reconhecido como o pronome indefinido plural indicando conjunto de coisas e pessoas não especificadas, ainda, podendo discursivamente ser compreendido por substituição como o “povo”. Com base nas considerações de Orlandi (2001) e no título do filme, depreende-se a reunião de diferentes formações discursivas representadas respectivamente pela Polícia Federal - elite/governo e o povo, classe destituída de quaisquer tipos de poder ou defensor.

Essa diferença des-ligada produz um equívoco no sentido de que conduz a acreditar que a Polícia Federal destina a Lei para todos, contudo não é a PF possuidora do poder de garantir que todos sejam/estejam assujeitados à norma, pois aquela tem o direito/dever adstrito à investigar, porque quem de fato aplica a Lei é o poder judiciário, então a polícia funcionaria

como “braço direito” ou auxiliar do judiciário. E outro ponto é que a legislação não se faz para todos como evidenciado, mas para o povo e neste grupo não se encaixam todas as pessoas, pois há uma classe seleta e minoritária que passa pelo crivo tradicional das punições legais e ainda quando penalizados em alguma medida, as próprias lacunas da Lei possibilitam a minimização ou até mesmo a fuga das condenações.

Por conseguinte, a pontuação consegue fechar o sentido no texto e faz acreditar na transparência posta na linguagem de que a Polícia Federal faz com que a Lei seja para todos, contudo, na perspectiva discursiva e na opacidade da linguagem a construção dos sentidos mantem-se aberta a perceber outros possíveis sentidos e a imbricação do jogo simbólico e ideológico que está implícito e que numa inversão traz a lume o fato de que a PF não é um sujeito que se volta para a justiça social, mas para a manutenção do poder. Além do que a Lei pode ser entendida não como para todos, mas somente e apenas para a atender de forma conveniente a manutenção do poder e a penalidade daqueles que não possuem condições de se defender contra tal.

Na continuação dos gestos de interpretação quanto aos sentidos que podem ser construídos com base numa intelecção discursiva, percebe-se que o trecho a seguir traz a narrativa do delegado Ivan, que enfatiza o fato do juiz e o caminhão de palmito ter “salvo a operação” e impedido que o STF tivesse posto em liberdade traficante, doleiros e o empresário Paulo Roberto Costa, como se lê a seguir:

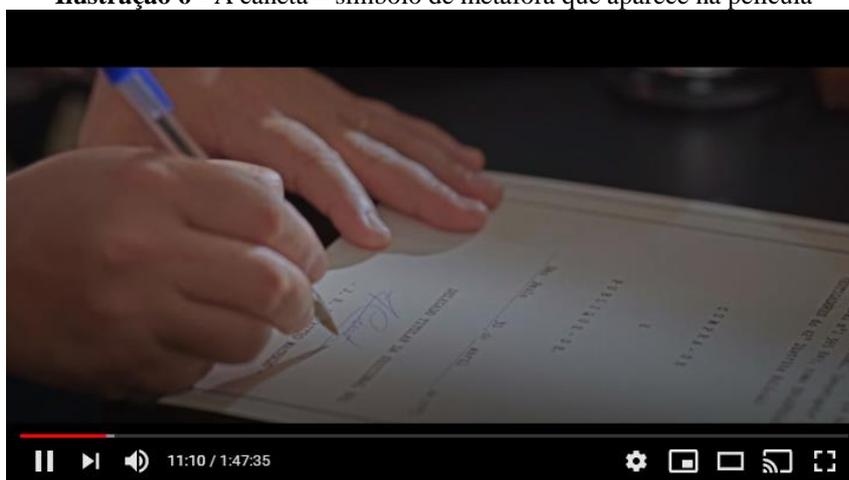
Delegado Ivan – narrador: *Soltar todo mundo teria sido um desastre, mas foi aí que o juiz salvou a operação. Quer dizer, o juiz e o caminhão de palmito. O juiz educadamente lembrou ao STF que soltar todo mundo incluiria os doleiros e um traficante internacional. Todos com risco de fuga.* (Trecho: 34min50s a 35min07s, grifos nossos).

Com base no exposto por Orlandi (2009, p. 34), como mecanismo de leitura é possível “escutar o não-dito naquilo que é dito, como uma presença de uma ausência necessária”. Nessa lógica, é dito que “o juiz e o caminhão de palmito salvam a operação”, o primeiro é o sujeito que executa a Lei, essa figura do judiciário consegue manter a prisão dos doleiros, políticos e traficantes com a alegação de que a soltura daqueles acarretaria o “risco de fuga” e com base na previsão legal dos artigos 208 e 319 do Código de Processo Penal permite a negação da liberdade e a permanência da prisão. Contudo, ao que não é dito é que o STF tinha argumentos jurídicos para atender ao pedido de *habeas corpus* e soltar a todos, contudo aqueles argumentos foram combatidos com as do “risco de fuga”.

Quanto ao caminhão de palmito, representa a prova material como evidência de que foi cometido o crime de “tráfico de drogas”, porém, ao que não é dito é que o caminhão de palmito por si só não servia como prova suficiente para manter todos presos, salvo aqueles que foram pegos em flagrante, essa falha ou falta na argumentação do juiz permite a soltura do executivo Paulo Roberto Costa. Ao que está dito “salvaram a operação” e ao não dito ou silenciado tem-se a operação ou investigação estava frágil, não havia provas suficientes que a pudesse sustentar, necessitou arquitetar toda uma argumentação jurídica com uso do único indício de prova que era o caminhão de palmito para que se pudesse continuar a perseguir “o crime ou os criminosos”. Outro fato silenciado é que uns permaneceram presos e outros liberados, neste caso, bem como em outros a “Lei não se fez para todos” ao menos da mesma forma.

Uma série de sequências discursivas da película são construídas sob diversas metáforas, nas quais é possível traçar gestos de interpretação que revelam sentidos que deslizam nos dizeres. Nesse trilhar, a metáfora na Análise do Discurso é entendida conforme Pêcheux (1990, p. 56) como “toda descrição [...] está firmemente exposta ao equívoco da língua: o enunciado é intrinsecamente suscetível de tornar-se outro, diferente de si mesmo, ao deslocar discursivamente de seu sentido para derivar para um outro”. Desse modo, a metáfora é a possibilidade de deslocar sentidos, tais são inerentes ao processo metafórico.

**Ilustração 6** - A caneta – símbolo de metáfora que aparece na película



Polícia Federal: A Lei é Para Todos

Fonte: POLÍCIA FEDERAL: A LEI É PARA TODOS.

A imagem aqui atua como operadora da memória e aponta para os sentidos envolvidos do “poder da caneta”, esta reflete ressignificações, em sua maioria evidencia conflitos por meio de regularidades, assim Pêcheux (2010, p. 65) expõe que:

[...]sob o 'mesmo' da materialidade da palavra abre-se em meio ao jogo da metáfora como outra possibilidade de articulação discursiva. Uma espécie de repetição vertical, em que a memória se volta sobre si mesma, esburacando-se, perfurando-se antes de se desdobrar em paráfrase (PÊCHEUX, 2010, p. 65).

A metáfora do “poder da caneta” está discursivizada em vários trechos do filme e reconstitui vários sentidos ao longo da narrativa como no início quando este poder é revelado por quem assina, com a possibilidade de fazer o bem ou o mal. Ainda conforme Orlandi (2005, p. 11):

Segundo Michel Pêcheux, as palavras não têm um sentido ligado à sua literalidade, o sentido é sempre uma palavra por outra, ele existe nas relações de metáfora (transferência) acontecendo nas formações discursivas que são seu lugar histórico provisório. De tal maneira que, em consequência, toda descrição “está exposta ao equívoco da língua: todo enunciado é intrinsecamente suscetível de tornar-se outro, diferente de si mesmo, se deslocar discursivamente de seu sentido para derivar um outro”.

Desse modo, a imagem da caneta descontextualizada do seu acontecimento encontra-se destituída de suas possibilidades de sentido, porém quando (des) ligada a contextualizações permite trazer as tais significações e os sentidos outros. Pelo movimento metafórico de transferência ou substituição das palavras pode-se encontrar o sentido de que a caneta representa um artefato cultural histórico que até pouco tempo atrás era um privilégio que pertencia a pouquíssimas pessoas, e o seu exercício significava possuir poder, seja para assinar, para decretar leis ou manipulá-las, conforme o bel prazer de quem detinha o poder. No entanto, esse privilégio tornou-se algo comum, massificado e significado como a diminuição do analfabetismo no Brasil, o acesso à educação, a liberdade de poder evoluir intelectual e culturalmente.

Dito isso, compreende-se que o “poder da caneta” esteve e ainda está ligado a quem governa o país, e assim decide como administrar, se numa perspectiva mais burocrática e liberal, ou numa outra mais ditatorial e conservadora. Além deste, há também o sentido de ligar o “poder da caneta” nas mãos daqueles que representam o poder da justiça, pois este pode condenar ou absolver. Outro sentido apontado na evidência da película é o de que o poder estava com a presidente Dilma Rousseff, pois esta tinha o “poder da caneta” de governar o Brasil para o bem ou para o mal. Além destas possibilidades também faz alusão ao governo atual, pois a caneta Bic é usada diversas vezes por Jair Bolsonaro, o atual governo que que contrapõe as atuações do governo anterior, pois aquele representa o conservadorismo, o militarismo, o governo de direita que conserva sobretudo a luta de classes. E por último traz-se o sentido de “o poder da caneta” nas mãos do povo brasileiro na hora de votar, aqui remetendo à memória

discursiva do tempo em que se votava de forma manual. Expostos tais sentidos como possibilidades Pêcheux (2004, p. 59) acrescenta: “A consequência é que a língua domina o pensamento, impondo-lhe a ordem do negativo, do absurdo e da metáfora. É aí que a ciência da linguagem se relaciona com o registro do inconsciente”.

Feitas tais considerações segue-se com outra estratégia de criação de efeito de sentido denominado de repetição, pois, ao que se percebe, desde o início da obra o Brasil é apontado como um “país corrupto”, esse sentido é afirmado no começo da trama pelo narrador/personagem delegado Ivan, é enfatizado nos acontecimentos durante o filme, é reproduzido por personagens como: o ex-diretor da Petrobrás – Paulo Roberto Costa, como pode ser visualizado no fragmento a seguir, também pelo presidente Lula em seu interrogatório, pelo delegado Júlio que enfatiza ao dizer “*essa merda que a gente faz não serve para nada. Essa porra de país é assim, sempre foi assim, sempre vai ser assim, bateu na porta de quem manda...*” (Trecho: 35min47s, grifo nosso). Neste enunciado em específico a “corrupção” não é dita, não se faz no plano da evidência da linguagem, mas na revolta do sujeito Júlio, enquanto executor da norma jurídica de não conseguir mudar o legado da “corrupção”. A sequência discursiva a seguir enfatiza o fenômeno da corrupção tematizado na película do início ao fim. Assim, observa-se no discurso de Paulo Roberto Costa:

*Muito bem! Vocês têm que entender que o **Brasil começou corrupto**. Dom João sexto quando a corte se mudou para o Brasil. Dom João sexto ficava na casa dos Mercadores de escravos e esses Mercadores de escravos eles dominavam, eles mandavam e desmandam na monarquia aqui no Brasil.*

*Paulo Roberto Costa: [...] eu sei, mas o meu ponto é que os Mercadores de escravos no Brasil de hoje são as empreiteiras. Veja bem, têm poucas empresas que tem condição de fazer as obras do tamanho que a Petrobras precisa: refinaria, plataforma, usina. São pouquíssimas e elas se organizaram para decidir quem que vai ganhar cada obra. Que que é isso? Isso é cartel. Elas podiam cobrar 15, 20% a mais, são centenas de milhões de dólares por obra. (Trecho: 43min 20s a 44min 31s, grifo nosso).*

Percebe-se no discurso ora analisado um posicionamento do sujeito, por meio das marcas textuais, bem como do mecanismo do dito e do não dito, pois Paulo Roberto Costa afirma que as empreiteiras de hoje são os mercadores da colonização, que “mandavam e desmandavam” no governo monárquico, liderado pelos portugueses. No governo de (Dilma Rousseff, entre 2010 até o seu segundo mandato 2015) por comparação as empreiteiras fazem as vezes de mandar e desmandar nesse governo, qualificado como progressista, concebido como “democracia”, governo de Dilma Rousseff, representado com destaque pelos partidos do trabalhadores (PT), e que no caso leva o interlocutor a deduzir que trata-se de um governo corrupto, haja vista, o Brasil assim o ser. Ainda, no não dito, tem-se a posição sujeito da Polícia

Federal que é quem interroga, quem busca descobrir a “verdade”, que deseja acabar com a corrupção, ou com partido de esquerda que está no poder.

Ao que se percebe, conforme Pêcheux (1997), aqui temos o sujeito “impactado pela/na língua, aquele que está assujeitado à ideologia, interpelado pela/história, desconectado do seu (in) consciente e que resultou na produção dos sentidos expostos evidenciando a posição social que ocupa. Para além da discussão da posição sujeito e da busca pelo poder, este vocábulo “Poder” remete a considerar o pensamento de Foucault (1996, p. 10) que nunca foi tão atual e emergente como agora, assim nos lembra o autor: “o discurso não é simplesmente aquilo que traduz as lutas ou os sistemas de dominação, mas aquilo por que, pelo que se luta, o poder do qual nós queremos apoderar”.

Assim, o trabalho de analisar os discursos encontra pertinência em questionar e não apenas aceitar cegamente as verdades construídas no discurso, aos quais direcionam a massa a seguir cega, bem como a se submeter a governos que almejam o poder. E para obter o resultado de cegueira e massificação na submissão de uma elite que almeja reaver o poder percebe-se na sequência discursiva trazida à criação do efeito de rarefação por comentário, este é um dos procedimentos internos do discurso conforme Foucault (1996, p. 21-22), há dois tipos de discursos e um deles que se faz presente no texto é o tipo de discurso “que estão na origem de certo número de atos novos de fala que os retomam, os transformam ou falam deles, ou seja, os discursos que, indefinidamente, para além de sua formulação, são ditos, permanecem ditos e estão ainda por dizer”.

De modo que, na película do início ao fim do filme a “história do Brasil” é formada e desenvolvida pelo fenômeno da corrupção e (re) configura e no filme. Essa narrativa é (re) construída, (re) estruturada, repetida e recebe uma (re) significação, qual seja a de que o Brasil é um país corrupto e que a culpa recaiu sobre o partido progressista PT, fato percebido no decorrer da investigação em que todas as descobertas recaíram em empresários envolvidos, doleiros e mais membros do partido dos trabalhadores. Tal fato é mostrado também nos esquemas repetitivos do delegado Júlio, em que traça uma linha estável dentre os culpados dos “crimes políticos” sendo ora, Petrobras, empreiteiras e Lula, e em outro momento, empreiteiras, doleiros e outros membros do partido do PT. Através do efeito de rarefação por comentário identificados na peça fílmica, segundo Foucault (1996) supõe, apesar da não certeza de que:

[...] não há sociedade onde não existam narrativas maiores que se contam, se repetem e se fazem variar; fórmulas, textos, conjuntos ritualizados de discursos que se narram, conforme circunstâncias bem determinadas; coisas ditas uma vez e que se conservam, porque nelas se imana haver algo como um segredo ou uma riqueza (FOUCAULT, 1996, p. 22).

Ao que se percebe na sequência discursiva trazida na fala de Paulo Roberto Costa é que essa retrata uma das narrativas que é massivamente repetida nos livros de histórias, por intelectuais de renome “a história de que os portugueses colonizaram o Brasil e trouxeram consigo a corrupção e desde então o país jamais teve a capacidade de acabar com algo que se tornou parte da identidade cultural do brasileiro”. De modo que se tem na evidencia a repetição, o dito conservado que nas palavras de Foucault é constituído de um “segredo ou de uma riqueza”. O efeito de rarefação por comentário possibilita a construção “indefinidamente” de novos discursos, “dizer pela primeira vez aquilo que, entretanto, já havia sido dito” e repetir incansavelmente aquilo que, no entanto, não havia jamais dito”. Nesse diapasão, o comentário possibilita dizer “algo além do texto mesmo, mas com a condição de que o texto mesmo seja dito e de certo modo realizado” (FOUCAULT, 1996, p. 25-26).

Verifica-se que na sequência discursiva é repetida a “história inicial de um Brasil corrupto, entretanto traz algo além do que é mostrado na película e que faz também parte da história do Brasil que é a escravatura e que é silenciada pelos delegados da PF, afinal não era de interesse aqui tratar desse fato histórico. Naquele momento da interrogação em que Paulo Roberto Costa tinha resolvido falar sobre tudo que sabia sobre o esquema de corrupção em troca do benefício da delação premiada, apenas interessava aos representantes da Lei, informações que pudessem subsidiar a continuidade das investigações. O testemunho de um dos envolvidos no esquema serviria de prova, algo que faltava para que a PF pudesse prosseguir com suas ações, de acordo com a Lei. Ainda, sobre esse tipo de efeito de rarefação, pode-se dizer que houve um ritual discursivo construído a fim de que se concretizasse e resgata-se da memória do telespectador a versão contada nos livros de história e nas mídias sociais. E tendo como ideia principal a de que se trata de um país corrupto desde sua origem com a colonização dos portugueses.

Por todo o exposto, sobre as principais formações discursivas identificadas na película, entende-se que o próprio filme representa uma outra formação, pois foi produzido em um cenário conflituoso, marcado por uma crise social e política em que é retratada na obra por meio do viés ideológico de direita em que se aponta para uma esquerda culpada da corrupção nacional. Desse modo, como bem aponta Foucault (2013) na análise das formações discursivas é exigido o ir além do que é explicitado nas imagens, e identificar o que está imerso em suas

intenções, pois essa obra cinematográfica não veio apenas para entreter, mas sim para subverter a ideologia daqueles que acreditavam num governo progressista inocente e passar a ter a certeza de eram os culpados pela corrupção do país.

#### **4.4 Trapaças discursivas manifestas no discurso de combate à corrupção**

É possível conhecer outra versão histórica sobre a “História do Brasil” trazida pelo Sociólogo Jessé Souza (2017), em sua obra “A Elite do Atraso – Da Escravidão a Lava Jato”, essa versão encontra-se na esteira do interdiscurso que dialoga em confronto com as ideias trazidas na película, pois a obra de Souza construída como resposta crítica ao clássico de Sérgio Buarque de Holanda, *Raízes do Brasil*, de (2006), bem como os autores Roberto DaMatta (1986), Gilberto Freyre (2003), Raimundo Faoro (2001) e outros intelectuais de renome que defendem a ideia plantada no imaginário social de que a história do Brasil é continuação de Portugal e a corrupção trazida pelos portugueses tornou-se o mal de todas as mazelas sociais. Em divergência a esse pensamento, Souza (2017) entende que esse engodo teórico foi criado para que não fosse dada atenção ao real problema social que é a origem histórica do Brasil com base no sistema escravocrata que, segundo o autor, persiste até os dias atuais por meio da divisão de classes. No que Jessé Souza (2017) aponta:

Este livro foi pensado para ser uma leitura historicamente informada da conjuntura recente brasileira. A crise brasileira atual é também e antes de tudo uma crise de ideias. Existem ideias velhas que nos legaram o tema da corrupção na política como nosso grande problema nacional. Isso é falso, embora, como em toda mentira e em toda fraude, tenha seu pequeno grão de verdade. Nossa corrupção real, a grande fraude que impossibilita o resgate do Brasil esquecido e humilhado, está em outro lugar e é construída por outras forças. São essas forças, tornadas invisíveis para melhor exercerem o poder real, que o livro pretende desvelar. Essa é a nossa elite do atraso (SOUZA, 2017, p. 7).

Então, percebe-se que o filme traz a mesma história contada há séculos, a fim reforçar o senso comum e de desviar a atenção do povo da desigualdade social, pois enquanto for negada a origem do sistema de escravatura, o sistema de divisão de classes não será entendido e será retroalimentado. Enquanto também o povo brasileiro estiver com olhos fitos na corrupção do poder público, estar-se-á envolto na cegueira quanto a verdadeira corrupção advinda do sistema privado, ou seja, do mercado. E enquanto, o brasileiro estiver a lutar por igualdade de direitos e deveres, estar-se-á com os olhos vedados para o que realmente deveriam ver e lutar, que é pelo fim dos privilégios.

Ao que se percebe, a película se transveste e perpetua uma falsa crítica voltada a combater a corrupção, que só foi descoberta por meio da operação Lava Jato e especificamente em um governo progressista conhecido como PT, liderado pelo ex-presidente Lula que governou o Brasil entre 1 de janeiro de 2003 a 1 de janeiro de 2011, e em continuidade pela presidente Dilma Rousseff que presidiu o Brasil entre 1 de janeiro de 2011 a 31 de agosto de 2016. Entretanto, o ritual de repetição seguido pelo filme de explicar a história do Brasil, conforme interpretação construída na verdade mascara as diferenças sociais, os conflitos, as lutas de classes, os privilégios, as exclusões e, dentre estes, o maior intento que é proliferar a manutenção do poder e dos privilégios nas mãos de poucos.

O filme pode ser entendido em consonância com as ideias de Souza (2017) mais uma mídia social de longo alcance que pelo efeito da repetição perpetua as falsas ideias de Buarque de Holanda (2006), Freyre (1986) e tantos outros de que o problema está na corrupção do poder público e não nas diferenças de níveis entre as classes sociais. E ainda, traz a ideia de que a solução apresentada pela mídia, pela elite e pela classe média de que devesse privatizar tudo, pois o mercado privado e internacional é honesto, está é a alternativa viável para se acabar com a corrupção e com os problemas sociais, ou seja, abrir e dar de forma voluntária um patrimônio social, cultural e econômico que nos custou muito caro com base na escravatura. Fato inquestionável e visível é que a película traz a repetição da história do Brasil com origem em Portugal e a corrupção como mal a ser combatido, e ainda, que está centrada no poder público e especificamente no governo do PT. As sequências discursivas a seguir comprovam como pode ser visualizado:

[...] é claro que a nossa história não começa aqui. A corrupção como a varíola e a tuberculose chegou ao Brasil com as primeiras Caravelas”; “Se roubava de tudo e de todos”; “E o culpado de tudo, a caneta, porque, desde que existe a caneta existe a corrupção”; (Narrador – Delegado Ivan).

“Vocês têm que entender que o Brasil começou corrupto”; (Paulo Roberto Costa).

[...] uma das coisas que fomentou a corrupção no Brasil ao longo do tempo foi que o poder público fingia que contratava uma obra[...]. (Lula).

Nessa sequência, tem-se o narrador descrevendo a origem do Brasil e o fenômeno da corrupção, logo em seguida o personagem Paulo Roberto Costa discutindo e falando da origem do Brasil e da corrupção e no interrogatório do ex-presidente Lula, também são repetidas as duas temáticas de que o Brasil é origem de Portugal e que somos um país corrupto, ambas foram o foco do início ao fim da narrativa fílmica. As (re) leituras, e os gestos de interpretação realizados até o presente momento conduziram à percepção de que o discurso construído na película é composto de falhas, irrupções, excessos e repetições, com a finalidade de construir o

pensamento do interlocutor, fazendo-o identificar-se, revoltar-se, indignar-se, estranhar-se no emaranhado de “verdades” construídas num processo de assujeitamento e interpelação ideológica, conforme Pêcheux (1997).

Como forma de expor um discurso contra argumentativo ou contraditório das ideias defendidas ideologicamente na película, ora ou outra surgem discursos questionadores. Trata-se aqui de mais um mecanismo discursivo em prol do convencimento do interlocutor. Esse aparece por meio do fragmento discursivo da jornalista Juliana, esta representa o lugar da mídia e questiona o ataque dos delegados da Polícia Federal ao Partido dos Trabalhadores, ao ex-presidente Lula e ao governo de Dilma Rousseff. Importa salientar que esse mesmo trecho fora discutido na seção anterior, mediante uma interpretação textual, com base na Semiótica e do uso da Ferramenta do Percurso Gerativo de Sentido, retirou-se os opostos semânticos da parcialidade e imparcialidade. Numa perspectiva da Análise do Discurso, veja-se o que o texto exige e fornece para outro gesto de interpretação após examinar o texto a seguir:

Jornalista Juliana Peres: *Delegado Ivan, por que vocês estão tentando destruir o PT?*

Delegado Ivan: *Como assim?*

Jornalista: *Essa investigação de vocês está há um mês do primeiro turno. Vocês não acham que é abuso de poder a PF tentar influenciar uma eleição?*

Delegado: *Olha Juliana, a gente não tá investigando um partido, a gente investiga o fato e não as pessoas.*

Jornalista: *E por coincidência isso tudo veio à tona durante o processo eleitoral? É isso que vocês estão dizendo?*

Jornalista: *Vocês não têm o direito de influenciar uma eleição!* (Trecho: 46min 14s, grifo nosso).

No funcionamento discursivo da linguagem, inicialmente, apresenta-se o sujeito jornalista interrogando o delegado Ivan, não apenas com objetivo de obter informações, mas numa construção discursiva que denota a revolta da profissional em saber o porquê de a Polícia Federal “tentar destruir” o PT, “influenciar nas eleições” e exercerem “abuso de poder”. As expressões entre aspas serviram de intensificadores, colocando a jornalista como representante da formação discursiva que se identifica por marcas textuais como sinais de sua formação ideológica como partidária da esquerda, defensora do Partido dos Trabalhadores, que está revoltada com as acusações realizadas contra o partido e tão próximo das eleições em que Dilma Rousseff, representante de Luiz Inácio Lula da Silva, seria reeleita.

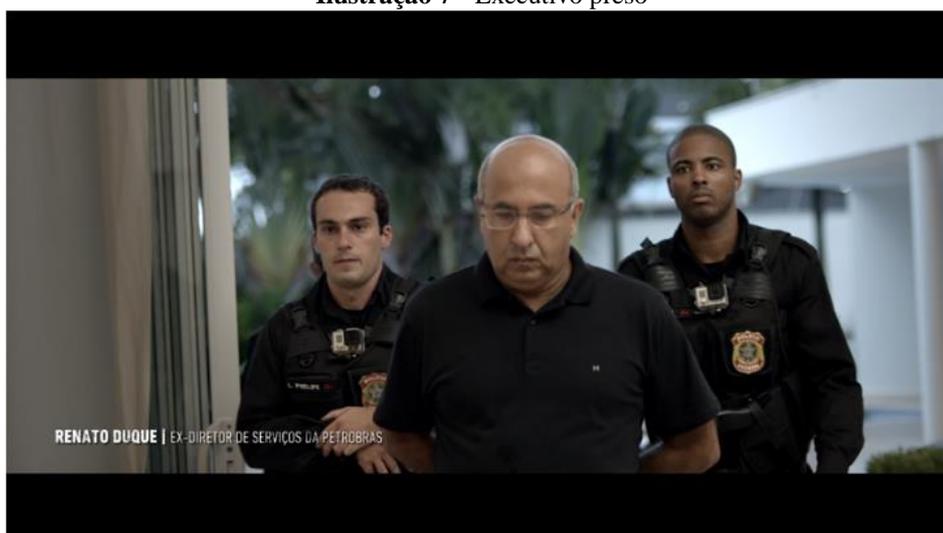
Do outro lado, evidencia-se também a imagem construída do sujeito Polícia Federal como não partidária da direita ou de esquerda, mas como aquela que apenas investiga os fatos, numa investigação não abusiva, apesar de realizar escutas telefônicas sem ordem judicial, em

uma investigação direcionada a buscar por fatos, e indicam como os maiores envolvidos políticos pertencentes ao Partido dos Trabalhadores (PT).

Nessa construção o telespectador é levado a acreditar na imagem fílmica de uma jornalista “doida e de esquerda” que por censura não poderia dizer o que disse, não era desejável e, menos ainda, aceitável ouvir que a PF estava a influenciar a eleição, estava a cometer abuso de poder. Evidencia-se o silenciamento por censura conforme Orlandi (1995), entende como aquele em que se encontram os movimentos de resistência, pois aqui o sujeito negou o que estava sendo repetido, o seu discurso silenciado estava contrário a repetição e a literalidade do que a polícia estava a dizer de que “só buscava a verdade dos fatos e que todos levavam a prisão de políticos do PT.

Numa continuidade de gestos de interpretação, a sequência a seguir evidencia a construção da imagem da Polícia Federal como é apresentada como âncora de significação:

**Ilustração 7 - Executivo preso**



Fonte: POLÍCIA FEDERAL: A LEI É PARA TODOS.

Delegado Ivan – Narrador: *Entramos nas maiores empreiteiras do Brasil. Pegamos todos de surpresa. Teve executivo do Rio preso em São Paulo e executivo de São Paulo preso no Rio. Teve executivo se escondendo, teve executivo fugindo da gente e até executivo que veio no próprio avião para se entregar. Entramos onde nunca ninguém havia entrado.* (Trecho: 48min 45s, grifo nosso).

O sujeito Polícia Federal é posicionado e apresentado neste fragmento de discurso como aquele constituído de poder, contudo percebe-se na opacidade da linguagem que o que é constituído de poder é a Lei, concebida como protagonista pelos próprios personagens da obra, acontece que a PF se configura como a própria Lei e com base no poder que esta possui

conseguem realizar o que nenhuma outra polícia teve a capacidade de desenvolver, ações como entrar, pegar e prender os executivos, vistos como pessoas constituídas de poder e que, pela primeira vez na história, temiam os efeitos do sujeito arquipotente “Lei”, tanto que os executivos agiram de modo inesperado “até vindo no próprio avião se entregar”. A imagem emprega os executores da justiça, aqueles que buscam prender os criminosos, que são constituídos da autoridade que a norma jurídica lhes confere, aplicar a punibilidade aos empresários destituídos de seu poder, porque assim a Lei lhes possibilita.

De um lado, um sujeito arquitetado como perfeito, sem falhas, justo, puro, imparcial, impessoal e do outro os sujeitos que representam a sua oposição como os empresários, os que cometem crimes do colarinho branco, falhos, ladrões que frustram as proibições legais e a maior e detentora de todo poder, a própria Lei. Assim, o sujeito Polícia Federal transvestida do poder da Lei tem sua conduta nas operações investigativas apresentadas com tanta perfeição, que seus opositores tentam acabar com o processo através da venda de dossiês como aparece na imagem e na sequência discursiva a seguir.

Verifica-se que, mais uma vez a Polícia Federal se transveste em Lei e em nome desta passa a executar as ações identificadas nos verbos entre aspas como “pegamos e entramos”, pois, nada seria possível sem a permissão legal materializada por meio de um mandado judicial. E o uso dos intensificadores “maiores empreiteiras”, “pegamos todos de surpresa” e “entramos onde nunca ninguém havia entrado” denotam o poder da Lei, porque esta possibilita a entrada em quaisquer ambientes, permite prender quaisquer pessoas, afinal foi destinada a todos e é por meio desta que toda a investigação e as ações da PF acontecem. Além disso, pelo movimento de paráfrase pode-se entender que a expressão “pegamos todos de surpresa” denota o fato de a Lei ser imprevisível, para todos, inclusive executivos, donos de empreiteiras e políticos do Partido dos Trabalhadores.

Entretanto, identificam-se alguns silenciamentos, como ainda era uma investigação, então não havia provas suficientes para prenderem “todos” e apesar de serem conduzidos à delegacia para interrogatório, acompanhados de seus respectivos e bons advogados, pois a condição financeira dos executivos de empreiteiras lhes permitia tal intento, em sua maioria conseguiam sair por meio do pedido de *habeas corpus* e pela insuficiência de provas. Tal fato aparece na película por meio da soltura de Paulo Roberto Costa que, ao sair, questiona sobre quem iria “limpar o seu nome”.

Esta expressão remete ao silenciamento constitutivo teorizado por Orlandi (1995) como “continuum absoluto, o real da significação, o real do discurso” a partir do qual na sequência discursiva analisada pode-se depreender que vários executivos e empresários importantes

tiveram suas imagens prejudicadas e, conseqüentemente, seus negócios sofreram o impacto, o que resultou num abalo na economia do Brasil, principalmente, na vida daqueles que perderam seus empregos em decorrência do fechamento das empresas investigadas. Além disso, por meio do silenciamento constitutivo do dizer, a película traz em suas estatísticas que na visão da PF representa o sucesso da operação, o fato de terem recuperado “58,7 bilhões de reais é o valor total envolvendo propinas, ressarcimentos, multas, patриаção e bloqueios de bens”, e convenientemente silencia na esteira do interdiscurso, como aquilo que está fora do texto fílmico, o custo da operação para os cofres públicos, que segundo as informações trazidas pelo economista Luiz Fernando de Paula, “entre 2015 e 2016, a Laja Jato (real) teria sido responsável por até 2,5 da retração do PIB, um impacto de R\$146 bilhões”.

Na continuação da sequência discursiva tem-se a imagem que, por meio de mais uma repetição, a película retratar a corrupção, mais uma vez no poder público e essa aconteceu entre os próprios agentes da Polícia Federal.

**Ilustração 8 - Venda de Dossiês**



Fonte: POLÍCIA FEDERAL: A LEI É PARA TODOS.

Delegado Ivan – Narrador: *Pela primeira vez víamos gente que se achava intocável **pagando pelo que fez**. [...] e é claro que não ia ficar barato! Nós descobrimos bem mais tarde que no dia seguinte da prisão dos empreiteiros, já tentavam acabar com a Lava Jato. Pessoas de dentro da PF, que trabalhavam conosco, conhecidos há anos prepararam e venderam dossiês inventando histórias para nos incriminar. A velha tática, se não tem como rebater as provas atacam a investigação.* (Trecho: 51min 24s, grifo nosso).

A imagem anterior conjuntamente a sequência discursiva ilustram um dos agentes da Polícia Federal entregando um pacote com dossiês sobre a operação Lava Jato. Tal imagem ancora-se na sequência discursiva em que incorporando o lugar mais uma vez da Lei, a PF se autoidentifica como aquela que penaliza, enquanto quem, na realidade, penaliza são os

dispositivos legais, além do que, evidencia-se que a “corrupção” estava presente até mesmo dentro da própria PF, pois aqui é enfatizado que esse “mal” não consegue ser combatido e aparece em tempo e local menos previsto possível, contudo, a investigação, o processo estava tão perfeito que tiveram que inventar histórias para incriminar os federais, de outro modo não teria como, pois, a operação foi conduzida com justeza.

Ainda, por meio da polissemia, pode-se entender que assim como a película ratifica na transparência da linguagem que “a Lei é para todos”, pela imagem trazida e pela variação de sentidos pode-se entender que “o dinheiro também é para todos”, no entanto, esse “todos”, não se entende por qualquer um, mas inclui somente aqueles que podem pagar, e esse pagar já inclui tudo aquilo que o dinheiro pode comprar, inclusive a justiça.

Há um deslizamento quanto a esse funcionamento sem falhas da operação Lava Jato, pois se fez presente o esquecimento de que em vários momentos houve a dificuldade de encontrar provas, as escutas telefônicas realizadas sem autorização do juiz, ou quaisquer permissões legais, troca de informações sigilosas, vazamento de informações para imprensa. Contudo, a história continua a ser arquitetada de forma linear e sem desajustes, na qual a PF, como executora da justiça, imbuída do poder legal, por meio de sua ação moral e sem deficiência cumpria o seu papel social e lutava para que houvesse também justiça social.

O excerto discursivo a seguir serve de evidência de que a PF não estava só a cumprir a Lei, mas estava em se fazer enquanto Lei, e lutava contra a corrupção em prol da sociedade e enviava um recado para a população e aqueles que ousassem descumprir a norma. Surge nova narrativa do delegado Ivan:

*Documentos, SMS, extratos, nomes das empresas de fachadas, número das contas, tudo que a gente precisava para chegar ao príncipe. **O nome da operação era um recado claro de que a lei vale para todos.** (Trecho: 53min 40s, grifo nosso).*

O percurso discursivo percorrido, até então, tinha evidenciado, por meio da expressão “a Lei é para todos” que, através da polissemia, o pronome indefinido “todos” pode ser compreendido por substituição como “povo”, ou “todos pertencentes a partidos progressistas”, ou ainda, “todos pertencentes ao Partido dos Trabalhadores”, e podem ainda ser “todos aqueles que se declaram como de esquerda e lutam pelo fim dos privilégios e contra o poder”. Contudo, na evidência da linguagem, o sentido posto é que a Lei pode atingir a qualquer indivíduo, inclusive os donos das empresas, empreiteiras e ao ex-presidente que segundo a investigação encontravam envolvidos no esquema de corrupção.

No que tange ao Direito e à Justiça, Lagazzi (1987, p. 29) aponta que o Direito e a Justiça se fundamentam na premissa de que “Todos os homens são iguais perante a lei” e esse pensamento direciona a todos a acreditarem na imparcialidade do poder jurídico, nas decisões e, inclusive, no fim dos privilégios, já que “todos têm os mesmos direitos e deveres”. Contudo, para Lagazzi isso não passa de um “engodo teórico” já que os homens são marcados por suas diferenças no modo de produção e essas não foram desfeitas em nenhum outro campo. De modo que:

A formação ideológica jurídica nos leva, no entanto, a acreditar na viabilidade da justiça jurídica e, mais que isso, a reivindicar os mesmos direitos (deveres) para todos, sem nos deixar perceber que ocorre aí uma inversão: ao lutarmos por direitos e deveres iguais, não estamos lutando pelo fim dos privilégios de uns em detrimento de outros, mas por uma igualdade que nos conduz, através do não conhecimento das singularidades do sujeito [...] podendo, a qualquer momento, cair no anonimato de “não importa quem” [...]. (LAGAZZI, 1987, p. 29)

Pode-se depreender que lutar contra a “univocidade da lei” é necessário, pois esta é a responsável por legitimar o poder e reprimir os sujeitos por meio da ocultação de suas peculiaridades em direitos e deveres. Ademais, conforme Lagazzi (1987, p. 34), o que na verdade há é um sujeito fantasmagórico que acredita ser o centro da decisão, mas que “camufla a força coercitiva do senso comum e sustenta as relações de poder entre as pessoas”. Nessa tessitura de sentidos possíveis percebe-se outro deslize, pois configurou-se uma parceria nunca antes vista entre a Polícia Federal, o Ministério Público e o juiz arquitetando como atingirem a um certo “rei”, não bastava uma condução coercitiva, teria que ser algo com maior peso legal, caso contrário não derrubaria o “rei”.

*[...] eles, Ítalo, é eles! A gente tá botando tudo a prêmio por conta de uma coercitiva. Já falei, mais um mês e a gente tem material suficiente para uma denúncia, se é para atirar no rei, tem que derrubar o rei.* (Trecho: 01h11min45s, grifo nosso).

Na sequência, o “rei” transfigura-se na figura do ex-presidente Lula e aparece sendo conduzido coercitivamente ao interrogatório. A seguir lê-se parte do depoimento de Lula no filme, interpretado por Ary Fontoura:

*[...] uma das coisas que fomentou a corrupção no Brasil ao longo do tempo foi que o poder público fingia que contratava uma obra, fingia que pagava, quem ia fazer a obra também fingia que fazia e voltava tudo como era antes. Agora antes de eu entrar na presidência o servidor público fingia que trabalhava, o governo fingia que pagava e o Brasil se fudia, desculpa essa palavra horrível aí, aí nós resolvemos moralizar tudo isso!* (Trecho: 01h 29min 04s, grifo nosso).

A produção enunciativa do personagem ex-presidente Lula enfatiza a historicidade da corrupção no Brasil, mal esse que nunca deixou de existir, entre mudanças de governos, o que mudava era a configuração dos esquemas, contudo nunca deixou de se presentificar. O que leva ao questionamento do porquê apenas em tempos em que mais uma vez o partido progressista tinha acabado de ganhar as eleições de forma democrática, o fenômeno da corrupção é tematizado com tanta expressividade pela mídia, inclusive a mídia fílmica e direcionam a esse partido toda a conta da corrupção e em toda medida possível apaga a corrupção existente nos outros governos, essencialmente aqueles classificados como de direita, porque para estes a lei não se realizou com todo o seu poder de justiça? E é nesse trilhar que a formação discursiva anuncia a formação ideológica da qual a PF enquanto Lei se identifica.

Outra reflexão trazida é a leitura/interpretação do personagem de Lula na obra que é articulado pelo funcionamento da linguagem não como a figura política, simpática que o povo brasileiro conhece e foi conquistado por sua qualidade carismática, mas como um político ranzinza, mal-educado, soberbo, arrogante e que ameaçou os policiais federais, em nada contribuindo com suas respostas invasivas e que não sabia de nada. O que se torna evidente pelo trecho discursivo “Quando eu voltar a ser presidente vou me lembrar de cada um de vocês!” (Trecho: 01h 32min, grifo nosso). Ao que se percebe é que houve um apagamento do “Lula” reconhecido como o presidente mais carismático que o país teve, com índice de popularidade<sup>36</sup> elevado em torno de 80% (oitenta por cento) como apontam as pesquisas apresentadas pelos sites do G1, Veja e site Terra.

Essa mesma sequência foi analisada na seção destinada à interpretação Semiótica, do qual pôde se retirar a configuração dos opostos semânticos, bem como a manipulação de Lula por intimidação. Já quanto a interpretação construída com base na Análise do Discurso, pode se perceber que houve uma transmutação da imagem de Lula construída na película e que não corresponde a que é apresentada nas diversas mídias depois de tantos anos, realidade esta que se torna notória por qualquer cidadão comum, até aqueles que não comungam das ideias de Lula questionariam se haveria ele mudado a personalidade. A sequência discursiva a ser analisada também serve de âncora para a trama desta peça:

---

<sup>36</sup> Pesquisa Ibope encomendada pela Confederação Nacional da Indústria (CNI) e divulgada nesta quinta-feira (16) mostra que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva chega ao último mês do mandato com recorde de aprovação e popularidade de 87%. Disponível em: <http://g1.globo.com/politica/noticia/2010/12/popularidade-de-lula-bate-recorde-e-chega-87-diz-ibope.html>. Acesso em: 19 mar. 2021.

Ítalo: *Você sabe que a gente fez a coisa certa não é Ivan? A gente agiu exatamente como agiria com qualquer um, talvez até com um pouco mais de cautela.*

Ivan: *Ó Ítalo, sabe aquela história do jabuti que você e o Pedro Henrique viviam me falando? E se a gente for o jabuti?*

Ítalo: *Tá maluco Ivan! **Ninguém colocou a gente aqui não, a gente é concursado.** A gente começou investigando um bando de doleiros, ninguém imaginava que iria dar nisso.*

Ivan: *Tá, tudo bem, tudo bem! Agora esse pessoal sai e entra quem hein? Com que interesses? Com que poder de negociação? Ítalo! Vai mudar alguma coisa? Escuta, a gente tá ajudando quem?*

Ítalo: *Eu quero acreditar que a gente tá ajudando o Brasil! Olha Ivan, eu sei que você está preocupado com as consequências, mas a gente não pode agir pensando em quem vai ajudar ou em quem vai atrapalhar. O único jeito de não ser político é não sendo político. Esse é o jeito antigo, o sistema podre, o jogo que sempre foi. Se a gente entrar nessa, a gente perde. Você sabe que a gente segue os fatos, não é? Se os fatos levarem até alguém de algum partido político nós vamos investigar. Se amanhã ter alguém de outro partido a gente vai investigar também, até não ter mais ninguém para aprender.*

Ivan: *Ítalo! Que prender, Ítalo, que prender? **O sistema sempre ganha Ítalo, a caneta sempre ganha!** A gente bateu de frente. Sabe o que aconteceu? Acabou... A gente bateu de frente, acabou [...] (Trecho: 01h33min23s a 01h35min13s, grifos nossos).*

Nesse trilhar discursivo entre o delegado Ivan e o procurador Ítalo, há a construção de um diálogo evidentemente moral e questões levantadas em meio a um conflito interno que o delegado enfrenta, questionando se o que de fato estavam fazendo era a coisa certa, se mudaria alguma coisa, pois o poder sempre estaria nas mãos de quem governava o país, e que o sistema do poder sempre ganha, não há possibilidade de ser honesto, de buscar justiça, de fazer cumprir a Lei num sistema dominado pela corrupção. Outro recorte discursivo que serve de ancoragem para a descrição supracitada é a do delegado Ivan como narrador:

*O juiz **liberou** os áudios. Teve gente que criticou, mas o povo ficou sabendo o que se passava. **Lula não virou Ministro** e a Lava Jato não acabou. Quando me perguntam se estamos mudando o Brasil, eu digo que não. Nossa função não é transformar a sociedade. Nossa função é **fazer cumprir a Lei.** Quem vai mudar o Brasil não é a lava jato, são as milhões de pessoas indo as ruas, votando e decidindo em qual rumo vão levar o país. E quando me perguntam onde tudo isso vai acabar? Bem, quem falou em acabar? Nosso trabalho tá só começando [...] (Trecho: 01h39min15s a 01h40min58s, grifo nosso).*

Em mais esse fragmento discursivo percebe-se mais uma seleção de palavras e a exposição do juiz como figura pura, executor da justiça e que se baseia na operação “Mãos Limpas<sup>37</sup>” para tomar todas as suas decisões relacionadas a investigação Lava Jato fílmica.

---

<sup>37</sup> A Operação Mãos Limpas (em italiano: Mani pulite), inicialmente chamada Caso Tangentopoli (em português, 'cidade do suborno' ou 'cidade da propina', termo cunhado por Piero Colaprico, cronista do jornal la Repubblica, referindo-se à cidade de Milão), foi uma investigação judicial de grande envergadura realizada na Itália. A operação teve início em Milão e visava esclarecer casos de corrupção durante a década de 1990 (no período de 1992 a 1996) na sequência do escândalo do Banco Ambrosiano, revelado em 1982, que implicava a Máfia, o Banco do Vaticano e a loja maçônica P2. A Operação Mãos Limpas, coordenada pelo Procurador da República Antônio, levou ao fim da chamada Primeira República Italiana (1948 – 1994) e a profundas mudanças no quadro partidário, com o desaparecimento de vários partidos políticos. Muitos políticos e industriais cometeram suicídio quando os seus crimes foram descobertos, enquanto outros se tornaram foragidos, dentro e

Através do mecanismo de paráfrase é apresentado que o juiz “liberou” os áudios ao invés de “vazou”, apesar da conduta ser ilegal e imparcial, esta é apresentada como positiva, algo que o povo brasileiro merecia saber a fim de serem convencidos do que foi a “operação Lava Jato” e de quem teria o poder de mudar a realidade de um país corrupto.

Ao final da trama é trazida à imagem do procurador Deltan Dallagnol, responsável pela investigação, ele diz que: “A **corrupção é uma assassina**, sorrateira, invisível e de massa. Ela é uma **serial killer** que se **disfarça de buracos em estradas, em faltas de medicamento, de crimes de ruas e de pobreza [...]**”. (Trecho: 01h46min13s, grifos nossos). Verifica-se que na figura do procurador uma representação de um verdadeiro defensor da sociedade, indignado com a corrupção que mata, engana, consegue ser invisível e atingir a maior parte da sociedade. Percebe-se que por meio do detalhamento e sentimento de revolta com que Deltan Dallagnol exhibe seus sentimentos cria-se um efeito de reciprocidade com o cidadão por passarem pelos problemas sociais apresentados e chamar a atenção ao expor o mal da corrupção como responsável pelos problemas sociais.

Segundo Souza (2017, p. 13), para que o poder seja social e real este precisa ser legitimado, pois ninguém obedece sem motivação. Hodiernamente, um dos responsáveis pela legitimação do poder social e o segredo da manutenção dos privilégios são os intelectuais da elite. Nessa lógica, para o autor, o procurador da Lava Jato é o intelectual da operação, aquele que inculca no imaginário social a falsa premissa constituída de suas meias verdades defendidas por Sérgio Buarque de Holanda (2006) e Raymundo Faoro (2001) de que a corrupção sempre foi o “mal dos séculos”. Enquanto na verdade o que se realizou por meio dos discursos repetitivos é a origem do sistema escravocrata que busca sua perpetuação conjuntamente a permanência dos privilégios da classe dominante.

Portanto, a película mostra-se como um nó dentro de uma rede de sentidos, estes atravessados pelo desconforto trazido as elites a partir do momento em que a esquerda estava no poder, de modo que, essa divergência de interesses é trazida e tematizada através da rarefação que destinou à corrupção como legado do partido progressista. Em outras palavras, o filme é uma continuidade do que a própria Operação Lava Jato representou, sendo nas palavras de Souza (2017, p. 60) “o verdadeiro objetivo das classes médias, que era interromper o projeto

de ascensão social dessas classes para que continuem sendo – exatamente como os escravos do passado – odiadas, superexploradas e desprezadas”.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

*A repetição como eterna ausência de algum presente verdadeiro. (Jacques Derrida)*

O trajeto palmilhado na teoria do Percurso Gerativo de Sentido, da Semiótica, e dos dispositivos teóricos da Análise do Discurso, tendo como objeto comum o filme “Polícia Federal: a Lei é para todos” demonstra tanto a possibilidade de entrelaçamento de ambas, como também uma parceria produtiva na compreensão do funcionamento discursivo e de sentidos que podem ser refletidos em detrimento de uma investigação meticulosa das forças que permeiam o discurso.

No decorrer desta investigação foram trazidas, conforme Cervo, Bervian e Silva (2007) “uma síntese dos elementos constantes no texto”, bem como uma possível resposta às diversas questões relevantes e emergentes, tanto para o campo da Semiótica como para Análise do Discurso, e, sobretudo para os estudos da linguagem em geral. Expecta-se, com algumas reflexões e ressalvas, ter lançado luz sobre aspectos significativos da sociedade brasileira contemporânea, ainda que outras, próximas a essas possam continuar menos claras, permanecendo, dessa maneira, como efeitos de sentidos esperados a serem investigados.

Tratam-se de contribuições que podem enriquecer a compreensão dos sentidos internos e externos da tessitura textual e do discurso que fazem parte de “realidades” sociais camufladas, ocultas e visibilizadas com intento de manipular a sociedade, acrescida de uma finalidade maior que é a manutenção do poder. Assim, vislumbra-se que não só há espaço para a atuação da Semiótica e a ferramenta do Percurso Gerativo de Sentido, a fim de extrair os sentidos que constituem o tecido textual, como também, há campo para empregar a Análise do Discurso que, por meio dos seus dispositivos teóricos, como, as condições de produção, formação discursiva, interdiscurso, memória, silenciamentos e outros contribuem para um alargamento dos possíveis sentidos identificados na interpretação do qual se constitui o discurso.

Dito isso, depreende-se que a pesquisa se torna muito mais profícua, especificamente no que tange as possibilidades de sentidos do texto e do discurso quando empregados o ferramental da Semiótica e da Análise do Discurso. Admite-se que em ambas há tanto a possibilidade de um diálogo como uma diversificação de aportes teórico-metodológicos que convergem para extrapolação dos sentidos. Nessa lógica, Semiótica e Análise do Discurso nos direciona para o caminho da observação, da análise e da crítica, desaguando em certas constatações vislumbradas há tempos, e impossíveis de serem refutadas.

Em termos metodológicos, no que tange ao entrelaçamento entre a Semiótica e a Análise do Discurso, ressalta-se que nas análises que uma mesma base material significativa aporta gestos de leitura e interpretação, uma alternativa de acréscimo consubstanciada na maneira como a Semiótica e a Análise do Discurso, conduz o percurso interpretativo e dos quais podem ser ancorados os equívocos, os deslizos, as contradições e oposições que podem ser identificados na película. A primeira leitura/interpretação, da Semiótica, voltou-se para os sentidos internos ao texto fílmico e a segunda para uma leitura/descrição/interpretação dos operadores discursivos internos e externos. Assim, acredita-se que uma das contribuições teóricas deste estudo foi trazer a possibilidade de intelecção textual que traz em seu bojo a polaridade de sentidos encontradas no paradoxo lógico-linguístico, além de tratar da historicidade que é intrínseca a linguagem, bem como tratar da ideologia e do social que também são inerentes a linguagem.

O filme “Polícia Federal: a Lei é para todos” mostra em sua singularidade cinematográfica, o modo de significar de um texto audiovisual como materialidade simbólica do mundo contemporâneo, lugar de funcionamento da ideologia e de posições de sujeito, uma prática significativa em sua inscrição social e política, como lugar de confronto e de sentidos.

Dentre algumas contribuições teóricas desta pesquisa e que responde a um dos questionamentos constantes foi o de demonstrar, conforme Braga e Costa (2014), que apesar da obra ser classificada como uma ficção/drama esta sofreu o fenômeno da hibridização, adotado pelos cineastas nas produções atuais, pois verificou-se que é constituída tanto de características de ficção, como das qualificações de um documentário, contando com indícios da realidade, mas também com construções imaginárias do diretor, como a figurativização dos personagens, a mistura de nomes reais com nomes ficcionais, o relato de personagens verdadeiros, bem como a aproximação da câmera com objetivo de dar maior enfoque em determinadas personagens, esta última qualidade é própria do documentário, de modo que pode ser concebida como um centro de ilusão e de fantasmagoria por meio de rearranjos discursivos que misturam construções ideológicas com vislumbres de realidade. Além disso, o fato de o cineasta ter adotado a nova tendência de produção cinematográfica híbrida teve a intenção não somente de prender a atenção do público como também assegurar a credibilidade das informações trazidas, e persuadir a fim de convencer da verdade pregada, dito de outra forma visou-se manipular o público de modo incessante e sem qualquer garantia da veracidade das informações propagadas por meio das imagens e das argumentações articuladas. Ademais, constatou-se pela construção da peça fílmica que até mesmo o que está ausente como a origem do Brasil é presentificado, tanto pela representação artística como pela (re) apresentação de

fatos midiáticos, ou seja, averiguou-se uma re(construção) do dizer do que já foi (re)construído e nesse movimento verificou-se a presença da polissemia, dito de outra forma, as diversas possibilidades de significação.

Ressalta-se que o PGS composta pelos níveis fundamental ou profundo, narrativo e discursivo foi adotado como referencial teórico/metodológico e analítico e por meio deste alcançaram-se alguns sentidos e a organicidade textual. E dentro dos resultados pudemos identificar a película como um texto sincrético pela sua constituição do plano de conteúdo e um plano de expressão por meio de uma articulação entre o verbal e o visual correspondentes a uma única enunciação que construiu um “todo de sentido”. Apesar das análises terem se detido a investigação do plano de conteúdo e não ter se aprofundado no plano de expressão, as imagens serviram de base e foram relevantes para a construção das interpretações discursivas.

A aplicação do nível fundamental do PGS contribuiu na construção teórica na medida em que por meio desta tornou-se possível a identificação das oposições semânticas que representam os contrastes de significação de valores evidenciados na performance narrativa e que foram os pilares para a construção do sentido, além de atender ao primeiro objetivo específico no que tange a interpretação das relações opostas da obra evidenciadas por meio de mais uma categoria semântica nas cenas selecionadas, quais sejam, honestidade *versus* desonestidade, punibilidade *versus* impunibilidade, parcialidade *versus* imparcialidade, bem como a justiça *versus* injustiça. Tomando-se por base essas oposições, pode-se construir seis quadrados semióticos que elucidam de maneira didática as relações de contrariedade, contradição e complementariedade e essas conexões foram percebidas através dos acontecimentos narrativizados na película como a descrição histórica da origem do Brasil e os diversos esquemas de corrupção construída e repetida como uma qualidade intrínseca do brasileiro.

Ainda no nível fundamental, constatou-se por meio das oposições semânticas a dissimulação da principal polarização que é a punibilidade *versus* impunibilidade, haja vista essa ter dialogado com o título da obra e com os sentidos que foram de encontro com o que é dito no texto, além de ter sido narrativizada durante todo percurso da peça fílmica. Nessa lógica, constatou-se que houve uma falha na afirmação trazida no título da obra no tocante ao sintagma “a Lei é para todos”, pois o verificado é que a Lei tinha a sua aplicação realizada de forma seletiva e parcial, pois dependia, do tipo de crime, da pessoa que o cometeu e das circunstâncias que o envolviam, o que resultou numa aplicação da Lei fragmentada e direcionada conforme a conveniência de seus executores.

Ainda, com base nos contrastes semânticos do nível fundamental, a obra “Polícia Federal: a Lei é para todos” configurou-se como um texto disfórico diante da existência/permanência tanto da desonestidade quanto da impunibilidade presente em todo percurso histórico e social segundo informações descritas e interpretadas na película e tais constatações puderam ser ratificadas por meio da construção dos quadrados semiótico número um, dois, três, quatro, cinco e seis.

Ademais, a narrativa fílmica foi classificada como complexa por ser constituída de uma série de enunciados de fazer e de estado que foram configuradas numa organização hierárquica, e com base nos programas narrativos identificou-se as fases de manipulação, competência, performance e sanção. De modo que os sujeitos da PF realizaram muitas performances tanto positivas como negativas e ao final da análise o resultado ou a sanção destinada a PF pode ser entendida sob a ótica positiva que ação consegue passar de o estado não conseguir prender os apontados como criminosos e passar ao acontecimento da prisão. E sob a ótica da sanção negativa tem-se que a performance de destinar a Lei para todos não se concretiza por enfrentar o fazer do ser humano através da Lei, dos benefícios legais, dos privilégios, das lacunas e do sistema burocrático.

Quanto em nível discursivo e como contribuição teórica da pesquisa destacou-se a diferença entre esse nível e o sentido do discurso apontado na Análise do Discurso, pois a significação da primeira encontra-se no texto, no lugar em que se tem a manifestação do sujeito da enunciação e onde são extraídas as relações entre o texto e o contexto histórico-social de sua produção.

Também conta como contribuição teórica a aplicação do nível discursivo, assim, enfatizou-se nas escolhas de pessoa, espaço, tempos e figuras que constituíram os efeitos de sentidos expostos a fim de ratificarem no filme certa credibilidade a todas as informações apresentadas, e além da seleção de todos os recursos figurativos apontou-se para as temáticas centrais que foram narrativizadas como a corrupção através da isotopia metafórica ou metonímica, identificada na obra como por continuidade de conteúdo. Além destas temáticas tem-se a burocracia legal de toda investigação policial, a origem do país que se volta para o sentimento de patriotismo, os valores culturais cultivados pelas condutas desonestas, o superfaturamento das obras ou serviços do governo, a punição como seletiva e as decisões judiciais como parciais, e a cultura da classe privilegiada.

Uma das maiores contribuições teóricas que pode ser constatada é a limitação para desenvolver a interpretação das informações que podem ser resgatadas fora do texto e que impactam na constituição dos sentidos que a Semiótica enfrenta em detrimento do seu objeto

de estudo se voltar para as análises internas, fato que traz a possibilidade de se trabalhar de forma interdisciplinar por meio do uso das ferramentas de leitura/interpretação da Semiótica conjuntamente como os dispositivos teóricos da Análise do Discurso o que resultou numa visão sistêmica que abarcou os sentidos internos e externos da materialidade fílmica.

Em síntese, o uso das teorias (Semiótica e Análise do Discurso) justificou-se pela primeira voltar-se para interpretação interna e observar o texto fechado em si mesmo e a segunda consubstanciada na leitura e interpretação desta como âncora e complemento, pôde extrapolar os sentidos e sob ângulos distintos acrescentar as interpretações ao trazer para análise a observação das condições de produção do mundo real, e a partir da bifurcação imaginário/real as teorias se interseccionaram e desvelaram os efeitos de sentido do que está posto no campo da transparência, por meio das manifestações linguísticas e na sua opacidade das quais se revelaram outras possibilidades de sentidos, sejam estes complementares ou diversos.

Trazendo as contribuições teóricas/reflexivas da Análise do Discurso e cumprindo com a resposta da pergunta norteadora do presente estudo, ainda considerando conforme Orlandi (2001) “não há senão versões” é que na opacidade da linguagem identificou-se “no espaço de memória em que o sujeito se diz, narrando (se)” que a Lei enquanto protagonista da película “amarrada a um gesto de interpretação que na sua individuação” identificou-se figurativizada como Polícia Federal, a Lei atuou por meio de suas ações de (instaurar uma investigação, realizar escutas telefônicas, exercer mandado de busca/apreensão, interrogar e outras ações que tornaram possíveis as ações dos representantes do poder. A Lei transfigurou-se na figura do juiz que expedia as autorizações, os mandados, também na figura de promotores e procuradores que tiveram suas ações determinadas pelo sujeito com maior poder, qualificado e concebido como a própria Lei.

As marcas linguísticas dos verbos “pegamos e entramos”; “pegamos todos de surpresa”; “entramos onde nunca ninguém havia entrado” denotam o poder da protagonista Lei em contra-ataque à sua antagonista corrupção, pois enfatiza o poder inerente à Lei, esta representou o poder maior que direcionou e comandou toda a ação fílmica dos representantes do sistema de Direito. Ademais, como exposto no referencial teórico, nas considerações de Lagazzi (1987) e discutido nas descrições da Lei que reconhecida como entidade metafísica, transvestida dos personagens representantes do Direito e da Justiça tem o seu percurso histórico denotado através de um sistema jurídico que sempre cumpriu com o papel de enfatizar a simbologia das relações de poder a partir do que foi mostrado pôde ser depreendido que os mecanismos de dominação acontecem conforme os interesses da classe dominante a fim de conservar o *status quo*.

As possibilidades de sentidos da Lei, enquanto protagonista manifestou-se pelas identificações das rupturas, das divergências, dos equívocos, das insubmissões e dos deslocamentos, pois ora atuou como investigadora, como inquiridora, como julgadora e como executora da justiça, tantos papéis exercidos por meio da opacidade da linguagem e manifestados, através de seus representantes legais (juiz, promotores, advogados e procuradores). Essas relações de sentidos discutidas ao logo do estudo dizem respeito ao social, as relações de conflito que não se apaziguaram, não tiveram um consenso textualizado nas composições simbólicas das contradições sociais em que a Lei, ora se diz como defensora da sociedade, e em outro momento atua como protetora das elites, com os seus benefícios jurídicos da “delação premiada” que é empregado em crimes complexos e não tradicionais.

Discutir o político no social na constitutividade do discurso neste trabalho, significou enfatizar os pontos de tensão e da contradição, de modo que discursos externos precisaram ser relacionados com os internos, para assim extrair sentidos em diferentes percursos discursivos e ainda se abrir para uma impossibilidade de síntese, pois a presença da equivocidade, das falhas, da ruptura, da não linearidade marca os modos de deslocamento, de resistência em relação aos sentidos dominantes e postos na transparência da linguagem.

Conforme Lagazzi (1987) “os rituais são falhos, não há identificação bem-sucedida e os processos simbólicos não se saturam. Os furos no social irrompem” e assim, como uma das muitas contribuições desta pesquisa na esteira dos dispositivos teóricos da Análise do Discurso, através dos conceitos das condições de produção, formação discursiva, interdiscurso, memória, acontecimento e silenciamentos é trazido na opacidade da linguagem que o principal não são os peões do tabuleiro de xadrez, mas sim a rainha e configurou-se, enquanto Lei, podendo atuar nos outros papéis quando bem entendesse e desejasse, muitas vezes desfaçada de crítica social, justiça social, mostrada como imparcial, acima de tudo e de todos e outras vezes o seu papel foi colocado como mero objeto de desejo, ou como dizia Foucault como “vontade de verdade” que realizava ao final o seu maior intento de manutenção do poder.

Os deslizos dos significantes na história como a repetição desenfreada da origem do Brasil dos portugueses e do fenômeno da corrupção qualificada como exclusiva do poder público constituíram os sujeitos de forma fantasmagórica, apagando das nossas origens o sistema escravocrata como bem exposto por Jessé Souza (2017). Nessa lógica, criou-se a partir da transparência da linguagem a expectativa de que “a Lei é para todos” e de que a mudança é possível pelo sufrágio universal correto, contudo frustra-se em se desvencilhar e na opacidade da linguagem se defrontar com a realidade de que “a Lei não é para todos”, mas tão somente para o povo e de que o voto não vai mudar a conjuntura política de corrupção na qual o Brasil

se encontra, porque o maior problema social não é apenas a corrupção que serve de camuflagem crítica para a real mazela social, e sim a manutenção do sistema escravocrata.

Como uma ficção construída sob as ideologias do sistema político de direita, usada para manipular o cidadão comum e até mesmo aqueles com um certo grau de intelectualidade a fim de fazerem acreditar nos julgamentos e posicionamentos ideológicos das instituições, sobretudo jurídicas através de seus representantes como o delegado, o juiz, os procuradores e os promotores sujeitos que ratificam os ideais da classe dominante, mas que mascaram-se sob falsas críticas e defesas dos interesses sociais, e ainda, ocultam o desejo de proliferação do poder nas mãos da elite. Os sentidos apresentaram-se como polissêmicos, e nos convocaram para a desconstrução de sua evidência, para fazer visíveis diferentes modos de deslocamento e de resistência na equivocidade da linguagem. Os sentidos da universalidade do humano significam as relações sociais em sua particularidade, expondo a incompletude constitutiva de todo e qualquer discurso.

No que tange aos pontos em que se assemelham pode-se identificar que sob as bases teóricas da Semiótica foi construída uma interpretação verticalizada e voltada para os sentidos internos ao texto fílmico, o que possibilitou identificar o fato da Lei não ser para todos, e menos ainda aplicada de forma isonômica, o que ficou esclarecido com a soltura de Paulo Roberto Costa e a manutenção da prisão de todos os demais acusados do esquema de corrupção. Nesse mesmo sentido os pressupostos teóricos da Análise do Discurso, mais especificamente na esteira do interdiscurso, por meio da exterioridade textual tornou-se possível analisar os crimes de colarinho branco, e o sistema de privilégios a partir dos quais a Lei é flexibilizada e as penalidades são amenizadas e muitas vezes nem aplicadas, o que descontrói na opacidade da linguagem a ideia de que a Lei se faz para todos, além do mais, pela criação do efeito parafrásticos o que se desvela é que as punições legais estão voltadas para o povo e não para todos.

Outro ponto de semelhança entre a aplicação das duas teorias é a simbologia do rato que foi narrativizado na história e recebeu destaque por meio das imagens em preto e branco, e desta figura pôde se interpretar num primeiro momento na transparência da linguagem um símbolo de significação negativa, ligada ao senso de “avareza, ganância, roubo, impureza, desonestidade”, enquanto na interpretação da AD, apesar de apresentar sentidos semelhantes, estes se fundamentaram em estudos históricos e psicanalíticos como “atividade ilegal, constituída de conotação fálica com ligação com riqueza e dinheiro”.

Diferente da Semiótica, apesar de ter a impossibilidade de fracionar os sentidos conforme os níveis do Percorso Gerativo de Sentido e trazer uma interpretação profunda do

interior do texto, aquela garante conexões com discursos que estão no campo externo ao texto, permitiu a fuga dos sentidos intrínsecos a peça fílmica e o acesso a discursos que estavam no campo externo ao texto como, desvelar que a origem do Brasil na realidade é construída sob uma falsa crítica de funcionamento das mazelas sociais ser culpa da corrupção e trazer a lume outro aspecto que foi o sistema escravocrata apresentado por Jessé Souza, mas que foi apagado da história, não só do filme mas dos livros históricos também, sendo a película apenas uma extensão desse apagamento; verificou-se no campo do real os discursos difundidos a fim de manipular o telespectador, pois a partir das condições de produção, sendo uma delas o lançamento do filme no dia sete de setembro, teve a intenção de manipular e despertar no brasileiro o seu sentimento de identificação patriótica.

Além disso, pode-se trazer a historicidade da sequência discursiva “a Lei é para todos” na esteira do interdiscurso como outras como a que remonta a revolução francesa “Liberté, Egalité, Fraternité”; outra construção discursiva como a Declaração dos Direitos Humanos e outras como apresentado no decorrer da pesquisa, estes representam significações e sentidos que estão além da transparência da linguagem fílmica, mas que puderam ser acessados com os dispositivos teóricos da Análise do Discurso. No batimento segundo Orlandi de descrição/interpretação identificou-se a película como um acontecimento que se narra, enquanto acontecimento, contudo, realizou alguns recortes o que a identificou como constituídas ideologicamente e demarcadas por várias formações discursivas.

No percurso trilhado teve-se acesso a resultados que não puderam ser mostrados e construídos com base na Análise Semiótica, como o percebe a opacidade da linguagem a Lei, enquanto protagonista representada por meio dos próprios sujeitos do discurso jurídico, como os delegados, juiz, procuradores e promotores. Além de ter percebido a aplicação do ritual de repetição desenfreada da ideia do fenômeno da corrupção no poder público, evidenciando no não dito, o apagamento da corrupção do sistema privado; enaltecendo a ação da instituição Polícia Federal por meio de suas ações com a recuperação de quantia significativa, mas silenciando o vultoso impacto econômico em termos de regressão do PIB brasileiro ao prejudicar empresas privadas e a empregabilidade dos brasileiros.

Além de apontar de modo sobressalente o governo do PT, ou dito de outro modo, governo de esquerda como corrupto com dever de ser penalizado por seus crimes, ainda que destituídos de provas, e silencia os demais governos de direita, que também cometeram crimes semelhantes, mas que não teve as mesmas perseguições ou penalidades, ao menos a história não mostra, além de silenciar a real intenção de manutenção de um poder ditatorial.

Este estudo não se configura totalmente acabado e está aberto a outros olhares e novas leituras, pois a pretensão é dar continuidade nas investigações e aumentar o nível de compreensão dos sentidos postos em marcha a fim de aplicar outros dispositivos teóricos tanto da Semiótica, quanto da Análise do Discurso. Desse modo, esclarecemos que todas as contribuições apresentadas fazem parte de um estudo preliminar com perspectiva de ampliação por meio de novas pesquisas, haja vista o objeto de estudo não ter sido totalmente explorado com abertura tanto para aprofundar no que foi produzido, como para ampliar as análises, especificamente no que tange ao plano de expressão e ao campo da cinematografia, ambos ancoradas nas bases teórico/metodológico da Semiótica com a Análise do Discurso.

## REFERÊNCIAS

ALTHUSSER, L. **Aparelhos ideológicos de estado**. Rio de Janeiro: Graal, 1992. p. 128.

\_\_\_\_\_. **Aparelhos Ideológicos do Estado**. 8 ed. Rio de Janeiro: Graal, 2001.

ARAÚJO, I. L. **Formação discursiva como conceito chave para arqueogenealogia de Foucault**. Revista Aulas – Dossiê Foucault. n. 3, 2007.

ARENDT, H. **On revolution**. New York: Viking Press, 1963.

AUTHIER-RÉVUZ, J. **Heterogeneidade(s) Enunciativa(s)**. Tradução C. M. Cruz e J. W. Geraldi. Cadernos de Estudos Linguísticos, Campinas, n° 19: 25-41, 1990.

\_\_\_\_\_. **Palavras Incertas: as não coincidências do dizer**. Campinas: Editora da UNICAMP, 1998.

BAKHTIN, M. O discurso em Dostoiévski. *In: Problemas da poética de Dostoiévski*. Tradução de Paulo Bezerra. 3. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2005. p. 181-275.

BARROS, D. L. P. Contribuições de Bakhtin às teorias do texto e do discurso. *In: FARACO, C. A.; TEZZA, C.; CASTRO, G. (org.). Diálogos com Bakhtin*. [1996] Curitiba: Editora da UFPR, 2001, p. 21-42.

\_\_\_\_\_. **Teoria semiótica do texto**. 4. ed. São Paulo: Ática, 2005.

\_\_\_\_\_. **Teoria semiótica do texto**. 5ª ed. São Paulo: Ática, 2011.

\_\_\_\_\_. **Semiótica do discurso**. Notas de aula de Teoria Semiótica. São Paulo: Universidade Presbiteriana Mackenzie, 2012.

BERTRAND, D. **Caminhos da semiótica literária**. Tradução: de Ivã Carlos Lopes *et al.* Bauru: EDUSC, 2003.

BRAGA, M. H.; COSTA, V. da. Ficção & Documentário: hibridismo no cinema brasileiro contemporâneo. **O Percevejo Online**: Periódico do Programa de Pós-Graduação em Artes Cênicas PPGAC/UNIRIO. RJ, Vol. 5, número 2, julho-Agosto/2014, p. 165-190.

CANÇADO, M. **Manual de semântica: noções básicas**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008.

CARDOSO, L. E. O que são os crimes de colarinho branco? 2018. Disponível em: <https://consultorpenal.com.br/o-que-sao-os-crimes-de-colarinho-branco-edwin-sutherland-responde/>. Acesso em: 11 dez. 2020.

CERVO, A. L.; BERVIAN, P. A.; SILVA, R. **Metodologia científica**. 6. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007.

CHOMSKY, N. **Syntactic Structures**. The Hague: Mouton, 1957.

COURTINE, J. J. Définition d'orientations théoriques et méthodologiques em Analyse de Discours. **Philosophiques**, vol. IX, n° 2, Paris, 1984.

\_\_\_\_\_. **Análise do discurso político: o discurso comunista endereçado aos cristãos**. São Carlos: EdUFSCar, 2009.

\_\_\_\_\_; HAROCHE, C. **Histoire du visage. Exprimer et taire ses émotions** (XVIe-début XIXe siècle). Paris: Éditions Payot & Rivages, 1994.

CREPALDI, C.; LIMA, L. J. P. de; SCOZ, M. O poder da transformação no comercial de maquiagem: uma análise segundo o percurso gerativo de sentido. **Revista Triades**, v. 6, n. 1, 12 jul. 2017. Disponível em: <https://triades.emnuvens.com.br/triades/article/view/71>. Acesso em: 17 nov. 2020.

DAMATTA, R. **O que faz o brasil, Brasil?** Rio de Janeiro: Rocco, 1986.

DISCINI, N. HQ e charge. In: LOPES, I. C.; HERNANDES, N. (org.). **Semiótica, objetos e práticas**. São Paulo: Contexto, 2005.

DUCROT, O. **Dire et ne pas dire**. Paris, Hermann, 1972.

ECO, U. **Como se faz uma tese**. São Paulo, Perspectiva, 1989, 170 p.

FAORO, R. **Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro**. 3. ed. São Paulo: Globo, 2001.

FERNANDES, N. Duelo: a publicidade da tartaruga Brahma na Copa do Mundo. In: LOPES, I. C.; HERNANDES, N. **Semiótica: objetos e práticas**. São Paulo: Contexto, 2005.

FERREIRA, M. **Glossário de termos do discurso**. Porto Alegre: Instituto de Letras UFRGS, 2001.

FIORIN, J. L. A noção de texto em Semiótica. **Organon – Revista do Instituto de Letras da UFRGS**, v. 9, n. 23, 1995. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/organon/article/view/29370/18060>. Acesso em: 16 nov. 2020.

\_\_\_\_\_. **Elementos de análise do discurso**. 11. ed. São Paulo: Contexto, 2002.

\_\_\_\_\_. **Elementos de análise do discurso**. 13. ed. São Paulo: Contexto, 2005.

\_\_\_\_\_. **Elementos de análise do discurso**. São Paulo: Contexto, 2011.

\_\_\_\_\_. **Elementos de análise do discurso**. 15. ed. 3ª reimpressão. – São Paulo: Contexto, 2016.

\_\_\_\_\_; SAVIOLI, F. P. **Para entender o texto: leitura e redação**. 17. ed. São Paulo: Ática, 2007.

\_\_\_\_\_; PLATÃO, F. S. **Para entender o texto: leitura e produção**. 7. ed. São Paulo: Editora Ática, 1993.

FLOCH, J. M. **Alguns conceitos fundamentais em semiótica geral**. São Paulo: edições CPS, 2001.

FONTANILLE, Jacques. **Semiótica do discurso**. Tradução: Jean Cristtus Portela. São Paulo: Contexto, 2007.

FOUCAULT, M. **A verdade e as formas jurídicas**. Rio de Janeiro: PUC: NAU, 1973.

\_\_\_\_\_. **A ordem do discurso**. Tradução: Laura Fraga de Almeida Sampaio. 3. ed. São Paulo: Loyola, 1996.

\_\_\_\_\_. **A arqueologia do saber**. Tradução: de Luiz Felipe Baeta Neves. 6. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000. 239 p.

\_\_\_\_\_. **A verdade e as formas jurídicas**. Tradução: Roberto Cabral de Melo Machado e Eduardo Jardim Morais. 3. ed. Rio de Janeiro: NAU, 2003.

\_\_\_\_\_. **A ordem do discurso**. Tradução: Laura Fraga de Almeida Sampaio. 11. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2004.

\_\_\_\_\_. **Arqueologia do saber**. Tradução: Luiz Felipe Baeta Neves. 8ª ed. Rio de Janeiro: Forense universitária, 2013.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 29. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2004.

FRANÇA, T. M. **Um olhar sobre o conceito de Memória discursiva em Pêcheux**. 22. ed. Interletras, 2016.

FREYRE, G. **Casa-grande & Senzala**. 48. ed. São Paulo: Global, 2003.

\_\_\_\_\_. **The masters and the slaves: a study in the development of Brazilian civilization**. Berkeley: University of California Press, 1986.

FURTADO, R. **Polícia Federal - a Lei é para todos se torna o filme nacional campeão de público em 2017**. Disponível em: <http://www.adorocinema.com/noticias/filmes/noticia-134649/>. Acesso em: 21 abr. 2020.

GASPARINI, E. N. A língua na Análise do Discurso. **Revista da Anpoll**. 2015. Florianópolis, v. 9, n. 19. p. 62-68, jul./ago. 2015.

GREGOLIN, M. R. **A Análise do Discurso: Conceitos e Aplicações**. São Paulo: Alfa, v. 39, 1995. p. 13-21.

\_\_\_\_\_. Linguagem e história: relações entre a linguística e a análise do discurso. *In*: BOSCO, J. B. C. (org.) **sujeito e subjetividade: discursividade contemporâneas**. Uberlândia: EDUFU, 2009, p. 43-72.

GREIMAS, A. J. **Semântica estrutural**. Tradução: Haqira Osakabe e Izidoro Blikstein. São Paulo: Cultrix: Edusp. 1973.

\_\_\_\_\_. L'énonciation (une posture épistémologique). **Significação: revista brasileira de semiótica**, Ribeirão Preto, n.1, p. 9-25, 1974.

\_\_\_\_\_. **Sobre o sentido**: Ensaio semióticos. Tradução: Ana Cristina Cruz Cezar e outros. Petrópolis: Vozes, 1975. Tradução: Du sens essais semiotiques.

\_\_\_\_\_. **Semântica estrutural**. Tradução: Haqira Osakabe e Izidoro Blikstein. São Paulo: Cultrix, 1976 [1966]. [Ed. fr. Sémantique structurale. Paris: Larousse].

\_\_\_\_\_. **Maupassant**. A semiótica do texto: exercícios práticos. Florianópolis-SC: Editora da UFSC, 1993.

\_\_\_\_\_. **Sobre o sentido II**: ensaios semióticos. Tradução: Dilson Ferreira da Cruz. São Paulo: Nakin: Edusp, 2014.

\_\_\_\_\_; COURTÉS, J. **Dicionário de semiótica**. São Paulo: Cultrix, 1979.

\_\_\_\_\_; \_\_\_\_\_. **Dicionário de semiótica**. Tradução: Alceu Dias Lima *et al.* São Paulo, Cultrix, 1989.

\_\_\_\_\_; \_\_\_\_\_. **Dicionário de semiótica**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2012.

HARRIS, Z. **Discourse analysis, language**. 28. ed. 1952.

HÉNAULT, A. **História concisa da semiótica**. São Paulo: Parábola Editorial, 2007.

HERNANDES, N. **A mídia e seus truques**: o que jornal, revista, TV, rádio e internet fazem para captar e manter a atenção do público. São Paulo: Contexto, 2006. p. 278.

HJELMSLEV, L. **Résumé d'une théorie du langage. Travaux du cercle linguistique de Copenhague XVI**. Copenhague: Nordisk Sprog-og Kulturforlag. [Traduction française partielle dans Nouveaux Essais, Paris, P.U.F., 1985, p. 87-130].

HOLANDA, S. B. de. **Raízes do Brasil**. Edição Comemorativa. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

HOUAISS. **Dicionário eletrônico Houaiss da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009.

LAGAZZI, S. **O juridismo marcando as palavras**: uma análise do discurso cotidiano. 1987. 108 f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Estudos da Linguagem, Campinas, SP, 1987. Disponível em: <http://www.repositorio.unicamp.br/handle/REPOSIP/270682>. Acesso em: 5 jan. 2018.

\_\_\_\_\_. Linha de Passe: a materialidade significativa em análise. **RUA [online]**. Portal Labeurb, 2010, n. 16, v. 2, p. 172 - 182.

LANDOWSKI, E. **Aquém ou além das estratégias: a presença contagiosa.** São Paulo: CPS, 2005.

LIMA, J. P. **Tomando partido pela intolerância: análise semiótica do discurso da escola sem partido 2015-2020.** Tese (Doutorado em Ensino de Língua e Literatura) – Universidade Federal do Tocantins - UFT. Tocantins, 2020. p. 344.

LUCKESI, C. *et al.* **Fazer universidade: uma proposta metodológica.** 3. ed. São Paulo: Cortez, 1986.

MACAUE, M. **O que é um documentário.** Disponível em: <https://portaldocurta.wordpress.com/2012/05/16/o-que-e-um-documentario/>. Acesso em: 25 jul. 2020.

MACEDO, R. S. **“Ele mexeu com todas” – Uma análise semiótica textual das estruturas fundamentais.** 2018. Disponível em: <http://www.periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/littera/article/view/10377>. Acesso em: 12 ago. 2020.

MALDIDIER, D. **Éléments pour une histoire de l’analyse de discours em France.** *In:* GUILHAUMOU, J. *et al.* (org.). **Philosophie et Langage. Discours et archive: expérimentations em analyse du discours,** Mardaga, 1988, p. 173-183.

MARIANI, B. S. C. **O comunismo imaginário: praticas discursivas da imprensa sobre o PCB (1922-1989).** 1996. 256 f. Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Estudos da Linguagem, Campinas, SP. Disponível em: <http://www.repositorio.unicamp.br/handle/REPOSIP/270690>. Acesso em: 31 mar. 2021.

MARQUEZAN, R. **A constituição do corpus de pesquisa.** *Revista Educação Especial*, v. 22, n. 33, p. 97-110, jan./abr. 2009 Santa Maria. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/educacaoespecial/article/view/172>. Acesso em: 3 nov. 2020.

MÉDOLA, A. S. L. D. **Lógica de articulação de linguagens.** *In:* OLIVEIRA, Ana Claudia de, Lucia Teixeira (org.). **Linguagens na comunicação: desenvolvimento de semiótica sincrética.** São Paulo: Estação das Letras e Cores, 2009.

MELLO, P. G. de; ALMEIDA, M. F. **Semiótica discursiva: uma análise do filme Lion: uma jornada para casa.** *Miguilim – Revista Eletrônica do Netlli*, Crato, v. 8, n. 1, p. 42-56, jan./abr. 2019.

MINAYO, M. C. de S. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde.** 4. ed. São Paulo/Rio de Janeiro: HUCITEC/ABRASCO, 1996.

MOURA, M. B. do S. **Memória discursiva em Foucault e acontecimento jornalístico.** Biblioteca online de Ciências da Comunicação, 2008. Disponível em: <http://www.bocc.ubi.pt/pag/moura-maria-betania-memoria-discursiva-emfoucault.pdf>. Acesso em: 17 jul. 2017.

MUSSALIM, F. **Análise do discurso.** *In:* MUSSALIM, F.; BENTES, A. C. (org.). **Introdução à Lingüística: domínios e fronteiras.** São Paulo: Cortez, 2004.

OLIVEIRA, A. C. de. A plástica sensível da expressão sincrética e enunciação global. *In*: OLIVEIRA, A. C. de; TEIXEIRA, L. **Linguagens na comunicação**: desenvolvimentos da semiótica sincrética. São Paulo: Estação das Letras e Cores, 2009, p. 79-140.

ORLANDI, E. P. **Uma questão da leitura**: a noção de sujeito e a identidade do leitor. 14. ed. São Paulo: Cadernos da PUC, 1982.

\_\_\_\_\_. **Segmentar ou recortar? linguística**: questões e controvérsias. Uberaba, n. 10, 1984. p. 9-26.

\_\_\_\_\_. **Terra, à vista! discurso do confronto**: velho e o novo. Campinas: Editora da UNICAMP, 1990.

\_\_\_\_\_. **Discurso e leitura**. São Paulo: Cortez, 1993.

\_\_\_\_\_. **Análise de discurso**: princípios e procedimentos. Campinas: Pontes, 1999.

\_\_\_\_\_. **Discurso e leitura**. 6. ed. São Paulo, Cortez; Campinas, 2001.

\_\_\_\_\_. **Análise do discurso**: princípios e procedimentos. 6. ed. São Paulo: Pontes, 2005.

\_\_\_\_\_. **Análise do discurso**: princípios e procedimentos. 7. ed. Campinas, São Paulo: Pontes, 2007.

\_\_\_\_\_. **Análise de Discurso**: Princípios e Procedimentos. Campinas: Pontes, 2009.

\_\_\_\_\_. **Análise de Discurso**. *In*: LAGAZZI-RODRIGUES, S.; ORLANDI, E. **Discurso e Textualidade**. 2. ed. Campinas- SP: Pontes, 2010.

\_\_\_\_\_. **A linguagem e seu funcionamento**: as formas do discurso. 6. ed. Campinas, SP: Pontes, 2011.

\_\_\_\_\_. **Eu, tu, ele**: discurso e real da história. Campinas: Pontes, 2017.

\_\_\_\_\_. **Volatilidade da interpretação**: política, imaginário e fantasia. 2020. (1h55m08s). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=MjCsJxfiXtg>. Acesso em: 10 ago. 2020.

PÊCHEUX, M. Discurso e Ideologia. *In*: Pêcheux, M. **Semântica e discurso**: uma crítica à afirmação do óbvio. Campinas: Editora da Unicamp, 1975. p. 142-185.

\_\_\_\_\_. **O Discurso** - estrutura ou acontecimento. Tradução: de Eni P. Orlandi. Campinas: Pontes, 1983.

\_\_\_\_\_. **Análise automática do discurso**. *In*: GADET, F.; HAK, T. (org.). **Por uma análise automática do discurso** – introdução à obra de Michel Pêcheux. Campinas: Unicamp, 1990.

\_\_\_\_\_. Ler o arquivo hoje. *In*: ORLANDI, E. P. *et al.* (org.). **Gestos de leitura**, 1994. p. 55-66.

\_\_\_\_\_. **Semântica e discurso:** uma crítica à afirmação do óbvio. Tradução: Eni Pulcinelli Orlandi *et al.* 2. ed. Campinas: Editora da UNICAMP, 1995.

\_\_\_\_\_. **Por uma análise automática do discurso:** uma introdução a obra de Michel Pêcheux. Tradução: Bethania S. Mariani *et al.* 3. ed. Campinas: Editora da UNICAMP, 1997.

\_\_\_\_\_. Papel da memória. *In:* ACHARD, P. *et al.* (org.). **Papel da memória.** Tradução e introdução José Horta Nunes. Campinas: Pontes, 1999.

\_\_\_\_\_. **O discurso:** estrutura ou acontecimento. Tradução: Eni Pulcinelli Orlandi. 3. ed. Campinas: Pontes, 2002.

\_\_\_\_\_. **A língua inatingível:** o discurso na história da lingüística. Campinas: Pontes, 2004.

\_\_\_\_\_. **O discurso:** estrutura ou acontecimento. Tradução: Eni P. Orlandi. 4. ed. Campinas: Pontes, 2006. 68 p.

\_\_\_\_\_. **O discurso:** estrutura ou acontecimento. Tradução: Eni Puccinelli Orlandi. 5. ed. Campinas: Pontes, 2008.

\_\_\_\_\_. **Semântica e discurso:** uma crítica à afirmação do óbvio. [Trad. Eni P. Orlandi *et al.* Campinas: Editora da Unicamp, 2009.

\_\_\_\_\_. Análise automática do discurso. *In:* GADET, F.; HAK, T. (org.). **Por uma análise automática do discurso:** uma introdução à obra de Michel Pêcheux. Tradução: Bethania S. Mariani *et al.* 4. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2010 [1969].

\_\_\_\_\_. Língua, linguagens, discurso. *In:* **Análise de discurso:** Michel Pêcheux - Textos selecionados por Eni Puccinelli Orlandi. Tradução Freda Indursky. 4. ed. Campinas, SP: Pontes Editores, 2015.

PIOVEZANI, C.; SARGENTINI, V. (org.). **Legados de Michel Pêcheux:** inéditos em análise do discurso. São Paulo: Contexto, 2001. 144 p.

**POLÍCIA FEDERAL: A LEI É PARA TODOS.** Direção Marcelo Antunez. Produtor Tomislav Blazic. Rio de Janeiro: Downtown Filmes, 2017, 1h47min.36s. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=GTREOPiIP98>. Acesso em: 11 nov. 2020.

SALES, A. C. C. A interdiscursividade no discurso jurídico: petições de dissolução de sociedade de fato. **Signum: Estud. Ling.**, Londrina, v. 11 n. 2, p. 207-221, dez. 2008.

SARGETINI, V. **A noção de formação discursiva:** uma relação estreita com o corpus em análise do discurso. Porto Alegre: UFRGS/II SEAD. 2005. 1 CD-ROM. p.1-6.

SAUSSURE, F. **Curso de Linguística Geral.** São Paulo: Cultrix, 1974.

\_\_\_\_\_. **Escritos de Linguística Geral.** Tradução: Carlos A. L. Salum e Ana Lúcia Franco. São Paulo: Cultrix, 2002.

SCHWARTZMANN, M. N. A noção de texto e os níveis de pertinência da análise semiótica. **Estudos Semióticos**. [on-line], volume 14, n. 1 (edição especial). Editores convidados: Waldir Bevidas e Eliane Soares de Lima. São Paulo, março de 2018, p. 1-6. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/organon/article/view/29370/18060>. Acesso em: 16 nov. 2020.

SILVA, G. D.; BRAIGHI, A. A. Vinhetas: a representação frenética do mundo e a identidade visual-discursiva dos telejornais. *In*: MENDES, E. (coord.). *et al. Imagem e discurso*. Belo Horizonte: FALE/UFMG, 2013. 304 p.

SOARES, T. B. **Percorso linguístico**: conceitos, críticas e apontamentos. Campinas: Pontes Editores, 2018.

\_\_\_\_\_. Teoria Crítica e Análise do Discurso: a mídia como objeto comum. **Revista Porto das Letras**, Estudos da Linguagem. Vol. 5, nº 01. 2019.

\_\_\_\_\_. **Composição discursiva do sucesso**: efeitos materiais no uso da língua. Brasília: EDUFT, 2020. 71 p.

SOUZA, J. **A elite do atraso**: da escravidão à Lava Jato. Rio de Janeiro: Leya, 2017.

TEIXEIRA, L. Entre dispersão e acúmulo: para uma metodologia de análise de textos sincréticos. **Gragoatá**, Niterói, v. 16, p. 209-227, jan./jul. 2004.

\_\_\_\_\_. Textos verbovisuais. *In*: OLIVEIRA, A. C. de; TEIXEIRA, L. **Linguagens na comunicação**: desenvolvimento de semiótica sincrética. São Paulo: Estação das Letras e Cores, 2009.

TRASK, R. L. **Dicionário de linguagem e linguística**. Revisão técnica: Ingedore Villaça Koch e Thais Cristófaros Silva. São Paulo: Contexto, 2004.